

REITOR
Prof. Dr. Armando Octávio Ramos
VICE-REITOR
Prof. Dr. Raphael Lia Rolfsen

CENTRO DE PUBLICAÇÕES CULTURAIS E CIENTÍFICAS
DIRETOR: Prof. Dr. Fernando de Azevedo Corrêa

Conselho Consultivo:

Presidente: Prof. Dr. Fernando de Azevedo Corrêa
Membros: Prof. Dr. Antonio Christofolletti
Prof. Dr. Dilermando Percin
Prof. Dr. Francisco Habermann
Prof. Dr. Irineu de Moura

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

A L F A

Revista de Lingüística

ISSN 0002-5216
ALFAD5

ALFA	São Paulo	V. 26	p. 1-105	1982
------	-----------	-------	----------	------

A correspondência e os artigos para publicação deverão ser encaminhados à:
Correspondence and articles for publication should be addressed to:

ALFA: Revista de Lingüística

Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação
Estrada Araraquara-Jaú, km 1 — C.P. 174
14.800 — Araraquara — SP — Brasil

Comissão de Redação

Alceu Dias Lima
Ieda Maria Alves
Ignacio Assis Silva
Nildemir Ferreira de Carvalho
Rafael Eugenio Hoyos-Andrade

Diretor da Revista

Ignacio Assis Silva

Publicação anual / Annual publication
Solicita-se permuta / Exchange desired

ALFA: Revista de Lingüística. (Universidade Estadual Paulista)
São Paulo, SP — Brasil, 1962-1979; 1980.

1962-1977, 1-23
Publicação interrompida de 1978-1979.
1980-1982, 24-26

ISSN 0002-5216
ALFAD5

SUMÁRIO / CONTENTS

APRESENTAÇÃO	5
ARTIGOS ORIGINAIS/ORIGINAL ARTICLES	
O ENSINO DA LINGÜÍSTICA E A REALIDADE UNIVERSITÁRIA.	
L'enseignement de la linguistique et la réalité universitaire. A.D. Lima	7
A INTERFERÊNCIA DE FATORES SOCIAIS NA AQUISIÇÃO DA NORMA CULTA.	
The interference of social factors in the acquisition of a standard language. R.G. Camacho	13
FUNCIONALISMO VS. GERATIVISMO: ALGUMAS REFLEXÕES DE EPISTEMOLOGIA LINGÜÍSTICA.	
Functionalism vs. generativism: some reflections on linguistic epistemology. R.E. Hoyos-Andrade	25
X A GRAMÁTICA DOS CASOS E O "DATIVO".	
Case grammar and the "dative". M.C.P.B. Lima	33
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO INSTRUMENTAL.	
Some considerations about the instrumental case. D.C. Monteiro	47
RELAÇÕES DE SIMETRIA NO SISTEMA CONSONANTAL DO PORTUGUÊS.	
Symmetry relations in the consonantal system of Portuguese. M.D. Martins	61
AMOSTRA DE UM INQUÉRITO LINGÜÍSTICO PRÉVIO PARA O ESTADO DE SÃO PAULO.	
Previous sample of a linguistic inquiry in the State of São Paulo. P. Caruso	69
O USO INSTRUMENTAL DE LÍNGUAS.	
Languages for special purposes. M. Nomura	79
PARA UMA LEITURA SEMIO-LINGÜÍSTICA DE "FÁBULA DE UM ARQUITETO", DE JOÃO CABRAL.	
Towards a semio-linguistic reading of the "Fábula de um Arquiteto" by João Cabral. I. Assis Silva	85
ÍNDICE DE ASSUNTOS	99
SUBJECT INDEX	101
ÍNDICE DE AUTORES/AUTHOR INDEX	103
ÍNDICE DE RESENHAS/REVIEWS INDEX	105

APRESENTAÇÃO

Este é o terceiro número da revista ALFA na sua nova fase, isto é, na qualidade de revista que busca centralizar as colaborações relativas a Lingüística de docentes e pesquisadores da Área de Letras da UNESP. Tendo a constituição da Comissão de Redação sido parcialmente modificada com a indicação de Nildemir Ferreira de Carvalho e Ignacio Assis Silva, queremos registrar aqui nosso reconhecimento à Comissão que nos antecedeu pelos esforços dispendidos na preparação dos números V. 24 (1980) e V. 25 (1981).

Neste número:

Alceu Dias Lima chama a atenção para uma constatação crucial: os professores de Lingüística ignoram o alcance social e humano de sua ciência. Isso se manifesta — diz o A. — sobretudo na ausência de uma tomada de posição firme e decidida ante o descabro da cultura responsável por todas as falhas de expressão e comunicação, bem como no fato de os lingüistas não se preocuparem em desmascarar mistificações como a que consiste em situar no âmbito da escola e do ensino as causas de nosso baixíssimo nível cultural. O A. insiste em que a Lingüística é uma ciência humana e só na união das ciências humanas todas é que está o seu verdadeiro desenvolvimento.

Roberto Gomes Camacho investiga a capacidade do falante de reconhecer valores sociais associados à linguagem e procura testar a hipótese socio-lingüística segundo a qual o processo de aquisição da norma culta sofre a interferência de fatores de natureza socio-econômica. O A. chega a constatações como a seguinte: os informantes da classe baixa tendem a não desenvolver adequadamente o processo de conformidade à linguagem padrão. Mais grave — acrescenta Camacho — foi constatar que, paralelamente, o acréscimo da escolaridade não parece estimular nesses jovens o desenvolvimento da norma culta.

Rafael Hoyos-Andrade escreve que os gerativistas exageram as características da linguagem que nos permitem ver nela uma espécie de faculdade, sacrificando o caráter social da mesma e, em conseqüência disso, a sua natureza institucional e comunicacional. Discutindo a posição martinetiana relativa aos universais lingüísticos, o A. insiste em que estes devem induzir-se da observação do maior número possível de línguas e não deduzir-se hipoteticamente de entidades e dispositivos criados “ad hoc” por lingüistas que não sabem ou não querem reconhecer que a lingüística não é matemática.

Maria Cecília Pires Barbosa Lima procura chegar a uma síntese das observações referentes à caracterização do caso “dativo” tal como foi inicialmente apresentada por Fillmore. Examinando as divergências e as particularidades da colocação de autores como Fillmore/68, A.M. McCoy, D.L.F. Nilsen, W. Chafe, W.A. Cook e Zarechnak, o A. procura coligar os itens básicos que podem ajudar a constituir um denominador comum para a identificação do “dativo”. Observação digna de destaque: “O exagero de traços identificadores de um mesmo caso apresentado por alguns autores faz ver que são os conceitos básicos que não estão bem definidos”.

Dirce Charara Monteiro examina bibliografia específica com vistas à coleta de elementos para algumas reflexões sobre o caso “instrumental” bem como para o levantamento de alguns aspectos problemáticos desse caso. A A. aborda questões como: a) O caso instrumental faz parte da modalidade ou da proposição? b) Se incluído na proposição, o instrumental é obrigatório ou facultativo? c) Quais os traços relacionais e quais os traços lexicais que definem o caso instrumental?

Após apresentar os principais conceitos da análise fonológica e depois de abandonar o conceito de sistema uniforme e homogêneo, Manoel Dias Martins se vale do conceito de dias-sistema para comparar o sistema consonantal do português de Portugal e o do português do Brasil. Essa comparação o leva à conclusão de que o sistema consonantal da língua portuguesa se caracteriza por uma localização central avançada.

A contribuição de Pedro Caruso é no sentido de chamar a atenção para a riqueza e o manancial de dados que uma pesquisa dialetológica pode revelar no Estado de São Paulo. Sua contribuição se propõe ainda como uma tentativa de minorar o “vão cego” que caracteriza esse tipo de trabalho de campo.

Masa Nomura procura mostrar que o desenvolvimento de estratégias adequadas à leitura e compreensão de textos em línguas ainda insuficientemente dominadas pelo aluno deve levar em conta: a) a organização formal do texto: análise dos recursos sintático-semânticos utilizados; b) a organização lógica do texto: análise dos recursos discursivos empregados pelo autor na argumentação.

Partindo de colocações feitas pela sintaxe-semântica de B. Pottier e pelo projeto de semiótica narrativa e discursiva que está sendo desenvolvido pelo grupo de investigações semio-lingüísticas liderado por A.J. Greimas, Ignacio Assis Silva procura situar, em termos semio-lingüísticos, três aspectos interessantes da construção do texto, definindo-os em termos de homologias com aspectos da construção do enunciado: a) o aspecto estrutural em sentido restrito; b) o aspecto conteudístico ou semântico em sentido amplo; c) o aspecto metalingüístico ou semiótico propriamente dito.

Araraquara, abril de 1982.
IGNACIO ASSIS SILVA

O ENSINO DA LINGÜÍSTICA E A REALIDADE UNIVERSITÁRIA. *

Alceu Dias LIMA**

RESUMO: Partindo da experiência de docente de latim em curso de graduação, procura-se mostrar a utilidade de certas idéias da lingüística moderna para o ensino universitário nos cursos de letras, vistos, em sentido amplo, mas essencialmente, como uma reflexão sobre a linguagem.

UNITERMOS: Ensino; língua; fala; sistema lingüístico; uso lingüístico; estrutura lingüística.

As idéias aqui sumariadas se beneficiam mais da experiência com alunos de 1.º e 2.º anos de graduação em letras, durante cerca de quinze anos de docência, do que da aplicação de conhecimentos teóricos quer de lingüística quer da ciência da educação. Estes conhecimentos estiveram presentes, sem dúvida, muito mais, porém, como apoio às atividades de ensino do que como estudo programado das disciplinas que os constituem. Mas é preciso atentar e insistir em que imprescindível é, hoje, o papel da lingüística saussuriana e pós-saussuriana para que as letras venham a ocupar o lugar que lhes cabe no seio das chamadas ciências humanas. O latim é um exemplo claro disso. Quis, de fato, uma tradição de séculos que o ensino dessa matéria se fizesse sempre e exclusivamente com vistas não tanto aos textos escritos nesse idioma, mas às "dificuldades" que o uso da língua latina por parte de cada autor foi acumulando ao longo da vida de Roma, da república ao império. O latim das escolas, ao pretender dar-se conta, ao mesmo tempo, dos caprichos e flutuações da fala indivi-

dual e dos componentes do sistema constante que a ela subjaz, tornou-se muito mais complicado e penoso do que o seria se quem pretende ensiná-lo o tivesse feito com a convicção de que é mais racional ocupar-se primeiro da estrutura do idioma, ou seja, do que é comum a todos os textos existentes e possíveis, para só depois atacar a infinita variabilidade deles. Esse procedimento inclui uma tomada de posição que é, no mínimo, mais democrática: não são necessários grandes ócios aristocráticos para se adquirirem as noções básicas do funcionamento estrutural de uma língua, ainda que seja o latim.

Mas voltando ao tema inicialmente proposto, deve-se lembrar o seguinte:

A mais urgente consideração a fazer é a de que nem todos os professores de lingüística se capacitaram de que a lingüística descritiva que pretendem professar distingue-se de toda e qualquer outra matéria do rol das ciências humanas. E difere não apenas no seu objeto próprio, é óbvio, mas pelo fato social de ter nascido de uma posição revolucionária e, por isso

* Trabalho apresentado na 29.ª Reunião Anual da SBPC, em Mesa-Redonda sobre o desenvolvimento da investigação lingüística no Brasil, julho de 1977.

** Departamento de Lingüística — Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — UNESP — 14.800 — Araraquara-SP.

mesmo, radical. Eles não se capacitaram também de que não é porque ninguém hoje confunde os estudos comparativos com os da lingüística descritiva que as distinções básicas de Saussure perderam sua radicalidade. O que Saussure afirmou não foi que ciências como a filologia e a gramática comparada eram más ou desprezíveis, nem sequer inoportunas e sim que elas não eram a lingüística, nem pelo método, nem pelo objeto específico. E essa descoberta de Saussure não era a simples afirmação de uma nova ciência. O alcance mais sério dessa proposta era o de que de ora em diante não podia mais haver humanismo sem a integração dos propósitos dessa nova ciência, cujas bases ele lançava. Dessa primeira constatação crucial — a de que os professores de lingüística ignoram o alcance social e humano da sua ciência — decorre uma série de conseqüências negativas para o ensino da lingüística, algumas das quais passaremos a apontar sem maiores preocupações com a ordem delas nem com sua exaustividade:

1. Eles não foram nem mesmo capazes de tomar posição firme e decidida ante o descabro da cultura responsável por todas as falhas da expressão e conseqüentemente da comunicação entre nós. E quando se fala de mau êxito da comunicação, não se pode visar só ao aluno no seu esforço por comunicar-se seja com seus pares seja com seus professores, mas é preciso considerar também e com muito mais razão as qualidades de comunicador do próprio docente e pesquisador. Posto assim o problema, a questão do ensino de português será apenas um aspecto dele e não o mais importante. A falta de compromisso dos professores vai ao ponto de deixar letra morta o esforço que nesse sentido já foi feito. É o caso do relatório da Comissão do MEC sobre o ensino da língua materna. O documento foi saudado como auspicioso pela imprensa do País. São da *Folha de São Paulo* (11/4/76) as seguintes passagens: “Raras vezes, ultimamente, na área de Educação,

uma comissão de alto nível terá se saído tão bem de sua missão quanto esta que foi incumbida de propor sugestões ao Ministério, sobre o ensino da Língua Portuguesa. Depois de examinar documentos e pareceres, bem como as respostas a mais de cem questionários enviados a professores de Português de quase todo o País, a Comissão apresentou um sucinto mas substancial relatório de pouco mais de 20 páginas ao MEC, que atualmente o examina, atentamente.” E logo adiante: “O relatório começa por observar que o fracasso e a ineficiência não se aplicam apenas ao ensino da Língua Portuguesa, mas a todo o ensino, e não apenas do Brasil, mas de vários países. E em seguida o documento procura analisar as causas dessa ineficiência em três ordens de idéias: as de natureza sócio-cultural, as de natureza sócio-econômica e as de natureza pedagógica.” A propósito e a título de informação, a revista *Letras de Hoje* do Rio Grande do Sul, no seu n.º 24, de junho de 1976, traz, se não a íntegra pelo menos, a substância do relatório com suas premissas e conclusões.

2. Eles sabem, mas não sentiram a necessidade de desmascarar mistificações como a que consiste em situar no âmbito da escola e do ensino as causas do nosso baixíssimo nível cultural. A escola, como Instituição, traz as marcas da comunidade na e para a qual existe. Só atitudes revolucionárias, como a de Saussure, permite ao profissional da escola, ao professor, refletir criticamente sobre a sua própria condição. É necessário um esforço grande demais para pôr em xeque a sua própria casa. É muito mais cômodo, para o investigador universitário, por exemplo, indicar um *álibi* na escola primária e secundária, sendo que a recíproca é igualmente válida. É simples também, num comportamento de avestruz, esperar fatalisticamente da autoridade, por mais ilegítima que seja, a solução final de problemas que nem estão ainda equacionados, pois a sua correta colocação vai depender de uma visão de

dentro, que só os próprios profissionais podem ter. Isso, se estiverem apoiados nos alunos, cuja participação deve ser solicitada e incrementada, como convém ao espírito universitário. A respeito da participação discente, será elucidativo este depoimento de um graduando de Letras por ocasião de uma experiência tentada pelo professor de Português que, desejoso de dinamizar as suas aulas, propôs aos alunos trouxessem à sala excertos de livros e periódicos julgados pelos próprios alunos interessantes para serem lidos e discutidos pela classe e como subsídio para possíveis redações: "Outra questão é das implicações causadas pela escolha dos textos. O convívio com pessoas estranhas e bem conhecidas (lamentando-se tal ocorrência principalmente em se tratando de uma faculdade), torna impossível uma discussão aberta, "gostosa", sem limitações e receios. Mas é tamanha a heterogeneidade de posições radicais, ligadas a diferentes graus de alienação, que tudo que se quiser colocar de opinião pessoal pode trazer o monstro do comprometimento e da marcação. Esse comprometimento, ainda que seja considerado facultativo pelo professor, está implícito na escolha do texto e acho que não saberia negá-lo mesmo na leitura em classe. Por outro lado, e aqui está o impasse, seria desonesto de minha parte escolher um texto descompromissado com tudo (neste caso seria uma adesão)."

3. O professor de lingüística brasileiro não é ingênuo a ponto de ignorar a força inibidora de injunções bem conhecidas, que justificam de sobra o temor do aluno cujo depoimento se leu. Mas no caso particular da lingüística, tais injunções só por tabela e aleatoriamente é que se têm feito sentir na pessoa deste ou daquele professor. As confusões nesse setor têm ocorrido muito mais por falta de mentalidade universitária, ou seja muito mais por causa do individualismo e do oportunismo até de pessoas pertencentes à própria classe dos professores do que por qualquer imputação de ordem ideológica ou doutri-

nária. E não resta dúvida de que uma aguda consciência de classe teria evitado muito sacrifício inútil e colaborado de modo decisivo para o progresso da investigação.

4. É ainda à consciência de classe que incumbe a tarefa de desencorajar o espírito de aventura que mina o campo de uma ciência estimulante como é a lingüística, mas ainda nova demais para ficar a salvo das contravenções. E no nosso caso, no do Brasil, com a agravante de o meio cultural não oferecer padrões aferidores de qualidade. Seria preciso deixar claro que a lingüística não se responsabiliza por excessos cometidos em seu nome com o pretexto de se fazer semiologia. É verdade que Saussure legitimou essa disciplina batizando-a e lançando o seu fundamento teórico com a doutrina da arbitrariedade do signo. Hjelmslev deu apenas um passo à frente, mas deu, no capítulo 22 dos *Prolegômenos* (5:121-133) sobre as semióticas de conotação. Greimas, só bem posteriormente à *Semantique structurale* (3), é que ensaia algumas aplicações, mas sobre textos breves e precisos e com advertência sempre repetida de que "os semas de que se fala, os sememas, a organização semântica nada mais são que uma construção arbitrária. Trata-se de uma paráfrase que pretende ser científica e cuja validação é um problema a ser continuamente levantado." (Greimas, 2:6). A esse respeito é bom lembrar que a proliferação de semiologias pouco legítimas é comparável apenas à de boa parte da crítica literária dos nossos suplementos e revistas, onde tudo é permitido, da filologia à simples bisbilhotice acadêmica, contanto que o estilo, devidamente rebuscado, não traia a mesmice dos procedimentos ditos de análise.

5. Uma das conseqüências desse verbalismo é justamente a ineficácia das nossas traduções. Todos nós temos consciência de que elas são ruins por carecerem de precisão e por cometerem enganos e até contradições para com o original. Entretanto, se nos pomos a traduzir, fazemos

também textos ruins, sem fluência, sem originalidade, prenes de barbarismos. É que, para se traduzir tem que haver preparo geral e específico e, principalmente, convívio com o uso dos dois idiomas em confronto. Não basta possuir um como língua materna e o outro como prática escolar. Sem um convívio diuturno com textos-objeto, não com a sua metalinguagem, nunca haverá boa tradução. Tradução é problema mais de *uso* que de *estrutura*.

6. Será então de toda conveniência se tranquilizem os filólogos e gramáticos (no sentido tradicional do tempo). A lingüística não veio tomar o lugar de ninguém, pois não quer para si atividade que não é sua. Muito pelo contrário, ela passa a exigir dos filólogos e gramáticos (sempre no sentido tradicional) mais firme definição e cuidado muito maior, como até hoje não foi feito, apesar da pretensão de certos manuais de publicação recente. Descrever o uso de uma língua nacional é tarefa sobre-humana e não deveria ser de um homem só, por mais bem dotado que fosse. Em primeiro lugar, ela só pode proceder por aproximação, como tudo que joga com a infinitude das variáveis que são as instâncias de manifestação. Em segundo lugar, ela é cumulativa, porque só um número muito grande de ocorrências pode dar idéia, mesmo aproximativa, do uso que se quer apresentar. Tarefa dessa natureza, com essa pureza de conceituação, está por ser feita no Brasil. Os manuais que temos são todos híbridos de pseudo reflexão metalingüística com simples exposição, sempre insuficiente, dos fatos. O modelo para esse tipo de trabalho, de cuja utilidade e necessidade ninguém duvida, seria *Le bon usage* de Grevis (4) que, infelizmente, não tem ainda similar no Brasil, nem, ao que sabemos, em Portugal. Como curiosidade, pode-se lembrar que uma das últimas edições de *Le bon usage* tem cerca de 1.300 páginas de tipo miúdo e que a de uma gramática brasileira, mesmo considerada satisfatória e adotada em

curios superiores, mal chega a 500 em caracteres normais (1).

7. Talvez seja este o lugar para uma observação também sobre a questão do livro didático. Da perspectiva escolhida para esta exposição, o problema não é como fazer um bom livro didático e sim advertir que nenhum livro didático fará bons professores de português. Talvez até se pudessem inverter as posições e dizer que não é o professor que tem queixas do livro didático, mas é este que deve reclamar de quem a ele se apegue como tábuas de salvação, isto é, como se ele fosse não um simples instrumento, e sim o próprio ensino do português. Para quem procede dessa forma, jamais haverá o bom manual. Afinal não há mal algum em que o material didático, como tudo que tem de submeter-se às manipulações da indústria e da técnica, seja bem de consumo, à condição de que haja a possibilidade de se levar em conta isto: como artigo de comércio, o livro didático está fadado antes a seguir a lei da procura do que a impô-la. Dessa forma, enquanto o ensino for o que é entre nós, a saber uma presa fácil da especulação comercial — haja vista os cursinhos — não haverá como exigir qualidade de quase nada do que a ele se refere. Atacar o livro, como, aliás, os cursinhos, é malhar em ferro frio. Eles são mera decorrência de um estado de coisas muito mais geral, mais arraigado e, sem as medidas que o corrijam, as discussões sobre este ou aquele aspecto particular só conseguem desviar as atenções e adiar as soluções. Volta-se assim ao ponto de partida: a lingüística é uma ciência humana e só na união das ciências humanas todas é que está o seu verdadeiro desenvolvimento. Porque, se é verdade que a lingüística é uma ciência piloto — e parece que muitos, em sã consciência, nem discutem isso — não é menos verdadeiro que isso só é válido no plano da teoria, porque na prática, a ciência chave tem de ser a sociologia em todas as suas implicações e desdobramentos. Nem poderia ser de outra forma, pois

a universalidade dos modelos lingüísticos reside justamente no seu alto grau de abstração, ao passo que não se concebe uma prática sociológica sem inserção imediata nas sociedades—objeto. Significa que todo lingüista tem que ser antes sociólogo? Não, evidentemente. Seria mitificar o sociólogo e ademais todos sabem que há sociólogo e sociólogo. Significa, apenas, que nenhum curso de lingüística pode ser considerado sério se não pressupuser, na sua organização, alguns conceitos sistemáticos da sociologia. Significa também, por exemplo, que um programa de sociolingüística não pode ser feito apenas pelo lingüista e sim pelo lingüista e o sociólogo juntos. Significa, principalmente, que a sociolingüística não pode ser uma disciplina apenas optativa dos cursos de lingüística. Não sei se o lingüista consciente poderia deixar de emocionar-se diante de um trabalho como o de que resulta essa apaixonante *Cartilha da Amazônia* (7). Na *Cartilha* trabalharam uma psicóloga especialista em alfabetização e um cientista, que tem como especialidade precípua a Genética. Mas esse geneticista de renome não vacila em colocar como origem primeira da *Cartilha* o que ele chama o seu “drama pessoal”. São duas as seguintes palavras na parte introdutória: “Tal con-

vite (para ser diretor do INPA) chegou quando eu estava vivendo um drama pessoal, isto é, questionava-me sobre como utilizar melhor os meus conhecimentos em prol do povo brasileiro, ao qual eu devia a minha naturalidade, minha nacionalidade, minha formação científica, minha cultura e toda a minha fonte de rendimento.” (7:15). Essa inquietação, que não separa o comportamento ético de uma visão científica do mundo, porque só assim ele será melhor, essa inquietação tem que ser a de todo cientista consciente de sua profissão. Cremos não forçar nada se confessarmos a semelhança que vimos entre a atitude do Dr. Kerr no texto acima referido e a de Hjelmslev nesta passagem com que concluímos nossa participação nesta Mesa-Redonda: “Os sábios de hoje estão empenhados — de maneira talvez predominante — no estudo não dos signos, mas dos componentes do signo e de sua construção como signos. É uma necessidade preliminar para que se compreendam os signos em si mesmos. A ciência teórica pura deve sempre preceder a ciência aplicada. Mas sem causar prejuízo a estudos mais aprofundados, a ciência deverá sempre estar consciente da sua dívida para com o homem e a sociedade.” (6:104)

LIMA, A.D. — L'enseignement de la linguistique et la réalité universitaire. *Alfa*, São Paulo, 26: 7-12, 1982.

RÉSUMÉ: En partant de son expérience de professeur de latin dans les cours de licence ès-lettres, l'auteur cherche à montrer l'utilité de certaines idées de la moderne linguistique pour l'enseignement universitaire en ce qui concerne les cours de lettres en tant que réflexion sur le langage.

UNITERMES: Enseignement; langue; parole; système ou structure linguistique; usage linguistique.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CUNHA, C. — *Gramática do Português Contemporâneo*. Belo Horizonte, Bernardo Alves, 1970.
2. GREIMAS, A.J. — Métaphore et isotopie. *Significação: Revista Brasileira de Semiótica*, 3: 4—13, 1982.
3. GREIMAS, A.J. — *Sémantique structurals*. Paris, Larousse, 1966.
4. GREVISS, M. — *Le bon usage*. Paris, Librairie Orientaliste P. Geuthner, 1963.
5. HJELMSLEV, L. — *Essais linguistiques*. Paris, Minuit, 1971.
6. HJELMSLEV, L. — *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo, Perspectiva, 1975.
7. KERR, W.E. et alii. — *Cartilhas da Amazônia: livro do Professor*. Manaus, Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1977.

A INTERFERÊNCIA DE FATORES SOCIAIS NA AQUISIÇÃO DA NORMA CULTA.

Roberto Gomes CAMACHO*

RESUMO: Este trabalho pretende demonstrar que o processo de aquisição da linguagem culta está correlacionado a fatores de natureza extralingüística como nível socioeconômico, idade e escolaridade.

UNITERMOS: Norma culta; variante de prestígio; variante estigmatizada; norma pedagógica.

INTRODUÇÃO

Todos concordam que a principal tarefa do ensino da língua materna pelo sistema escolar consiste a rigor na transmissão de uma forma padrão de linguagem, também denominada norma culta ou de prestígio. Nem todos concordam, entretanto, em identificar no que consiste fundamentalmente essa modalidade de linguagem.

Por não haver ainda consenso em torno da idéia-pesquisa a respeito, o projeto NURC, parece estar ainda na fase de catalogação de dados — o único meio disponível para determinarmos formas de prestígio em língua portuguesa é o da chamada norma prescritiva, que se baseia num critério de correção. O que é bastante discutível, todavia, é a imposição de tal critério como a técnica pedagógica mais adequada para o ensino do vernáculo**.

Nem sempre o critério de correção é capaz de explicar todos os casos em que determinadas formas de expressão predominam sobre suas alternativas, de vez que o prestígio social de que são dotadas certas variantes não coincide necessariamente

te com as formas conhecidas como as mais corretas. A atribuição de status social de prestígio não obedece a nenhum critério definido e está integrada em uma rede muito intrincada de valores sociais diversos.

Para fixarmos um princípio de trabalho, consideraremos linguagem padrão como a totalidade das formas de prestígio empregada por falantes de determinada comunidade, sobretudo nas circunstâncias de interação verbal que mais as exigem.

Não são todos os falantes que logram atingir a amplitude total das formas da modalidade culta, isto é, não são todos os falantes que adquirem um domínio completo da linguagem, a ponto de lhes permitir empregar uma amplitude de registros de fala, perfeitamente adequados e consistentes às mais diversas situações de intercâmbio verbal. Além disso, o domínio das formas de prestígio parece acompanhar uma certa rigidez na escolha dos registros: uma vez adquirida a modalidade padrão, poucos falantes parecem reter a habilidade de empregar um registro

* Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas — Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas — UNESP — 15.100 — São José do Rio Preto - SP

** Discutimos com mais profundidade essa questão num artigo publicado no número anterior desta revista.

mais informal em situações equivalentes de familiaridade (cf. 3, p.92).

Ao interpretar os resultados de testes de avaliação social de variáveis linguísticas que aplicou a informantes novaiorquinos, constata Labov que, embora possa haver um reconhecimento tácito pela maioria dos informantes do valor social de prestígio de determinada forma, somente a faixa dos falantes de classe média alta é capaz de empregar a variável de prestígio no intercâmbio verbal/cotidiano (cf. 3, p.93).

Esse fato tem sua motivação mais evidente no fato de que a norma de prestígio passa por um processo gradual de aquisição da infância à maturidade e, sobretudo, com discrepâncias provocadas pela condição socioeconômica do indivíduo.

Com efeito, crianças de famílias pertencentes à classe média iniciam o processo de aquisição a um nível mais elevado na escala apresentada por Labov, para demonstrar o grau de conformidade da linguagem do jovem em relação à do adulto. Ademais, essas crianças mostram-se mais sensíveis à norma de prestígio do que crianças de classe média baixa. Por outro lado, enquanto os jovens de todas as famílias se orientam para a mesma direção, isto é, no sentido do desenvolvimento progressivo do padrão de prestígio, jovens de classe baixa apresentam índices de desempenho relativamente baixos na escala à idade de 18 ou 19 anos. Segue-se que, no período etário em que adquirem bom conhecimento das normas sociolinguísticas, não mais são capazes de modificar seu dialeto básico para adquirir controle produtivo consistente (cf. Labov 4, p. 89).

"Some working class and most lower class families", afirma Labov, "are apparently too far removed from the middle class norms to assimilate them efficiently, and we can see that these youngsters who are below 50 percent at eighteen or nineteen years old will probably not reach any

significant degree of conformity while they still have the learning ability to match performance to evaluation. At the ages of thirty-five or forty", prossegue o autor, "these individuals may be able to evaluate the social significance of their own and other speech forms, without being able to shift their own performance." (4, p. 91).

Com base em tais constatações, tornadas propositalmente gerais para funcionarem como hipóteses de trabalho, temos, na presente investigação, o objetivo de examinar a competência verbal de informantes selecionados na cidade de São José do Rio Preto, no período em que se opera o processo de aculturação linguística, passível de se revelar pelo grau de conformidade às normas adultas de prestígio. A rigor, o que pretendemos, neste trabalho, é testar particularmente a hipótese de que o processo de aquisição da norma culta sofre a interferência de fatores de natureza socioeconômica, como parecem sugerir as investigações que Labov desenvolveu na cidade de Nova Iorque.

O meio empregado para alcançar tal meta é o exame das reações subjetivas dos informantes a respeito do valor social de prestígio associado à expressão verbal, de vez que a aquisição da norma culta está diretamente relacionada à capacidade de discriminar formas de prestígio de suas alternativas, estigmatizadas pelo corpo social como "incorretas", "deselegantes", "vulgares" e outros rótulos.

Ao tentar esclarecer o mecanismo da mudança linguística em curso, Labov evidencia, paralelamente, a importância da avaliação subjetiva da linguagem. Através de uma abordagem sincrônica do processo, cujo critério fundamental consiste na distribuição de informantes por tempo aparente, e não tempo real, representado pelo eixo das idades, demonstra haver implicações incontestáveis de caráter social na evolução da linguagem, seja durante o processo de desaparecimento de uma for-

ma socialmente estigmatizada, seja durante o processo de introdução de uma variante de prestígio, muitas vezes as duas faces da mesma moeda: “by examining linguistic change in progress”, afirma Labov, “we have seen that the ability to perceive the social significance of dialect differences precedes the acquisition of consistent prestige styles in Standard English.” (4, p. 92-93).

Se o processo de mudança tem origem nas classes menos favorecidas, os indivíduos de camadas elevadas, conscientes desse fenômeno, tendem a estigmatizar a forma introduzida, através das instituições que controlam, repelindo a transformação em curso. Se o processo se origina no extrato dominante, por outro lado, torna-se a forma introduzida a expressão de um símbolo de prestígio social, podendo ser empregada em registros mais formais, apenas pelos grupos que mantêm algum contato com o extrato dominante (cf. 3, p. 178-180).

A conscientização do valor social de uma variante lingüística apresenta-se como uma fase intermediária do processo total de mudança em curso — a fase de propagação — em que a significação social é inevitavelmente associada à variante sendo introduzida, em oposição à forma em desuso. De acordo com Labov, são três as fases do processo de mudança lingüística: “in the *origin* of the change, it is one of innumerable variations confined to the use of a few people. In the *propagation* of the change, it is adopted by such large numbers of speakers that it stands in contrast to the older form along a broad front of social interaction. In the *completion* of the change, it attains regularity by the elimination of competing variations” (3, p. 123).

É possível estabelecer, por conseguinte, uma relação entre os dois processos, o de mudança lingüística e o de aquisição de uma norma de prestígio, que é o que nos interessa diretamente. A aquisição

do domínio da variedade “standard” ocorre paralelamente ao processo de mudança lingüística. O reconhecimento do valor de prestígio de formas alternativas é tão relevante para que uma forma alcance uniformidade no uso real (ou para que desapareça a forma estigmatizada), quanto para que o falante adquira a capacidade de adequar sua expressão oral às necessidades das circunstâncias da interação verbal.

TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO

Do que mencionamos na seção anterior, ficou claro que duas variáveis de natureza não lingüística se revelaram pertinentes para que a presente investigação lograsse atingir seus objetivos: preponderantemente, a condição etária e a sócioeconômica dos informantes; secundariamente, grau de escolaridade.

Fixamos, como princípio básico, selecionar informantes compreendidos na faixa etária entre 11 e 16 anos, de vez que é nesse estágio que, em maior ou menor grau, o jovem torna-se permeável às influências das variedades cultas do idioma, dominada por falantes adultos, em razão de ganhar progressivamente mais consciência dos valores sociais relacionados com a expressão lingüística.

Como solução mais plausível para agrupar jovens no período escolar mais compatível com a faixa etária investigada, de 5.^a a 8.^a séries, adotamos, como critério básico, aplicar os testes em escolas de 1.^o grau. Seria necessário, para tanto, selecionar estabelecimentos escolares que representassem somente os dois extremos da escala sócioeconômica.

Dos bairros periféricos, indicados por publicações da Fundação Projeto Rondon como os de população mais carente, de acordo com critérios objetivos de classificação (v. 5), optamos por um deles, denominado Eldorado. É nesse setor da cidade que se localiza a E.E. de 1.^o Grau “Prof. Adair Fogaça”, uma das es-

colas selecionadas. Dentre dois estabelecimentos escolares dotados de alto prestígio social, escolhemos o Colégio Santo André. A opção por essas escolas baseou-se no fato de terem um maior número de classes disponíveis, o que permitiu uma seleção mais adequada dos informantes. Enquanto a E.E. de 1.º grau “Prof. Adair Fogaça”, pertence à rede estadual de ensino, o Colégio Santo André faz parte do setor privado. Selecionados os alunos através de sorteio, foi possível trabalhar com um total de 308 indivíduos, assim distribuídos: “Adair Fogaça” (Eldorado): 140 informantes; Santo André: 168 informantes.

O critério utilizado para a classificação sócioeconômica dos informantes foi a aplicação da escala de prestígio das ocupações, empregada no Brasil, por Bertram Hutchinson (v.2). Segundo tal critério, é possível situar os indivíduos em seu estrato social respectivo, considerando tão-somente a profissão principal deles ou a de seus responsáveis e o prestígio social que lhe é atribuído.

A utilização dessa técnica deveu-se ao fato de não ter sido possível contar com dados de classificação sócioeconômica previamente obtidos por instituições idôneas e aplicáveis ao conjunto total dos informantes investigados. Tendo recorrido à Fundação Projeto Rondon — núcleo de São José do Rio Preto, pudemos constatar a existência de dados classificatórios referentes à população carente da periferia urbana. Não lograríamos obter, entretanto, dados a respeito do grupo de classe alta. A solução mais eficaz e simples para esse problema foi o emprego da técnica de Hutchinson.

Embora a aplicação da escala das ocupações tenha demonstrado haver correlação positiva entre profissão e níveis de renda e escolaridade, há quem critique tal técnica: “...a ocupação revelou-se muitas vezes insatisfatória como elemento exclusivo de localização dos indivíduos na hierarquia social.

Por ser importante elemento de caracterização sócioeconômica, a ocupação não pode nem deve ser posta de lado; porém, seu uso isolado, sem o emprego simultâneo de outros indicadores, freqüentemente proporciona, como a experiência nos demonstrou, uma falsa imagem do verdadeiro nível sócioeconômico do informante” (Guidi & Duarte, 1, p. 68-69).

Acreditamos que a inclusão de outros indicadores seja particularmente válida, se o pesquisador pretende obter uma classificação sócioeconômica refinada, com vários níveis, e se, em adição, é a estratificação o fulcro de suas preocupações. Além de não serem esses os nossos interesses, já que pretendíamos trabalhar somente com os dois extremos do contínuo, a escala de prestígio das ocupações de Hutchinson tem a utilidade de apenas indicar o estrato sócioeconômico dos informantes enfocados, já intuído previamente.

E, com efeito, os resultados alcançados vieram a corroborar tal intuição: 89,7% dos pais dos alunos do Eldorado exercem profissões que não exigem sequer habilidades manuais (48,7%), ou que só exigem semi-habilidades manuais (29,7%); outros 11,3% exercem ocupações não manuais de padrão inferior. Apenas o pai de um informante, dentre todos investigados, não exerce atividade profissional inserida nas categorias 1 a 3 da escala, as mais baixas segundo o nível de prestígio social e de remuneração.

No Santo André, por outro lado, a grande maioria dos pais dos alunos (91,6%) exerce atividades inseridas nos níveis mais elevados de prestígio profissional, indicados pelos números de 4 a 6 na escala: 50,5% dos pais exercem profissões liberais e altos cargos administrativos; 9,8%, cargos de gerência e direção; 31,3% exercem ocupações não manuais de padrão superior. Há apenas 13 alunos no Santo André cujos pais exercem atividades de baixo prestígio social e de baixa

remuneração salarial, com um índice de 7,4% do total. Um quadro totalmente oposto ao representado pelos alunos do Eldorado.

O critério para o levantamento das variantes lingüísticas teve como base informações prestadas por professores de 1.º grau a respeito do desempenho lingüístico de seus alunos, além de observações diretas que fizemos como falante nativo de São José do Rio Preto. Foi possível levantar um inventário de variantes estigmatizadas pela norma culta, bastante comuns na região, porém não as únicas. São os seguintes os casos levantados:

- r-retroflexo em vez de vibrante alveolar ou de qualquer outra realização de / R / em posição de final de palavra;
- r-retroflexo em vez de lateral alveolar ou semivogal posterior em posição de final de palavra;
- vibrante alveolar em vez de lateral, como o segundo componente de um grupo consonantal;
- semivogal anterior em vez de lateral palatal em posição intervocálica;
- supressão de fricativa alveolar em posição de final de palavra;
- supressão de vibrante alveolar ou de qualquer outra realização de / R / em posição de final de palavra;
- vogal alta anterior em vez do ditongo nasal / eyN /, em posição de final de palavra;
- vogal alta posterior em vez do ditongo nasal / awN / em posição de final de palavra;
- nasal alveolar em vez de sua homorgânica oral, precedida de nasalização (/ Nd /) em gerúndios;
- inserção de semivogal anterior antes de fricativa alveolar em posição de final de palavra.

Embora tenham sido considerados os ambientes lexical (classe de palavra) e fonológico (diante de vogal, consoante e pausa), este trabalho se limitará aos desvios da norma culta como um todo, representando a competência lingüística dos informantes em relação à habilidade testada. A análise detalhada de cada variante, em relação às variáveis extralingüísticas enfocadas, demandaria muito mais espaço do que o que se pode ter à disposição num artigo desta natureza.

A técnica empregada para medir o grau de competência lingüística dos informantes, de acordo com as variáveis extralingüísticas enfocadas, consistiu num teste de avaliação subjetiva do valor social das variantes lingüísticas. Foi elaborada, para cada uma delas, uma sentença que contivesse apenas a forma estigmatizada ou dotada de baixo prestígio social e, para cada sentença, foram dadas, à escolha do informante, duas ocupações bem dispares quanto ao nível de prestígio social, como por exemplo *pedreiro x engenheiro*. Conseqüentemente, o informante deveria indicar, no formulário de respostas, a ocupação mais provável que pudesse exercer um falante que se expressasse do modo ouvido numa gravação. É evidente que, se reconhecesse haver, em cada um dos quarenta e cinco enunciados, uma variante estigmatizada, o informante indicaria com um X a ocupação de menor prestígio.*

Para que as metas que pretendíamos atingir não sofressem qualquer desvio, procuramos selecionar ocupações bem dispares quanto ao grau de prestígio social, tal como se acham arroladas na escala de prestígio das ocupações de Hutchinson, supramencionada (v. 2), testando previamente a sua validade. Ademais, os

*Este teste, sem as modificações que introduzimos posteriormente, foi aplicado durante o projeto intitulado "Desenvolvimento de Novas Metodologias Aplicáveis ao Processo de Ensino-Aprendizagem para o Ensino de 1.º Grau", desenvolvido pelo extinto Centro de Recursos Humanos e Pesquisas Educacionais "Prof. Laerte Ramos de Carvalho" (CERHUPE), atual CENP — Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Do referido projeto, participamos como auxiliar de pesquisa, sob a assessoria técnica e orientação geral do Prof. Dr. Brian Franklin Head.

informantes foram instruídos verbalmente, na ocasião da aplicação do teste a respeito da artificialidade da situação. O julgamento da gravação deveria considerar, ainda, tão-somente a pronúncia das palavras e não o timbre, a entoação, o ritmo ou a altura da voz dos locutores.

A finalidade do teste é especificamente avaliar a capacidade do informante em reconhecer o valor social de prestígio que a norma culta geralmente atribui à forma lingüística, sempre que alternantes de expressão estiverem envolvidas. A técnica desenvolvida baseou-se num princípio formulado por Labov, segundo o qual "reactions to phonological variables are inarticulate responses, below the level of conscious awareness, and occur only as a part of an overall reaction to many variables" (4, p. 144).

Isso significa que, se o falante é interpelado diretamente a respeito de questões lingüísticas, suas atitudes não se apresentam de um modo sistemático, uma vez que ele não tem consciência da norma que governa a comunidade. É na forma indi-

reta de obter julgamentos intuitivos sobre valores sociais associados à linguagem que a técnica aqui empregada equivale à de Labov*.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A Tabela 1 abaixo apresenta os dados segundo a relação existente entre o grau de competência na habilidade testada — capacidade de reconhecer o valor social de prestígio de algumas variantes lingüísticas — e os fatores maturidade e nível socioeconômico. Esta última variável acha-se limitada a dois extremos da escala: *Eldorado* representa o grupo que ocupa o extremo socioeconomicamente desfavorecido; *Santo André*, o grupo que representa o extremo oposto. As médias percentuais concernem ao número de erros no teste.

Não é possível comparar os resultados dos dois grupos faixa etária por faixa etária, de vez que a distribuição dos informantes investigados não coincide estrita-

TABELA 1 — Grau de competência lingüística segundo os fatores idade e nível sócio-econômico

idade	Eldorado	Santo André
11	—	33,9 (n = 35)
12	27,7 (n = 12)	31,3 (n = 43)
13	30,9 (n = 36)	27,0 (n = 42)
14	35,2 (n = 39)	34,4 (n = 36)
15	36,7 (n = 27)	30,3 (n = 12)
16	36,8 (n = 26)	—
média geral	34,0 (n = 140)	31,4 (n = 168)

* Em seu próprio teste, Labov expõe seus informantes a 22 versões gravadas do mesmo texto, que não diferem uma da outra senão pela variante enfocada. Solicita-lhes que se coloquem na situação hipotética de chefe de empresa entrevistando candidatos a um emprego. Pede-lhes, em seguida, que indiquem a atividade profissional mais provável que o locutor poderia exercer. No formulário consta uma lista de ocupações hierarquizadas de acordo com o grau de prestígio social: locutora de tv, secretária executiva, recepcionista, telefonista, vendedora e operária. (cf. 3, p. 145-147).

mente: os alunos do Eldorado acham-se situados entre a faixa dos 12 aos 16 anos; no Santo André, circunscrevem-se à faixa dos 11 aos 15 anos.

A média geral, que indica o grau de competência de cada grupo sócio-econômico, indiferentemente à variável idade, permite entrever uma fraca correlação entre a variável lingüística, representada pela avaliação do valor social de um conjunto de formas alternantes de expressão, e a variável sócio-econômica: a diferença em detrimento do grupo desfavorecido está representada por um índice de 2,6%. Além disso, se estabelecermos confronto entre as faixas etárias coincidentes, podemos verificar que numa, a de 14 anos, a diferença é muito reduzida, menos de 1%, e noutra, a de 12 anos, os informantes de classe baixa apresentam grau de competência superior, com um índice de erros de 27,7%, contra 31,3% do grupo oposto.

Se observarmos, entretanto, os índices porcentuais respectivos a cada faixa etária, examinando os grupos sócio-economicamente opostos de forma isolada, é possível deduzir, contrariando os resultados acima discutidos, que há, de fato, uma correlação entre a condição etária e sócio-econômica dos informantes e o grau de competência por eles revelado na habilidade testada. Os resultados demonstram que, com efeito, há uma tendência oposta, até certo ponto, no desempenho de cada grupo de informantes, se enfocarmos a partir do grau de conformidade ao padrão de prestígio, indicado na Tabela 1, pelo amadurecimento etário.

Os resultados fornecidos pelos informantes do Santo André apresentam uma tendência, ainda que irregular, para um decréscimo progressivo nos índices de erros, conforme aumenta a maturidade, o que indica grau progressivo de conformidade à norma adulta de prestígio. Essa tendência é particularmente observável no desempenho dos informantes com 11, 12 e

13 anos. Há, contudo, um decréscimo irregular no grau de competência demonstrado pelos informantes com 14 anos (34,4% contra os 27,0% do grupo de idade imediatamente inferior) e, embora o desempenho dos informantes com 15 anos sofra relativa melhora, seu grau de eficiência no teste é ainda inferior ao do grupo de informantes situado na faixa dos 13 anos.

O desempenho dos informantes sócio-economicamente desfavorecidos, representados por Eldorado, revela-nos, por outro lado, uma tendência inequívoca, segundo a qual o grau de competência diminui a uma proporção inversa ao grau de amadurecimento etário: o índice de erros sobe progressivamente de 27,7% com relação ao desempenho dos informantes com 12 anos até 36,8%, respectivamente aos informantes com 16 anos. É possível deduzir, nesse caso, que esse grupo apresenta um decréscimo regular na capacidade de reconhecer formas lingüísticas de prestígio, habilidade necessária para a aquisição da norma culta. Em outros termos, esses jovens não parecem revelar qualquer indício de conformidade às normas adultas dotadas de prestígio social.

Como não é possível descartar a influência do processo de escolarização sobre o de aquisição da linguagem padrão, especialmente em relação ao grupo sócio-economicamente desfavorecido, os resultados permitem constatar que o ensino veiculado pelo sistema educacional parece ser deficitário, no que concerne especificamente à instrução da língua portuguesa. Para que tal dedução não passe por leviana e inconseqüente, passaremos a examinar os mesmos dados, distribuídos, no entanto, segundo a relação entre competência lingüística e as variáveis maturidade e escolaridade combinados e associados, ainda, a nível sócio-econômico.

A Tabela 2 abaixo apresenta os dados segundo a relação entre grau de competência na habilidade testada, medida

através dos índices de erros, e os fatores idade, escolaridade e nível sócio-econômico.

Essa combinação de variáveis extralingüísticas permite examinar os dados segundo duas perspectivas, ambas relevantes: de um lado, verificar o desempenho de cada grupo etário segundo a variação progressiva do grau de escolaridade; de outro, verificar o desempenho dos informantes agrupados em cada uma das quatro séries, conforme a variação progressiva de idade.

Como há três fatores combinados — estrato sócio-econômico, escolaridade e idade — não é possível contar com incidência razoável de representantes em todos os subagrupamentos considerados. Dessa forma, dados obtidos de grupos muito reduzidos de informantes deixam de ser pertinentes, em razão de sua baixa fidedignidade.

Os resultados referentes ao desempenho no teste dos informantes de classe alta (Santo André), expostos na Tabela 1, demonstraram que o grau de eficiência lingüística sofre um acréscimo progressivo,

embora irregular, à proporção que aumenta o grau de maturidade. Se, entretanto, combinarmos este fator com a variável escolaridade, é possível verificarmos que os informantes de uma mesma série escolar raramente demonstram maior grau de competência que o grupo de idade imediatamente inferior. Em outros termos, a competência dos alunos de cada série passa por um decréscimo regular à medida que aumenta a idade. No Santo André, esse fenômeno é particularmente verificável se atentarmos para as faixas de 11 e 12 anos, na 5.^a série, de 12 e 13 anos na 6.^a e de 13 e 14, na 7.^a série, justamente as que apresentam incidência razoável de representantes. Somente na 8.^a série é que não se observa esse fato: os informantes com 15 anos são de fato melhores que os seus colegas com 14 anos.

Embora haja algumas exceções, é possível verificar, por outro lado, que o grau de eficiência na habilidade testada tende a aumentar gradativamente de acordo com o acréscimo de grau de escolaridade. Como não é possível obter mais que duas séries para confronto, essa generalização fica um pouco prejudicada. No en-

TABELA 2 — Grau de competência lingüística segundo os fatores idade, escolaridade e nível sócio-econômico

idade	Eldorado				Santo André			
	5a.	6a.	7a.	8a.	5a.	6a.	7a.	8a.
11	—	—	—	—	34,6 (n = 32)	26,6 (n = 3)	—	—
12	24,4 (n = 6)	31,1 (n = 6)	—	—	36,5 (n = 7)	30,0 (n = 32)	32,2 (n = 4)	—
13	30,3 (n = 14)	31,2 (n = 12)	32,0 (n = 9)	24,4 (n = 1)	42,2 (n = 2)	33,3 (n = 5)	24,3 (n = 31)	32,7 (n = 4)
14	33,1 (n = 10)	37,9 (n = 11)	37,5 (n = 9)	32,0 (n = 9)	—	52,2 (n = 2)	35,5 (n = 7)	32,8 (n = 27)
15	17,7 (n = 2)	41,3 (n = 5)	36,1 (n = 8)	38,3 (n = 12)	—	—	28,8 (n = 3)	30,8 (n = 9)
16	31,8 (n = 6)	38,3 (n = 4)	36,5 (n = 9)	40,6 (n = 7)	—	—	—	—
média geral	29,7 (n = 38)	35,2 (n = 38)	35,5 (n = 35)	36,4 (n = 29)	35,3 (n = 41)	31,2 (n = 42)	27,1 (n = 45)	32,3 (n = 40)

tanto, se observarmos o desempenho dos informantes com 11 anos na 5.^a série, em confronto com o desempenho dos informantes com 12 na 6.^a e com 13 na 7.^a, podemos deduzir a existência de uma correlação estável entre idade e série, da qual a 8.^a é exceção.

É possível generalizar, a partir dos resultados acima discutidos, que o grau de escolaridade parece reforçar a aquisição gradual das normas adultas de prestígio, no que respeita ao grupo socioeconomicamente favorecido.

O fato de haver, por outro lado, uma proporção inversa entre competência e maturidade, dentro de cada série isoladamente, parece contradizer os resultados gerais examinados na Tabela 1, em que o fator mais importante envolvido é justamente a condição etária dos informantes. Tal contradição é, contudo, apenas aparente, de vez que nos parece muito natural que os alunos com idade mais avançada dentro de cada grau de escolaridade apresentem menor rendimento. É possível deduzir que esses alunos, que apresentam incompatibilidade entre condição etária e escolar tenham sido reprovados em séries anteriores ou em anos anteriores. Haveria nesse caso uma correlação entre rendimento escolar e grau de competência lingüística, que enunciarmos apenas como uma hipótese plausível para a justificação dos resultados, uma vez que não nos dedicamos a testar a relação entre desempenho na habilidade testada e rendimento escolar.

Quanto ao desempenho dos jovens de estrato socioeconomicamente baixo (Eldorado) é mais uma vez um comportamento oposto que se pode verificar a partir de seus resultados. Os índices de erros, que indicam a competência do grupo em questão, sugerem a conclusão de que nem o efeito do ensino, nem o efeito do amadurecimento etário parecem provocar algum progresso na aceleração do processo

de desenvolvimento das normas adultas de prestígio.

A relação de proporção inversa que constatamos existir entre a competência lingüística e a maturidade está empiricamente embasada nos dados. Com efeito, na 5.^a série é particularmente observável a tendência ao decréscimo no grau de eficiência na habilidade testada, se atentarmos para o desempenho dos informantes com 12, 13 e 14 anos; na 6.^a série, os índices de erros sobem regularmente de 31,1%, nos resultados dos informantes com 12 anos, a 41,3%, concernentes ao desempenho do grupo com 15 anos. Ainda que esse padrão não espelhe o comportamento dos alunos da 7.^a série, é preciso observar que os informantes mais amadurecidos (com 16 anos) apresentam índice de erros 4,5% mais elevado que seus colegas mais jovens (com 13 anos). Já na 8.^a série os dados que indicam correlação negativa entre competência e maturidade voltam a mostrar regularidade: o índice de erros se eleva dos 32,0, relativos ao desempenho do grupo com 14 anos, aos 40,6%, referentes ao do grupo com 16. Em nenhuma das quatro séries escolares os resultados contradizem a análise da Tabela 1, pelo contrário, reforçam-na.

Se considerarmos, por outro lado, a influência da escolaridade sobre cada grupo etário, podemos verificar que a tendência ao acréscimo no índice de erros, que revelaria correlação negativa entre competência lingüística e escolaridade, não é absolutamente regular. Não deixa, entretanto, de permitir tal dedução, mesmo porque os índices globais expostos na última linha da Tabela 2 indicam-nos claramente essa inclinação: sobem gradativamente de 29,7% no desempenho dos alunos da 5.^a série a 36,4% no desempenho dos alunos da 8.^a. A tendência ao decréscimo no grau de competência lingüística está, de qualquer forma, evidenciada nos resultados dos informantes com 13 anos, da 5.^a a 7.^a séries; no desempenho dos informantes com 14 anos, embora os alunos

de 8.^a série apresentem grau de eficiência 1% superior aos seus colegas de 5.^a série. O padrão é irregular no desempenho do grupo com 15 anos e no do grupo com 16, mas, neste último, os índices demonstram com bastante clareza a relação de proporção inversa existente entre competência e escolaridade.

CONCLUSÃO

Conforme mencionamos na introdução, este trabalho teve como objetivo investigar o grau de correlação possivelmente existente entre variáveis extralingüísticas, como a condição socioeconômica, a etária e a escolar dos informantes selecionados, e a competência lingüística demonstrada num teste de avaliação do conhecimento do valor social, inevitavelmente associado à linguagem.

Os dados empíricos analisados indicaram haver de fato tal correlação, o que vem a implicar, necessariamente, o processo de aquisição da norma culta.

Os informantes de classe baixa, com efeito, tendem a não desenvolver adequadamente o processo de conformidade à linguagem padrão; pelo contrário, o que seu desempenho indica é um decréscimo gradual da capacidade de reconhecer variantes cultas da língua portuguesa, conforme aumenta a maturidade. Mais grave ainda foi constatar que, paralelamente, o acréscimo da escolaridade não parece estimular nesses jovens o desenvolvimento da norma de prestígio, que, segundo nos parece, é inegavelmente um dos objetivos do ensino da língua materna.

O comportamento dos informantes de classe alta não difere muito, em termos de média global, do aproveitamento na habilidade testada, apresentado pelo grupo socioeconomicamente oposto. Não obstante, é verdadeiro afirmar que o desempenho desses jovens indica haver correlação positiva entre amadurecimento etário e competência lingüística. Na relação entre desempenho nos testes e os fato-

res escolaridade e idade combinados, foi também possível verificar uma correlação positiva, indício, de resto, de que a escolaridade só vem a reforçar o processo de aquisição da linguagem padrão.

No que concerne ainda ao grupo socioeconomicamente privilegiado, seria possível deduzir, à luz dos resultados, que a escolaridade tem peso relativamente maior que a maturidade. Em oposição a tal argumento, é preciso considerar que o sistema escolar não se dedica ao ensino da habilidade que investigamos, que consiste, repetimos, na capacidade de reconhecer valores sociais associados à linguagem. Dedicar-se, sim, ao critério exclusiva da norma prescritiva, cujo princípio básico consiste na suposição de que só uma forma é correta, em detrimento de suas alternativas, quando mais apropriado seria propor que tal forma fosse apenas a mais adequada a determinadas circunstâncias de intercâmbio verbal.

A esse propósito e tendo em vista a discrepância observada, com base no grau de competência dos informantes investigados, convém fazermos nossas as palavras de Labov e a sua perplexidade: como se explica que os jovens das camadas mais desfavorecidas, expostos à norma culta da língua portuguesa durante onze longos anos de duro banco escolar, não são capazes de reproduzir um diálogo num português culto consistente por alguns minutos? (cf. 4, p. 94).

Antes de tentar a resposta, citemos o próprio Labov: "language may be looked upon as a system for integrating values. Linguistics has made progress in analyzing the cognitive component, but many elements of language (certainly not all) are imbued with noncognitive values as well, and the total information conveyed in these noncognitive functions may outweigh the cognitive informations" (4, p. 94). Nesse sentido, um dos valores não cognitivos associados à linguagem consiste na identificação social com o grupo de

pares, possibilitada, a nível verbal, pela seleção de certas formas e não de outras. Dentre as formas não empregadas por um falante de classe baixa, acham-se indubitavelmente incluídas algumas das expressões diariamente veiculadas como corretas por professores em suas aulas de língua portuguesa. Esse fator, que influi negativamente na aprendizagem da forma culta da linguagem, manifesta-se como um dos conflitos de valores associados à linguagem, enunciados por Labov (v. 4, p. 70-71).

Não há dúvida que a ineficiência do ensino deita aí as suas raízes mais profundas, sobretudo se levarmos em consideração que é possível atribuir à escola uma importante função de aculturação, no que concerne especificamente à sua influência sobre o processo de aquisição da norma de prestígio, com referência particular à camada socioeconomicamente desfavorecida.

Os resultados sugeriram, entretanto, não ser esse o seu papel concreto, especialmente no que respeita à escola pública, cujos alunos parecem pertencer, de fato, à camada menos privilegiada, justamente aquela para quem o ensino deveria consistir na via de acesso social mais apropriada, senão a única.

Para as escolas que se fazem representar por alunos provindos dos estratos mais privilegiados, como o Colégio Santo André, a sua função socializadora parece desenvolver-se naturalmente; no sentido específico, porém, de reforçar os valores

adquiridos no ambiente sócio-cultural. É possível que tais valores não cognitivos, relacionados com a linguagem, coincidam com os que são cultivados pela norma prescritiva adotada pelo ensino, relativamente a variantes lingüísticas.

Se, para a camada baixa, tal reforço não logre ocorrer, é porque não há o que reforçar: os valores não cognitivos adquiridos em seu próprio contexto social são discrepantes em relação aos transmitidos pelo ensino. É, por conseguinte, aculturadora a função da escola pública em relação à população carente que a freqüenta e não apenas socializadora. Equivale a dizer que não deve apenas reforçar valores de prestígio social associados à linguagem, mas transformá-los, tendo em vista a ineficácia do meio em fazê-lo.

Isso não significa, obviamente, que comunidades carentes não possuam seus próprios valores e tampouco que sejam incapazes de socializar suas crianças no sentido de tais valores. O que de fato sucede é que os valores dominantes de prestígio e status acham-se diretamente correlacionados, na prática, com os valores ideológicos de poder, limitados às camadas socioeconomicamente favorecidas.

Eliminar, por conseguinte, o conflito de valores motivado pela própria intolância do tipo de ensino baseado na norma prescritiva equivale a eliminar sua prática como recurso didático exclusivo no ensino da língua materna. Essa é a lição mais proveitosa que os dados empíricos aqui analisados puderam proporcionar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. GUIDI, M.L.M. & DUARTE, S. — Um esquema de caracterização socioeconômica. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 52, 65-81, 1969.
2. HUTCHINSON, B. — *Mobilidade e trabalho. Um estudo da Cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, INEP/MEC, 1960.
3. LABOV, W. — *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1972.
4. LABOV, W. — Stages in the acquisition of standard English. In: SHUY, R., org. — *Social dialects and language learning*. Champaign, National Council of Teachers of English, 1965. p. 77-103.
5. *Levantamento Histórico, Geoeconômico e Socioeconômico dos Bairros Eldorado e São Jorge e adjacências*. São José do Rio Preto, Fundação Projeto Rondon, 1977.

FUNCIONALISMO VS. GERATIVISMO: ALGUMAS REFLEXÕES DE EPISTEMOLOGIA LINGÜÍSTICA.

Rafael Eugenio HOYOS-ANDRADE*

RESUMO: A partir de afirmações explícitas dos lingüistas funcionalistas André Martinet e Frédéric François, o Autor destaca as características que distinguem a visão funcionalista da visão gerativista com relação à linguagem e à lingüística. Abordam-se assim itens como: o papel da sintaxe; dedutivismo e indutivismo na gramática; natureza institucional da linguagem e inatismo; pertinência, estrutura profunda e universais lingüísticos.

UNITERMOS: Epistemologia lingüística; Funcionalismo; Gerativismo; sintaxe; linguagem-faculdade; linguagem-instituição; inatismo; estrutura profunda; pertinência; universais lingüísticos.

SINTAGMÁTICA OU SINTAXE?

“Dado que o funcionalismo define a sintaxe pelo seu papel relacional, por oposição às imposições sintagmáticas, afastasse de todas as gramáticas, antigas ou modernas, que procuram antes de tudo definir as regras das “sucessões corretas”. (FRANÇOIS, 1, p.15)

Esta observação de Frédéric François é muito pertinente. Com efeito, se tentarmos precisar o trabalho dos gerativistas empenhados em elaborar fórmulas cada vez mais adequadas que nos permitam construir orações gramaticais (e só gramaticais) chegaremos facilmente à conclusão de que o que a eles interessa é “definir as regras das sucessões corretas”. O objetivo fundamental de uma gramática baseada nos princípios do gerativismo parece ser, justamente, a elaboração de fórmulas ou regras reescrita que reflitam a maneira como um falante normal constrói enunciados, isto é, sucessões corretas de morfemas. Não é à toa o fato de Chomsky ser herdeiro direto de Harris, o grande ex-

poente do Distribucionalismo norte-americano; a linearidade, a sucessividade, a ordem dos elementos é prioritária nessa gramática, mas também na de Chomsky.

A tal ponto isto é verdade que poderíamos estabelecer a seguinte equação (válida para os defensores do gerativismo): sintaxe = sintagmática.

Noutros termos, a sintaxe reduz-se ao estudo das sucessividades, ao estudo da ordem correta entre os elementos lingüísticos de um enunciado. Explicar essa ordem é o assunto fundamental da sintaxe gerativa. Explicar o porquê da ordem das construções “superficiais” exigirá, às vezes, o recurso a complicadas regras transformacionais que justifiquem a ligação entre esta ordem, esta sucessividade superficial e uma pretensa estruturação e ordem profundas, de natureza mais lógica do que lingüística.

A grande contribuição da sintaxe funcionalista está na superação dessa linearidade ou sucessividade (fruto da na-

* Departamento de Lingüística — Instituto de Letras, História e Psicologia — UNESP — 19.800 — Assis-SP.

tureza oral da linguagem): nem tudo o que é sucessivo é pertinente, e portanto, nem sintático. O recurso à ordem para marcar as relações entre os elementos do enunciado é só um dos três procedimentos sintáticos universais. Mais ainda, nem tudo o que numa determinada língua constitui uma ordem obrigatória, por razões de tradição e uso, é necessariamente funcional: daí a distinção proposta por F. François entre SINTAGMÁTICA (estudo das sucessividades e de suas limitações numa determinada língua) e SINTAXE (estudo das relações pertinentes entre os elementos do enunciado e o enunciado como um todo: relações pertinentes porque correspondem às funções reais dos diferentes elementos do enunciado; estas funções estão ligadas intimamente ao caráter comunicacional da linguagem e, portanto, à experiência a ser comunicada...). Poderíamos dizer que a sintaxe funcionalista é *tridimensional*, enquanto a dos gerativistas seria *bidimensional*...

DEDUÇÕES E INDUÇÕES NO FUNCIONALISMO

“Deve destacar-se que a suposição de uma existência universal de predicados é a primeira que aqui realizamos por *indução*”. (MARTINET, 3, p.148)

Há entre os lingüistas de hoje uma tendência a privilegiar o modelo gerativista sobre outros modelos anteriores e/ou contemporâneos, pelo fato de o gerativismo se apresentar como um modelo hipotético-dedutivo. Muitas vezes os lingüistas em causa não saberiam dizer porque é melhor um modelo dedutivo, baseado na reflexão teórica do que um modelo indutivo, baseado na observação. Deixando de lado esta discussão para outra oportunidade, só pretendo agora destacar que Martinet enfatiza o seu dedutivismo sintático inicial. Com efeito, as primeiras afirmações sintáticas do funcionalismo marti-

netiano são deduções lógicas de sua definição de língua. Esta, por sua vez, baseia-se fundamentalmente na observação da linguagem humana: “instrumento de comunicação duplamente articulado e de natureza oral”. Estabelecidas *por dedução* as possíveis maneiras de os enunciados lingüísticos manifestarem as funções dos seus diversos elementos, supõe-se agora, *por indução*, a “existência universal de predicados”; não se estabelece, não se proclama, não se define, mas simplesmente se supõe, a partir dos dados atuais, observáveis, a existência universal de predicados. É, como diz Martinet, a sua primeira suposição de um universal sintático *por indução*. Os outros universais, por ele supostos, eram frutos da mais rigorosa *dedução*. Não teria, portanto, sentido rejeitar em bloco a sintaxe funcionalista sob a alegação de ela se prender unicamente à observação sem possuir uma hipótese, uma teoria, um enfoque inicial que lhe forneça a coerência indispensável a todo estudo científico.

Martinet é admirável, justamente, pelo seu rigor científico: a observação e o ponto de vista teórico estão permanentemente presentes nas suas análises. Partindo da observação (hoje inusitadamente contestada por lingüistas que pretendem “épater les bourgeois”) de que a língua é um instrumento de comunicação oral (e social) e da constatação, induzida também, de que todas as línguas naturais humanas conhecidas possuem uma dupla articulação, estabelece Martinet uma definição de língua. Dessa definição de língua deduz, com lógica contundente, que as maneiras de marcar as funções dos elementos do enunciado só podem ser três, em qualquer língua imaginável que possa ser incluída na definição inicial de língua. Observando, de novo o comportamento sintático das línguas e, portanto, *indutivamente*, chega a postular a existência universal de predicados* em todas as

* Entende-se por *predicado*, em terminologia funcionalista, o núcleo, o centro do enunciado em torno do qual se organizam os outros elementos que integram esse mesmo enunciado.

línguas conhecidas, não como uma necessidade lógica, mas como um fato, aliás muito condizente com a economia lingüística. Quão longe estamos aqui das pretensas estruturas universais profundas e binárias do tipo Sujeito + Predicado, hipoteticamente impostas por dedução puramente mentalista aos enunciados de todas as línguas.

A LINGUAGEM: INSTITUIÇÃO OU FACULDADE?

“Continua sendo mais seguro considerar a linguagem, não como uma das faculdades humanas, mas como uma instituição que implica o exercício das mais diversas faculdades”. (MARTINET, 4, p. 105)

O fato de os seres humanos falarem tem levado os pesquisadores a pensar que a linguagem é uma faculdade comparável, por exemplo, com a faculdade de ouvir. O problema está, porém, na observação, bem conhecida e divulgada, de que enquanto outras faculdades (do tipo audição, locomoção, visão, respiração) possuem órgãos exclusivos, a linguagem não possui órgãos próprios e exclusivos. Fez-se notar muitas vezes que o chamado aparelho fonador tem outras funções biológicas ligadas imediata, direta e, diríamos, necessariamente aos seus diversos órgãos: os pulmões, a laringe, as fossas nasais estão ligadas primordialmente à respiração; a faringe, a língua, os dentes, os lábios são órgãos essencialmente comprometidos com a ingestão de alimentos; e até as cordas vocais que, à primeira vista, estariam ao serviço inequívoco da linguagem, têm outras funções vitais específicas como as de ajudar na defecação, no controle respiratório e muscular necessário para, por exemplo, subir escadas ou dar à luz um filho. Ninguém poderá, porém, negar que o fato de as cordas vocais vibrarem produzindo sons está ligado, na pior das hipóteses, a uma função comunicativa fundamental que o ser humano compartilharia com os animais que emitem sons.

Será à toa que o ser humano faz sua entrada triunfal no mundo fazendo vibrar, justamente, as suas cordas vocais e produzindo com elas aquele choro, grito de vida, que tanto alegra o coração dos seus pais? Como negar a esse choro uma função potencialmente comunicativa? Podemos, portanto, concluir que ao chamarmos de *faculdade* a linguagem estamos usando este termo em forma simplesmente analógica e não unívoca, como no caso das outras faculdades humanas. Daí, sem dúvida, que Martinet afirma ser mais seguro considerar a linguagem como *instituição* “que implica o exercício das mais diversas faculdades” do que considerá-la como sendo ela mesma uma faculdade a mais. Com efeito, a linguagem, entendida como “fruto da vida em sociedade” reveste-se de um caráter institucional indiscutível. Um ser humano criado entre animais possuirá “in actu” todas as funções vitais, mas não a linguagem. Não será isto sinal de que a linguagem não é, estritamente falando, uma faculdade? Alguém poderá objetar que a faculdade de reprodução só pode exercer-se em sociedade porque supõe essencialmente a participação de um parceiro. A diferença, porém, com respeito à linguagem é grande: o indivíduo adulto normal, mesmo isolado, está capacitado para exercer a função de reproduzir-se no momento em que estiver disponível um parceiro do sexo contrário; em troca, o indivíduo isolado só conseguirá falar depois de um lento e laborioso aprendizado. Nesse aprendizado, como aliás no uso da linguagem, o indivíduo humano terá que pôr a funcionar faculdades internas como a memória, a inteligência e a vontade; e faculdades externas como a audição, a visão, a respiração.

Não é sem motivo que se ouve dizer às vezes que o ser humano fala não só com a boca, mas com os olhos, com as mãos, com todo o seu ser...

Em textos anteriores, Martinet ensinava que a linguagem humana era faculdade e instituição, com a ressalva, porém,

de que se tratava de uma faculdade “*sui generis*”. A reserva com que, no texto em foco, Martinet alude à linguagem-faculdade, explica-se, sem dúvida, pelas incursões gerativistas das últimas décadas que fazem da linguagem não só uma faculdade, mas uma *faculdade inata**, ligada biologicamente a um misterioso “*Language Acquisition Device*”. Mais ainda, rejeita-se o caráter institucional da linguagem, haja vista que esse tal dispositivo é individual, inerente a todos e cada um dos membros da espécie humana, e específico da faculdade de construir frases gramaticais e corretas, seja em que língua for. O que é fruto da vida em sociedade, na teoria gerativista, não é que o indivíduo fale, mas que fale numa determinada língua. Noutros termos, os gerativistas exageram as características da linguagem que nos permitem ver nela uma espécie de faculdade, sacrificando, por compensação, o caráter social da mesma e, portanto a sua natureza institucional e comunicacional.

PERTINÊNCIA E ESTRUTURA PROFUNDA

“... por não terem operado com o princípio de pertinência, muitos linguistas caíram na armadilha da oposição entre uma estrutura superficial e uma estrutura profunda que, dominada por “transformações” permitiria reduzir à unidade a variedade das línguas”. (MARTINET, 2, p. 50)

Aqui Martinet parece atribuir a duas causas o surgimento, a aparição da tão famosa estrutura profunda dos gerativistas: a primeira causa estaria no fato de os gerativistas não terem reconhecido a noção de *pertinência*. Tentemos explicar esta afirmação.

O princípio de pertinência nos permite distinguir elementos que, de fato, co-

municam alguma informação daqueles que, estritamente falando, nada comunicam, mas que aparecem na mensagem por razões as mais variadas: ênfase, tradição, assimilações (caso da nasalidade não pertinente), descuidos, etc. Diz-se, por exemplo, que a preposição DE em expressões do tipo “Gosto de você”, não é pertinente porque, de fato, nada comunica (daí, provavelmente, a sua supressão automática no português do Brasil em orações relativas do tipo: “A menina que eu gosto”, etc.) Usa-se, porém, tradicionalmente em português, constituindo o que poderíamos chamar um apêndice obrigatório do verbo GOSTAR, uma extensão preposicional automática. Segundo Martinet, o que é automático não é pertinente por não ser informativo, em sentido estrito (isto é, denotativamente falando); noutros termos, o elemento linguístico que não é fruto de uma escolha específica, individualizada, não é pertinente, pelo fato mesmo de ser obrigatório, como resultado, é claro, de uma escolha anterior: quem escolhe o verbo GOSTAR escolhe automaticamente a sua seqüela necessária, a preposição DE. Esta, portanto, não é pertinente.

Esta reflexão não é fruto de simples apriorismos, mas da observação de como funciona a linguagem humana. Distinguir, por conseguinte, entre elementos pertinentes e não pertinentes, não é uma hipótese, mas uma constatação.

O que farão, porém, os gerativistas, que ignoram a distinção mencionada, com elementos como a preposição DE, do exemplo acima utilizado? Dir-nos-ão, provavelmente, que a tal preposição é um elemento da estrutura superficial que, não se encontrando na estrutura profunda, virá a aparecer nela, como fruto de alguma transformação... Esta reflexão, todavia, é uma pura hipótese, indemonstrável, como é indemonstrável a noção mesma de estru-

* O inatismo dos gerativistas não deixa de ser uma consequência lógica da concepção da linguagem como faculdade: com efeito, em certo sentido, todas as faculdades humanas são inatas.

tura profunda. Que sentido tem, com efeito, a introdução de uma pretensa estrutura sintática profunda, diferente da sua manifestação superficial?

Para começarmos por alguma parte poderíamos, em primeiro lugar, afirmar que a linguagem humana é sempre superficial. Desconheço a existência de uma linguagem 'profunda' que estaria por baixo da linguagem 'superficial', como o esqueleto está por baixo da figura de um animal ou de um ser humano. Hoje ninguém discute que a linguagem tenha uma estrutura, mas esta sempre é superficial; as pretensas estruturas profundas não são linguagem, mas elucubrações de lingüistas preocupados, não se sabe por que, com demonstrar que todas as línguas do mundo são iguais. A não ser que "estrutura profunda" queira dizer, mas não é isso certamente o que Chomsky pretende afirmar, estrutura mental, pensamento, conteúdo semântico, aquilo que se pretende dizer, etc. Nesse caso, é claro que podemos distinguir entre "o que se diz" e "como se diz". O "como" será, porém, sempre superficial. No entanto, os gerativistas pretendem que esse "como se diz" tem no mínimo duas estruturas: a superficial (o que se ouve dizer) e a profunda, de natureza sintática (ou pelo menos sintático-semântica) que seria de algum modo anterior à superficial... Mas de que anterioridade se trata? Poderemos dizer que a estrutura profunda é *logicamente* anterior à superficial? Mas, o que pode significar isso? Linguagem e lógica, todo o mundo o sabe, não se entrosam muito bem... Por que uma expressão como "A alface verde" é logicamente posterior a "A alface que é verde", que, por sua vez, seria logicamente posterior a "A alface é verde", etc...?

De anterioridade *cronológica* é melhor não falar por que não cabe, evidentemente, neste contexto. Tratar-se-á então de anterioridade *psicológica*? Voltemos ao exemplo da alface: o que é psicologicamente anterior para o ser humano: "a alface em si" ou a cor verde que geralmente

a acompanha? Dado que na nossa experiência "alface" e "verde" estão sempre juntos, não se vê porque a frase "A alface verde" seja fruto de uma transformação do tipo acima sugerido.

Profundo é, às vezes, sinônimo de *íntimo*: será então que a estrutura profunda é a mais íntima? Mais íntima para quem? Para o falante? É óbvio que não se pode falar de uma maior intimidade *consciente*, pois os mesmos gerativistas não pretendem defender que os processos transformacionais sejam conscientes. Tratar-se-á, então, de uma maior intimidade (profundidade) no organismo lingüístico do falante, esse organismo que os gerativistas desejam *inato* e, portanto, *pré-programado*? Eis-nos, finalmente, diante da solução gerativista do problema! Assim como nos organismos cibernéticos o OUT-PUT final supõe uma série finita de estágios intermediários, a partir de um IN-PUT inicial, no ser humano, segundo esta *lingüística biônica*, é necessário supor (graças ao 'dispositivo lingüístico inato' ou 'Language Acquisition Device', comum e idêntico a todos os indivíduos da espécie humana) que todas as línguas possuem a mesma estrutura profunda, o mesmo IN-PUT inicial (noutros termos, tratar-se-ia de uma autêntica prioridade ou anterioridade *ontológica*). Estágios sucessivos e diferentes, segundo as diferentes línguas, transformarão essa estrutura inicial idêntica em outras tantas estruturas superficiais diferenciadas, correspondentes às diferentes línguas. Solução elegante, não podemos negá-lo, mas infelizmente inaceitável por falta de provas, por excesso de apriorismos, e por não resistir a uma análise rigorosa que se baseie na observação da linguagem humana tal como ela é e não como os neo-idealistas da lingüística gerativa gostariam que fosse.

A linguagem humana tem uma natureza dupla por ser o resultado da união infável de um conteúdo semântico com uma manifestação fônica; a linguagem

humana é duplamente estruturada, porque seus elementos se combinam nos enunciados (estruturação *sintagmática*), segundo complicadas variáveis, variáveis de uma língua para outra para produzir enunciados, que não são outra coisa senão análises lingüísticas de nossa experiência extralingüística; e porque esses elementos presentes no enunciado se opõem a outros elementos ausentes do mesmo enunciado mas, de alguma maneira presentes no repertório lingüístico do falante-ouvinte (estruturação *paradigmática*). A linguagem humana é *duplamente articulada* porque possui unidades significativas mínimas manifestadas por combinações de unidades distintivas mínimas; a linguagem humana oferece-nos, portanto, duplicidades de natureza vária chamadas também dicotomias ou antinomias ou aspectos binários; mas falar de duas estruturas sintáticas, uma superficial e outra profunda carece não só de fundamento mas de sentido, se queremos conservar uma noção sensata de linguagem. Que por trás da linguagem exista toda uma estruturação maravilhosa, inefável, misteriosa até, não há quem duvide; que a linguagem suponha no ser humano faculdades de natureza superior às dos simples animais; que a linguagem humana seja simultaneamente faculdade e instituição, quem poderá negá-lo? Mas querer que a dicotomia fundamental da linguagem humana seja a existência de duas estruturas sintáticas, uma superficial, “audível” e outra profunda, não perceptível, sendo esta última de caráter universal e inato, é coisa que não só desborda o campo da lingüística, mas também o de uma filosofia baseada no real, e corre o risco de entrar no domínio da mitologia, para não dizer como o professor norte-americano Edward Blansit, no da literatura infantil (“Mother Goose Linguistics”: uma espécie de “Lingüística do Sítio do Pica-pau-amarelo”).

Quanto à segunda causa, que Martinet parece atribuir à teoria da estrutura profunda, isto é, a pretensão de reduzir à

unidade a multiplicidade das línguas podemos acrescentar algumas reflexões. Qual será o interesse ou a intenção de querer reduzir todas as línguas do mundo a uma estrutura profunda essencialmente idêntica? O fato de a linguagem humana ser uma faculdade comum a todos os seres humanos não nos autoriza a dizer que as línguas do mundo devam ter uma estrutura profunda sintática comum, assim como a faculdade de reprodução não nos autoriza a supor uma estrutura familiar essencialmente idêntica. Por outro lado, a linguagem (assim como a família) é uma *instituição social*, fruto da vida em sociedade: esta característica da linguagem humana autoriza-nos, menos ainda, a pressupor uma estrutura sintática profunda comum a todas as línguas. Mais uma vez sirvamo-nos do exemplo da família: a família é também uma instituição social que, embora ligada à faculdade de reprodução, é fruto da vida em sociedade de seres biologicamente idênticos. Nem por isso podemos supor que exista uma estrutura familiar universal e idêntica.

Martinet não nega os universais lingüísticos; nega, somente, a pretensão de estabelecê-los “a priori” onde a observação não permite detectá-los. Martinet não nega a existência de elementos comuns a todas as línguas do mundo, mas afirma que esses elementos não podem ser deduzidos “a priori”, a partir de hipóteses indemonstráveis como a existência do famoso “Language Acquisition Device”; este, segundo Chomsky, seria inato na espécie humana, e não simplesmente como *faculdade*, como capacidade (que isso ninguém nega), mas como conjunto de regras de estruturação sintática, como dispositivo específico para construir gramáticas a partir de estruturas e dados lingüísticos pré-existentes. Os universais lingüísticos devem induzir-se da observação do maior número possível de línguas e não deduzir-se hipoteticamente de entidades e dispositivos criados “ad hoc” por

lingüístas que não sabem ou não querem ser aprioristicamente reduzida ao comportamento binário dos artefatos cibernéticos. e que a linguagem humana não pode

HOYOS-ANDRADE, R.E. — Functionalism vs. generativism: some reflections on linguistic epistemology. *Alfa*, São Paulo, 26: 25-31, 1982.

ABSTRACT: Using quotations of the functionalist linguists André Martinet and Frédéric François as a point of departure, for this study, the Author emphasizes the characteristics that distinguish the functionalist approach to language and linguistics from the transformationalist one. In this way different items are focused such as the role of syntax; grammatical deductivism and inductivism; the institutional nature of language and the innatism; linguistic relevancy, deep structure and linguistic universals.

KEY-WORDS: Linguistic Epistemology; Functionalism; Generativism; syntax; language as faculty; language as institution; innatism; deep structure; relevancy; linguistic universals.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FRANÇOIS, F. — Le fonctionnalisme en syntaxe. *Langue française* (35): 6-25, 1977.
2. MARTINET, A. — Función y estructura en lingüística. In: _____ *Estudios de sintaxis funcional*. Madrid, Gredos, 1978. p. 44-58.
3. MARTINET, A. — Fundamentos de una sintaxis funcional. In: _____ *Estudios de sintaxis funcional*. Madrid, Gredos, 1978. p. 140-155.
4. MARTINET, A. — Visión funcional de la gramática. In: _____ *Estudios de sintaxis funcional*. Madrid, Gredos, 1978. p. 105-114.

A GRAMÁTICA DOS CASOS E O "DATIVO".

Maria Cecília Pires Barbosa LIMA*

RESUMO: Este trabalho faz uma apreciação de alguns estudos sobre o Dativo tal como apresentado por Fillmore em 1968 e desenvolvido e modificado, a partir de então, pelo próprio Fillmore e outros lingüistas.

UNITERMOS: Teoria lingüística; Gramática dos Casos; Dativo; Experimentador; Beneficiário.

Sweet is the lore which Nature brings;
Our meddling intellect
Mis-shapes the beauteous forms of
things:- We murder to dissect
"The Tables Turned"
William Wordsworth.

INTRODUÇÃO

1. Algumas palavras sobre a Gramática dos Casos

A Gramática dos Casos (G.C.) nasce em fins dos anos 60, no seio do gerativismo, que se preocupa com a busca dos universais da linguagem e propõe uma base sintática comum às diferentes línguas. A proposta de Fillmore parte da teoria padrão de Chomsky, apresentando uma base sintática ligada a elementos semânticos, mais profunda que a base sintática até então concebida. Fillmore desenvolve suas idéias em dois artigos, inicialmente: "A Proposal concerning English Prepositions" e "The Case for Case", e pretende dar uma contribuição para os estudos dos universais sintáticos formais e substantivos. No primeiro artigo, Fillmore se afasta da teoria padrão chomskiana, rejeitando a distinção entre categorias e funções

gramaticais, propondo uma representação direta de funções semânticas do nome e, portanto, rejeitando também a pertinência das funções "sujeito" e "objeto direto" na estrutura profunda; em "The Case for Case", Fillmore propõe a introdução da noção de *caso* no componente de base de toda língua, sendo que a estrutura de base comporta termos primitivos que são relações casuais. Sua proposta mantém a centralidade da sintaxe, como proposto por Chomsky em *Aspects...* e ressalta a importância de "relações semanticamente relevantes" (que podem estar encobertas), que envolvem nomes e as estruturas que os contêm, formando um conjunto finito específico — as relações casuais, universalmente válidas (7, p. 21). Fillmore usa *caso* para "identificar a relação sintático-semântica subjacente", e "forma casual" para significar "a ex-

* Departamento de Letras Modernas — Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — UNESP — 14.800 — Araçatuba — SP.

pressão de uma relação casual numa determinada língua” (ibidem).

A estrutura básica de uma frase simples é formada de um verbo e um ou mais sintagmas nominais, cada um deles associado ao verbo por meio de uma determinada relação casual. Cada relação casual ocorre somente uma vez numa frase simples. Podem-se então estabelecer tipos de frases de acordo com as várias combinações possíveis de casos, e podem-se também classificar os verbos de acordo com o “quadro de construção casual” (case frame) em que possam ser inseridos.

Fillmore apresenta sua sugestão para o número e para a identificação dos casos, os quais têm que traduzir conceitos universais, que “identificam certos tipos de julgamento que os seres humanos são capazes de fazer sobre eventos que acontecem à sua volta”... A lista inicial de casos é: Agentivo (A), Instrumental (I), Dativo (D), Factitivo (F), Locativo (L), Objetivo (O) (o autor cita o Beneficiário (B) numa lista de casos dada na p. 32, 1968).

A regra básica para a formação de uma frase é: Frase → Modalidade + Posição.

O constituinte *modalidade* contém elementos que modificam a frase como um todo, incluindo negação, tempo, modo, aspectos e, possivelmente, alguns casos. Na *posição* é que se inserem o verbo e um ou mais nomes (ou orações inseridas) ligados ao verbo por relações casuais. Uma categoria casual é reescrita como K + SN, sendo K o elemento subjacente que aparece na superfície como preposição, posposição, afixo, dependendo da língua. Fillmore apresenta então as manifestações de superfície de K para o inglês, que seriam as preposições indicadoras da relação casual (nos outros dois artigos de Fillmore, importantes para a G.C. (1971, 1977), e que apreciaremos mais adiante, o autor revê esse item, abandonando-o como impreciso e desnecessário).

Não nos estenderemos aqui sobre os demais pontos desenvolvidos por Fillmore para completar sua proposta, como, por exemplo, os mecanismos através dos quais se passa da EP à ES, a manifestação dos marcadores casuais, ou os problemas de topicalização e objetivação.

Nosso objetivo aqui é mais modesto, mas nem por isso deixa de apresentar aspectos a nosso ver dignos de atenção.

2. *Objetivos*

Os artigos de Fillmore mereceram muita atenção por parte dos linguistas, que contribuíram com críticas e sugestões para mudanças, numa tentativa de melhor precisar os conceitos lançados inicialmente. O próprio Fillmore revê algumas posições em 1971, e apresenta um novo caminho para G.C. em 1977.

Não só a base teórica do trabalho de Fillmore foi bastante discutida, como os diversos casos por ele propostos foram detalhadamente estudados, e várias modificações foram sugeridas. O objetivo deste trabalho é fazer uma síntese das observações merecidas por um dos casos inicialmente apresentados por Fillmore, o *Dativo*. Para tanto, serão apontados os itens básicos que ajudem a caracterizar esse caso, itens esses colhidos em dados fornecidos por diversos autores. Serão mostradas, além disso, as divergências e particularidades do estudo de cada autor, visando a um melhor enquadramento do caso e à busca de um denominador comum.

O DATIVO

1. *O Dativo de Fillmore — 1968 (D-68)*

A caracterização do Dativo por Fillmore (7, p.24) é bastante simples e direta: Dativo é o “caso do ser animado afetado pelo estado ou ação identificado pelo verbo”.

O uso de traço lexical para identificação dos casos deu margem a muita discussão (principalmente na caracterização do

Agentivo), mas parece ser um expediente útil, embora não definitivo, para a identificação de D-68. (A animação não é expediente definitivo, uma vez que o caso Objetivo poderia ser usado em relação a um ser animado, desde que sua animação não fosse relevante para a ação expressa pelo verbo).

O traço relacional básico do D-68 é ser “afetado” pela ação ou estado indicado pelo verbo. Este traço é aceito e adotado por vários autores, embora sozinho não baste para distinguir D de outros casos.

D-68 portanto, enquanto tal, caracteriza-se apenas como uma noção inicial, a partir da qual se vão depurando alguns desdobramentos necessários.

2. Os estudos de A.M. McCoy

Ana Maria McCoy, em seu trabalho *A Case Grammar Classification of Spanish Verbs* (1969), faz uma aplicação da gramática dos casos ao espanhol, tentando apresentar uma classificação dos verbos espanhóis de acordo com o quadro de construção casual em que os verbos possam ser inseridos.

Para tanto, a autora propõe algumas modificações à teoria de Fillmore, entre as quais a existência de um conjunto de treze traços relacionais básicos que servem para caracterizar os casos, distinguindo-os e relacionando-os entre si. Da combinação desses treze traços básicos, McCoy deriva 20 casos, assim agrupados: 1) argumentos de causa; 2) argumentos afetados; 3) argumentos circunstanciais. Os argumentos afetados são os que sofrem o efeito da ação levada a cabo pelos verbos causais ou que se encontram no estado descrito pelo verbo. As relações existentes entre os argumentos afetados e o resto da frase são expressas pelos casos

Dativo (D), Experimentador (E), Objetivo (O) e Factitivo (F).

O D-68 foi, portanto, desdobrado em dois casos — Dativo e Experimentador, para os quais McCoy mantém o traço lexical [+ animado].

O Dativo de McCoy se caracteriza por colaborar com o A em verbos complementares conversos, seguindo daí que D só aparece em frases em que haja A, e nunca, portanto, como sujeito.

O Dativo se caracteriza ainda por:

- a) traços casuais:
// - Causa //, // - Instigador //, // - Realizador //, // - Intenção //, // - Efeito //, // - Controle //, // ± Origem //, // ± Meta //, // + Ativo //, // + Afetado // ...
- b) marcador de superfície: a preposição *a* e *de* (quando D tiver o traço // + Origem // .)
- c) dominação casual: D é dominado por A.
- d) transformações: D nunca é sujeito da voz passiva.*
- e) topicalização: D nunca é sujeito (nem na ativa, nem na passiva).

— D pode ser objeto indireto se for marcado com o traço // + Origem //.

— D é obrigatoriamente objeto indireto se for marcado com // - Origem //.

Exemplos: 2) Alfredo aceitou a pena de *Pelayo*.

3) Os meninos foram devolvidos *ao conde* pela cigana.

4) A mãe deu chocolate *aos meninos*.

McCoy identifica o Experimentador com as seguintes características:

- a) traços casuais: os mesmos de D, com uma única diferença:
E é marcado // - Ativo //.

* Isso é válido para o espanhol, assim como para o português, mas não se aplica ao inglês, língua em que o objeto indireto, ou o objeto de preposição pode também ser transformado em sujeito da passiva.

Ex.: 1) The boys were given chocolate.

- b) marcador de superfície: E não apresenta marcador de superfície, quer se manifeste como sujeito, quer como objeto direto.
- c) dominação casual: E não domina, nem é dominado por nenhum outro caso.
- d) transformações: E não aceita imperativo
- frases com sujeito E não podem ser objeto de verbos do tipo *convencer, persuadir*, etc.
 - verbo com sujeito E não aceita o teste com o verbo fazer (o que E fez foi...)*
 - E pode ser sujeito da passiva se não houver O
- e) topicalização: E pode ser — sujeito de V / - Ativo /
- objeto de V / + Ativo /
 - objeto direto se não houver O
 - objeto indireto se houver O
 - sujeito da passiva de V / + Ativo /, se não houver O.

Se D é usado com verbos do tipo *dar, devolver, entregar, pagar, vender, tomar, aceitar*, etc., os verbos usados com E, segundo McCoy, são, basicamente, verbos de entendimento e vontade, que ela agrupa em 4 tipos: 1) de posse; 2) de percepção ou compreensão (inconsciente, não procurada); 3) de memória; 4) de desejo.

McCoy apresenta ainda o Experimentador comitativo exemplificado na oração: 5) "D. João casou Maria com Júlio."

Para solucionar o problema dos verbos estativos, a autora propõe o E estativo, ilustrado no seguinte par de exemplos: 6) Maria (E) soube que... (mudança de estado, compreensão); 7) Maria (E estativo) sabe que...

A diferença entre as duas orações existe tanto em português como em espanhol e outros autores, como David Lee ou como Chafe, atribuem o significado em 6) à adição da unidade derivacional *incoativo* à base estativa.

Essas são, em linhas gerais, as características dos dois casos em que McCoy desdobra o D de Fillmore. A análise fica agora, realmente, mais acurada do que aquela que um único caso poderia proporcionar. A distinção entre os traços // + Ativo// para o D e // -Ativo// para E é uma distinção pertinente e comprovável em todos os exemplos dados pela autora. Parece, no entanto, que a validade de várias afirmações fica circunscrita ao espanhol. Devido, certamente, ao fato de ter-se detido McCoy tão minuciosamente em dados da superfície (como seu estudo realmente exigia), falta, talvez, à sua proposta um caráter mais universal, como seria desejável.

3. Os estudos de Nilsen

Em *Toward a Semantic Specification of Deep Case* (1972) Nilsen confirma a opinião de McCoy sobre a dificuldade de se encontrarem em Fillmore critérios mais definitivos para a identificação dos casos. O que Nilsen propõe é um engajamento total aos traços semânticos para a identificação dos casos profundos. Para tanto, tenta mostrar que não há perfeita correlação entre traços profundos e manifestação de superfície, sendo enganoso, muitas vezes, o estudo que parte dela. Faz também sugestões quanto à natureza dos traços casuais e sua relação com os papéis casuais e, principalmente, sugere que a relação casual entre o sintagma nominal e o verbo também relaciona nomes entre si.

Na parte IV de seu trabalho, Nilsen analisa o quadro de traços e casos apresentados por McCoy e, embora reconheça

* Essas três características, válidas para verbos espanhóis e ingleses, não são definitivas para os verbos equivalentes (estativos) em português.

grandes méritos no estudo da autora, propõe modificações, restringindo os critérios de identificação do caso profundo àqueles que ele classifica como sendo estritamente traços casuais.

Para Nilsen, os traços casuais, reduzidos para seis, aparecem em pares hierarquicamente relacionados, assim como os casos profundos, também em número de seis.

Pares de traços
Controlador — controlado
Causa — efeito
Origem — meta

Pares de casos
Agente (A) — Instrumento (I)
Causativo (C) — Paciente (P)
Origem (Or) — Meta (M)

Os pares de traços são apresentados de tal modo que o primeiro par é um subconjunto do segundo e esse um subconjunto do terceiro. Assim, o caso que tem o traço *controlador* (A) tem também os traços *causa* e *origem*; o caso que tem o traço *causa* (C) tem também o traço *origem*, o mesmo acontecendo com os outros membros de cada par. O traço *controlador* engloba quatro dos traços apresentados em McCoy: *instigador, realizador, intenção, e controle*; o traço *controlado* abrange os “afetados” de McCoy.

Os casos profundos e seus traços básicos são:

Casos \ Traços	Controlador	Controlado	Causa	Efeito	Origem	Meta
Agente (A)	X		X		X	
Instrumento (I)		X	X	X	X	X
Causativo (C)			X		X	
Paciente (P)				X		X
Origem (Or)					X	
Meta (M)						X

O I é marcado // + controlado//, // + efeito//, // + meta// enquanto se relaciona com A. Mas I pode estar também ligado a P numa relação de causa-efeito; é então marcado // + causa//, // + origem//, confundindo-se parcialmente com o Causativo.

O D de Fillmore 1968 (como também O e F) e os argumentos afetados de McCoy ficam englobados no *Paciente* de Nilsen. Embora Nilsen dispense o traço lexical como não importante na identificação dos casos, ele aceita, de certo modo, o traço [+ animado] para distinguir o antigo E do O, [- animado] (12, p. 38).

Quanto ao traço relacional, Nilsen atribui aos afetados de McCoy o traço // + controlado// e identifica P como o

caso da coisa afetada sobre a qual se age, o receptor da ação em predicados de vários argumentos, o caso emparelhado ao Causativo.

Surge aí um primeiro problema: Nilsen afirma que os “afetados” terão o traço // + controlado// (12, p.35), como realmente parece ocorrer. Mas ele não mostra essa relação no quadro que reproduzimos acima. Parece que faltou no quadro a indicação de que A pode relacionar-se diretamente com P numa relação controlador-controlado, situação em que deveria ser marcado, como previsto, // + controlado//

Outra observação se faz necessária no que diz respeito ao uso que Nilsen faz

de P e dos casos antigos afetados, como se eles coexistissem, tendo o autor afirmado anteriormente que P os inclui a todos. Sugere isso que Nilsen sente necessidade de expandir P?

Essa confusão está bem presente em alguns exemplos com que Nilsen ilustra a aplicação dos traços casuais. Na aplicação dos traços // + origem// + meta//, o autor afirma que essa relação pode ser encontrada numa relação entre Paciente e Experimentador. Dá exemplos: 8) João possui um conversível; 9) João saboreou a torta; 10) João apreciou o concerto.

A primeira observação sobre esses exemplos é a que já fizemos acima. O Paciente engloba ou não o Experimentador? Parece que não, contrariando a proposta inicial.

A segunda observação diz respeito à atribuição dos traços//origem// //meta// às orações: ao sujeito *João* (caso = E) é atribuído o traço // + meta// e aos objetos (caso = P), o traço // + origem//. Isso também não está de acordo com a atribuição de traços apresentada no quadro que ele apresentou na p. 37, onde P era marcado // + meta//.

Na realidade, sente-se falta de uma explicação mais detalhada ou mais englobante sobre os traços casuais //origem// e //meta// que exprimem as relações mais importantes, parece-nos, porque estão presentes também nos outros traços. Ao analisar os traços propostos por McCoy, Nilsen diz que os traços //origem// e //meta//, assim como //causa// e //efeito// por ela apresentados, permanecem intactos, mas que, no seu sistema, a relação entre cada par é mais óbvia, como se pode ver na lista de pares que ele apresenta (12, p. 35). Essa caracterização parece insuficiente em vários pontos.

Depois de apresentar os seus casos profundos, que são encontrados em estruturas de mais de um argumento, Nilsen analisa as estruturas de um único argu-

mento, propondo para os nomes que aí aparecem mais um caso, o objetivo, que não se relaciona com nenhum outro caso e recobre todos os casos que possam ocorrer com predicados de um só argumento. Desse modo, os sujeitos de orações como: 11) João comeu; 12) João morreu./ O gelo derreteu; 13) João é criterioso. Seriam todos rotulados com o caso Objetivo na EP porque, segundo Nilsen, existe aí uma mesma relação entre sujeito e predicado (sendo *estativo* e *não estativo* traços do verbo). No entanto, se se aplicam a essas orações os traços casuais apresentados pelo próprio autor, vê-se logo que os SN dessas orações não recebem todos os mesmos traços e não têm, conseqüentemente, o mesmo papel semântico, tendo que ser rotulados como casos diferentes. O caso O, como proposto por Nilsen, incluiria A, E, O. Parece que a inserção do caso Objetivo aqui atende somente ao propósito de preencher a lacuna que se abre numa proposta baseada em *pares* de casos. Nada impediria, no entanto, que Nilsen mantivesse, em predicados de um argumento, os mesmos casos usados em predicados de vários argumentos, uma vez que ele afirmou no início que as relações casuais possíveis entre o sintagma nominal e o verbo são as mesmas que relacionam os nomes entre si.

Uma última observação sobre o trabalho de Nilsen refere-se à classificação dos traços// controlador//, //causa// e //origem// como *traços ativos* e dos traços //controlado//, //efeito// e //meta// como *traços receptivos*: Nilsen rejeita em McCoy o traço *ativo* por considerá-lo lexical e portanto não pertinente na identificação dos casos. Parece que esse item mereceria maior atenção e talvez uma adaptação como subtraço, uma vez que Nilsen lança mão do termo “ativo” — contraposto a “receptivo”, que não quer dizer exatamente “não ativo” — para caracterizar os traços, sem, no entanto, esclarecer se se trata do mesmo conceito usado por McCoy. A importância desse

subtraço, se assim o pudermos chamar, está em permitir um escalonamento dos casos de acordo com a atividade, expediente útil para explicar a topicalização.

A abordagem de Nilsen, por não se basear em dados da superfície, tem o mérito de tentar trabalhar com poucos elementos, escolhidos como básicos, e é um passo muito importante para a identificação dos casos.

4. Os estudos semânticos de W. Chafe e Cook

Importantes contribuições ao desenvolvimento da gramática dos casos podem ser encontradas na obra de W. Chafe, *Meaning and the Structure of Language* (1970), e em vários artigos de Walter Cook, autor que mostra grande interesse pela Gramática dos Casos e que de modo muito claro retoma pontos importantes, ordenando a parte teórica e propondo bases para a aplicação efetiva da teoria. Embora partam de diferentes pressupostos, os estudos de Fillmore e Chafe apresentam vários aspectos comuns, que são, desse modo, sedimentados. Ambos afirmam que a frase, em sua estrutura básica, consiste em um verbo e um ou mais nomes, cada um dos quais mantém uma determinada relação com o verbo. Chafe, porém, propõe a estrutura semântica como central à análise, enquanto Fillmore, como vimos, prendeu-se à centralidade da sintaxe, proposta pelo gerativismo (lembramos que Fillmore vai rever essa posição em "The Case for Case Reopened"). Além disso, contrariamente a Fillmore, que propôs a classificação dos verbos de acordo com o arranjo de casos em que possam ser inseridos, Chafe apresenta o verbo como elemento central na frase, elemento cuja natureza determina os tipos de nomes que o acompanham, a relação entre esses nomes, e o modo pelo qual esses nomes serão semanticamente especificados.

As quatro especificações semânticas básicas para o verbo (além da especificação *ambiente*) apresentadas por Chafe

são: estado, processo, ação, ação-processo. As relações nome-verbo exigidas por essas especificações verbais são *paciente* (P) (para verbos de estado e de processo) e *agente* (A) para verbos de ação, sendo que os verbos de ação-processo pedem os dois tipos de relação.

As unidades selecionadoras presentes no verbo (estado, processo, etc) vão determinar também, até certo ponto, as unidades selecionadoras nos nomes (contável, potente, humano, etc). Uma raiz verbal especificada por determinada unidade selecionadora pode mudar de especificação mediante a adição de unidades derivacionais como *incoativo* (estado > processo), *resultativo* (processo > estado), *causativo* (processo > ação-processo) (as derivações propostas por Chafe são bidirecionais). Esse processo derivacional permite que determinada raiz possa pedir diferentes argumentos, dependendo das unidades derivacionais que a ela se possam adicionar.

Mas, não nos distanciemos do nosso objetivo. Vejamos as informações básicas do estudo de Chafe que nos permitiram apreciar o modo como ele trata os argumentos que Fillmore rotulou inicialmente como caso *Dativo*. Além de A e P (P corresponderia ao O de Fillmore), Chafe aponta outras relações que o nome pode ter com o verbo, entre as quais estão a do Experimentador (E) e a do Beneficiário (B).

O Experimentador não tem as características de A nem as de P. É alguém que está mentalmente disposto de algum modo. Cook define E como "o caso exigido por um verbo de experiência, que especifica aquele que sofre um evento psicológico de sensação, emoção ou cognição" (4, p. 9; 3, p. 71). O Experimentador é exigido por verbos de experiência, que podem identificar estados (como os verbos *querer, gostar, apreciar*) ou processos (intrínsecos ou derivados) (como *ver, ouvir, sentir, aprender, lembrar*). Ressalte-se

que, para Chafe, os verbos de experiência não identificam ações. Chafe apresenta ainda uma regra que permite que o estado-experiência possa ser também ambiente. Ex.: 14) Tom está com calor.

Existe também a possibilidade de que verbos de ação-processo que pedem E, como *mostrar*, *ensinar* (e o inglês "remind", *fazer lembrar*) sejam causativamente derivados de processos como os expressos pelos verbos *ver*, *aprender* (e *lembrar*).

Cook, em "A Set of Postulates for Case Grammar Analysis", faz uma análise comparativa bem interessante dos trabalhos de Fillmore e Chafe, mas em "Case Grammar and Generative Semantics", e principalmente em "Covert Case Roles", sua análise de tipos verbais e tipos de argumentos exigidos pelo verbo é mais detalhada (embora, apresentada também em outro artigo, seja bastante criticada por Zarechnak (1974) em vários aspectos).

Em "Covert Case Roles", Cook apresenta os casos que pôde identificar em sua análise: casos proposicionais: Agente, Experimentador, Beneficiário, Objetivo, Locativo; em predicções estativas: Experimentador estativo, Beneficiário estativo, Objetivo estativo; casos modais: Temporal, Modal (incluindo Instrumental), Beneficiário externo, Locativo externo, Causa, Propósito e Resultado.

Cook propõe ainda uma classificação dos papéis casuais: a) os papéis casuais *manifestos*: existem na EP e sempre aparecem na ES; b) os *parcialmente encobertos*: existem na EP e são opcionais na ES; c) os *totalmente encobertos*: existem na EP e nunca aparecem na superfície. Os casos totalmente encobertos podem ser encontrados na língua como: 1) papéis vagos; 2) papéis lexicalizados e 3) papéis co-referenciais.

O Experimentador está sempre presente na EP de verbos de experiência. Vejamos como E se comporta com as diversas específicas verbais.

Com verbos estativos, E, agora E est., pode ser apagado na superfície. Ex.: 15) E duvida de O; 16) O é duvidoso (para E); 17) E está interessado (em O); 18) O é interessante (para E).

O Experimentador pode ainda ser um papel vazio em orações como: 19) O parece triste (para E).; 20) João se parece com Alfredo (para E, no entender de E).*

Com verbos (de experiência) de processo, (*sentir*, *ouvir*, *ver*), Cook não aponta nenhum caso E encoberto.

Com verbos (de experiência) de ação, (não apontados por Chafe, como vimos) a estrutura casual seria + [- A,E] (derivada de + [- A,E,O], uma vez que Cook aceita a hipótese de que O está sempre presente na EP de todas as estruturas). Ex.: 21) A questiona E (O está lexicalizado no verbo); 22) A amedronta E (O seria co-referencial com A, explicação não muito clara, que parece um pouco forçada, talvez somente para a manutenção da proposta de um O universal na EP. Zarechnak também acha estranha essa explicação).

Nas estruturas com verbo de ação— processo quadro: + [- A,E,O], o caso E pode estar parcialmente encoberto em verbos como *dizer*.

O caso E, assim como o Beneficiário (B), que estudaremos abaixo, nunca se encontra lexicalizado no verbo.

O Beneficiário, para Chafe, ocorre em uma situação em que o argumento se beneficia daquilo que foi comunicado no resto da oração. Cook define os verbos benefactivos como aqueles que expressam

* Este último exemplo é dado por Cook como sendo uma violação da regra que exige um só exemplar de cada caso por frase. Cook sugere que o quadro casual para o verbo "resemble" (*parecer-se com*) seja + [- O,O]. Não discutiremos isso aqui, uma vez que Fillmore já argumenta contra esta proposta em "Some Problems"... (8, p. 39).

posse ou então ganho ou perda numa transferência de propriedade. Exigem, basicamente, três casos: A, O, B, sendo B o caso “que especifica aquele em estado de posse, ou aquele que sofre perda ou ganho na transferência de um objeto” (4, p. 74).

Chafe afirma que a hipótese de que há dois tipos de relações distintas, E e B, é apoiada pelo fato de que algumas línguas as representam de modo diferente na ES e que há entre elas diferenças no funcionamento semântico.

Os verbos benefactivos podem identificar estados, como *ter*, *possuir*, que exigem o B est.

Podem ser também verbos de processo (derivados ou intrínsecos) como *achar*, *adquirir*, *perder*, *ganhar*. Cook diz que nas estruturas com verbos benefactivos de estado e de processo não há papéis encobertos.

Há ainda os verbos benefactivos de ação-processo (derivados ou intrínsecos), como *vender*, *dar*, *comprar*, *enviar*. O fato de verbos benefactivos poderem ser intrinsecamente de ação-processo, contrariamente aos verbos de experiência, é uma das diferenças importantes entre os dois tipos de verbo, segundo Chafe.

Para Chafe, B pode ser opcionalmente apagado. Nas palavras de Cook, B pode ser parcialmente encoberto como em: 23) *A rouba O (de B)*, ou é totalmente encoberto pela regra de apagamento referencial: 24) *A compra O (para B, sendo A = B)*; 25) *A pegou um peixe (para B, sendo A = B)*.

Não há, para Chafe, verbos benefactivos que sejam simples ações, embora haja a possibilidade de se juntar, opcionalmente, um Beneficiário a todo verbo de ação (ação simples ou ação-processo). É o que Cook classifica como B externo (que se localizaria na modalidade). Ex: 26) *Maria cantou (para Tom)*; 27) *Maria tricotou um suéter (para Tom)*.

Cook, no entanto, apresenta, em sua matriz, verbos benefactivos de ação, assim como propôs os verbos de experiência de ação (derivados), com o quadro casual + [— A,B], derivados de verbos do tipo A-B-O, em estruturas em que O não se apresenta na superfície, estando lexicalizado no verbo. Ex: *subornar*, *armar*, etc.

Zarechnak fez algumas observações interessantes a respeito das derivações, da necessidade de uma redução dos lexemas verbais, expediente que refina a análise, mas que levanta alguns problemas (i.e, ver o que há de básico naquilo que já é considerado um elemento básico da estrutura, o verbo). Diz ele que a idéia de derivação deve estar sujeita a muita cautela. Seria necessário fazer uma lista dos átomos semânticos universais para se poder ter uma subclassificação precisa dos itens lexicais derivados. Isso ainda não existe. O que se tem são fragmentos de teorias, o que não permite uma análise segura e uniforme.

Embora muito reste por fazer, como bem afirma Zarechnak, muitos passos importantes têm sido dados para a correta identificação do papel semântico dos argumentos que acompanham o verbo, como, parece-nos, a contribuição fundamental de Chafe, os esforços de adequação de Cook, Zarechnak e outros.

5. Fillmore retoma a palavra

Em seu artigo “Some Problems for Case Grammar”, de 1971, Fillmore faz um breve histórico da trajetória da sua gramática dos casos, reconhece que vários pontos de sua proposta inicial estavam incorretos, mas acha que as idéias básicas são válidas.

Vários problemas importantes são levantados e interessantes soluções são sugeridas, como o problema da causatividade, por exemplo.

Interessa-nos no momento a nova proposta relativa à classificação e identifi-

cação dos casos. A lista dos casos — já na nova hierarquia — é a seguinte: Agente (A), Experimentador (E), Instrumental (I), Objetivo (O), Origem (Or), Meta (M), Locação (L) e Tempo (T). O velho Dativo dissolveu-se, incorporando-se agora a três casos: E, caso do evento psicológico genuíno, de verbo de evento mental; O usado agora também com verbo não psicológico de mudança de estado, como *morrer*, *crescer*, (serve também para designar a entidade que se move ou sofre mudança e, quando rotula uma oração inserida, indica o conteúdo de um evento psicológico); M, com verbos de transferência ou movimento de algo para alguém, indica o receptor (indica ainda o estado ou resultado final de uma ação ou mudança, correspondendo ao antigo *Factitivo*, e, como oração inserida, identifica o estado ou evento resultante, numa construção causativa).

O antigo beneficiário, timidamente sugerido em “The Case for Case” e desenvolvido por outros autores, é agora dispensado de vez, substituído por Meta. Fillmore argumenta, para justificar o abandono, que B sempre ocorre em frases com A e somente quando se pensa no papel de A como sendo deliberado ou voluntário. Assim, a existência de B exigiria que se sobrecarregasse a teoria com certa redundância no que toca à seleção de casos e exigiria ainda que se reconhecessem expressões de atos voluntários e intencionais. Isso seria evitado se se aceitasse a noção de Meta como a direção ou o receptor da ação; o Objetivo seria uma oração inserida num predicado mais alto, de verbos do tipo *dar* ou *oferecer*, que teria a presença de um A, e do receptor.

A idéia da existência de um predicado mais alto em que se inserem, como O₃, o verbo benefactivo, seu paciente e o receptor, parece ser satisfatória para o Beneficiário como concebido por Chafe (o Beneficiário externo de Cook) conforme bem mostra o exemplo dado por Fillmore: *I did it for you*. Não resolve, porém, to-

dos os problemas apresentados pelos verbos benefactivos, como veremos.

Fillmore não mostra em “Some Problems”... maiores hesitações na identificação de E, mas sim na dos argumentos que o acompanham.

Em “The Case for Case Reopened” (1977), Fillmore propõe uma nova interpretação do papel dos casos e um novo método para investigar a questão do número e identidade dos casos. A proposta se apresenta como uma grande abertura em relação aos estudos iniciais de casos. Apontaremos aqui alguns dados básicos, por os considerarmos muito importantes para o alargamento da G.C., embora não se refiram especificamente ao caso objeto de nosso trabalho.

O estudo da estrutura funcional das partes da frase vai ser baseado na estruturação “orientacional” ou “de perspectiva” da mensagem. A noção de caso vai ser muito diferente da original. O novo método se prende à proposta de “significados relativizados com respeito a cenas”. Quando um determinado evento é posto em causa, é “ativado” (por ex., uma transação comercial), escolhemos uma certa perspectiva daquele evento (a compra, a venda, o preço, etc.) determinada pela escolha do verbo, de acordo com a qual somos compelidos a usar as entidades envolvidas. As funções gramaticais dos SN que representam as entidades que são postas em perspectiva são determinadas por “algo como uma hierarquia de casos profundos”.

Um dos pontos principais do novo enfoque é a noção de quadro casual, cuja função é fornecer uma ponte entre a descrição da situação e as representações sintáticas subjacentes. O quadro casual não contém necessariamente uma descrição de todos os aspectos relevantes de uma situação, mas somente uma determinada parte da situação, aquela que foi posta “em perspectiva”. Esse expediente parece visar

à simplificação do processo de identificação dos papéis casuais.

Algumas das condições que propiciam a inclusão de um argumento na perspectiva, condições de destaque ("saliency") são: ser *humano* (é a força do traço lexical, sempre presente); *mudar* de estado ou localização; ser *definitivo* e *total*.

Desse modo, Fillmore, abrindo mão de certas minúcias descritivas, fornece à sua teoria um grau maior de generalização, dando, possivelmente, maior simplicidade e adequação à análise.

RESUMO E CONCLUSÕES

Pouco temos a dizer sobre o Dativo original. Dele quase nada sobrou, ou tudo, afinal, pois os casos que dele vieram guardaram os traços *afetado* e, com certas restrições relutantemente, *animado*. Não se pode dizer que não foi uma boa semente, dentro dos estudos de casos.

Os estudos de McCoy, tão criticados mas sempre citados, deram uma contribuição muito válida para a identificação dos casos englobados em D-68. O Experimentador foi bem caracterizado como o caso usado com verbos e percepção, memória, desejo, McCoy inclui na lista, indevidamente, a nosso ver, os verbos de posse, que pedem um tipo de relação diferente. Apontou a existência do Experimentador estativo; seu Dativo coincide com o Beneficiário de verbos de ação-processo de Chafe e de Cook ou, parcialmente, com Meta de Fillmore — 1971 (enquanto "recebedor"). A escolha de traços casuais pode ter sido redundante, mas a autora usa com proveito traços importantes como *origem-meta*, que tentou definir mais detalhadamente que outros autores, embora não conseguisse também usá-los num grau necessário de generalização.

O trabalho de Nilsen tem o mérito de tentar simplificar, eliminar o supérfluo. Mas, encontrar o essencial não é uma tarefa impossível?

A idéia de trabalhar com pares de traços e casos foi muito frutífera, embora o autor pudesse ter cruzado mais os traços para melhor caracterização dos casos, que ficou falha: os traços origem-meta, por exemplo, apontados corretamente como básicos, poderiam ter sido mais amplamente aplicados; o Agente é marcado somente com o traço *origem*, o Paciente é marcado somente com *meta*, o que se constitui numa falha importante da análise.

O Paciente de Nilsen — se é que ele teve a intenção de substituir todos os afetados por P — não é suficiente para recobrir os casos que nos interessam neste estudo. Falta no seu trabalho o que se encontra em Chafe: maior preocupação com o elemento central da estrutura, o verbo, pois só a partir dele se podem estudar as relações da estrutura. A preocupação de trabalhar com pares de nomes o afastou do verbo, também.

Em Fillmore — 1977, há breve referência ao trabalho de Nilsen, acusando-o de ter confundido (como o próprio Fillmore) noções relacionais e categorias. Essa referência parece ser injusta. Nilsen tenta fugir, na medida do possível, do traço lexical do nome (por isso, engloba todos os afetados num único caso). Acaba cedendo, em alguns momentos, à caracterização lexical, mas não como expediente de identificação de casos e sim como decorrência da soma de traços que incidem sobre o caso (veja-se, como exemplo, o tratamento que dá ao Agente, (12, p. 45). Mas não é verdade, como afirma Fillmore, que define o Instrumental como causa inanimada: "It does not follow, however, that Instruments are the 'inanimate cause' of an action. In fact, Instruments can be either animate or inanimate"... (12, p. 45-46). Mas Fillmore vê no trabalho de Nilsen o mérito de ser uma descrição "das propriedades básicas de cenas prototípicas em termos das quais as ações e experiências podem ser estruturadas". (8, p. 66).

W. Chafe, coerentemente com a posição que adotou, de que o verbo é o elemento central da frase, parte de um estudo de classificação dos verbos para chegar aos tipos de argumentos exigidos pelos verbos, o que ajuda decisivamente na identificação dos papéis casuais. Ficam, no entanto, alguns problemas a ser resolvidos, como, por exemplo, o dos argumentos que indicam a origem da transferência em verbos benefactivos de ação-processo. Ex: 28) A compra P de ? para B.

Também valiosos são os trabalhos de Cook, que reorganiza os dados, coteja autores, põe em termos adequados os dados fornecidos inicialmente por Fillmore, enriquecendo-os, principalmente, com a perspectiva de Chafe. Fillmore diz: “... If I knew precisely what it meant, Cook’s is a position I might take, too” (6, p. 63).

A matriz proposta por Cook foi criticada por Zarechnak, que apresenta interessantes pontos de reflexão, como vimos rapidamente.

Fillmore (1977) mantém os casos propostos em “Some Problems”..., onde o autor reconhece a necessidade de expandir o velho Dativo. Cotejando os novos casos propostos com os estudos aqui apresentados, podemos dizer que o Experimentador parece ter ganho um lugar definitivo entre os papéis casuais. É interessante notar, no entanto, que a existência de um caso tal como E (exigido por verbos que expressam evento psicológico de sensação, emoção ou cognição) deve-se principalmente à presença do traço lexical *animado*, de que os autores que se dedicam à Gramática dos Casos tanto procuram fugir.

Parece razoável a proposta de que argumentos usados com verbos não psicológicos de mudança de estado sejam rotulados com o caso Objetivo. Esse enquadramento coincidiria com o Paciente de Chafe, que é o argumento usado com verbos de estado e de processo. No entanto, o ca-

so Objetivo, mesmo nos estudos mais recentes de Fillmore, não se apresenta bem delineado. Fillmore (8, p. 78) propõe que a coisa que sofreu mudança de estado, embora se apresente na superfície com a mesma relação com o verbo, pode ter papéis casuais diferentes, como nos exemplos: 29) I cut *my foot* on a rock. (Paciente); 30) I cut *my foot* with a rock. (Meta)

O outro desdobramento do Dativo, é, como vimos, Meta, o caso que indicaria o recebedor, a pessoa que recebe um objeto numa transferência. Fillmore propõe também o caso Origem, sobre o qual nada é dito. O problema que se apresenta agora é que, numa oração com verbo de transferência, teríamos, inevitavelmente, um argumento com dois papéis casuais: Em 31) José deu o livro a *Maria*.

Maria é o argumento recebedor e, portanto, Meta. Logicamente, a origem da transferência é *José*, que preenche também o papel de Agente. Além disso, o recebedor pode ser o próprio agente em orações com verbos do tipo *receber*, propiciando também ocorrências em que um mesmo argumento terá dois papéis casuais.

Para Chafe, o Beneficiário é o que se beneficia do que foi comunicado no resto da frase, mesmo que não esteja diretamente envolvido na transferência, quando for o caso de verbo de ação-processo. Assim, nas frases abaixo 32) José comprou um carro (para si mesmo); 33) José comprou um carro para *Maria*, em 29), o Beneficiário é co-referencial com o Agente, sendo normalmente apagado; em 30) o Beneficiário é *Maria*. Chafe, assim como Fillmore, nada diz sobre o outro elemento da transferência, que no caso dos exemplos acima seria a origem.

Cook, em “Covert Case Roles”, tenta resolver esse problema propondo o Beneficiário interno e o externo. O Beneficiário interno (caso da proposição) é o que especifica “aquele em estado de posse

ou aquele que sofre perda ou ganho na transferência de um objeto”. O Beneficiário de Chafe e o Meta de Fillmore seriam considerados como Beneficiário externo, pertencente à modalidade: Assim, para Cook temos três tipos de Beneficiário:

- 34) A $\left\{ \begin{array}{l} \text{dá} \\ \text{vende} \\ \text{oferece} \\ \text{devolve} \end{array} \right\}$ O a B
(origem) (meta)
- 35) A $\left\{ \begin{array}{l} \text{toma} \\ \text{tira} \\ \text{recebe} \\ \text{compra} \end{array} \right\}$ O de B
(meta) (origem)
- 36) A $\left\{ \begin{array}{l} \text{canta} \\ \text{faz algo} \end{array} \right\}$ para B externo

A multiplicação de traços e a subdivisão de casos não parecem ser desejáveis numa teoria que visa à adequação, à simplicidade, à universalidade. O Beneficiário (ou Meta) não é o único caso que oferece problema à gramática dos casos. O caso Objetivo, como dissemos, nunca foi bem identificado. Não se chegou a acordo quanto às fronteiras exatas entre Agentivo e Instrumental nem se tem um consenso sobre como se classificam as forças da natureza. O fato de se querer rotular um argumento com um único caso, como tendo uma única função semântica constituiu-se numa grande dificuldade, como já vimos pela existência de Agentes que podem ser Origem ou Meta. Por outro lado, o exagero de traços identificadores de um mesmo caso, apresentado por alguns autores, faz ver que são os conceitos básicos que não estão bem definidos.

O estudo de Jackendoff, baseado no sistema de relações semânticas de Gruber, nos parece muito mais racional e mais econômico, pelo maior aproveitamento que faz das suas “relações temáticas”. Nesse estudo, a noção semântica fundamental é a de tema da frase. Em cada frase, há um SN funcionando como *tema*

(ex: com verbos de movimento, o tema é definido como o SN que se compreende sofra o movimento; com verbos de locação, o tema seria o SN referente ao argumento cuja locação está sendo asseverada). Outras relações temáticas selecionadas por Jackendoff (Gruber apresenta mais algumas) são: agente, locação, meta, origem. Não se pretende aqui apreciar o estudo de Jackendoff, mas tão-somente apontar a diferença que ele mesmo vê entre o estudo de relações temáticas e a Gramática dos Casos: no sistema de Gruber, os SN_s podem funcionar em mais de um papel temático dentro da mesma frase. As relações temáticas, como se pode notar pelos exemplos dados pelo autor, são bem abrangentes. Ele exemplifica exatamente com dois verbos que nos interessam no momento: comprar/vender. Nas estruturas com esses verbos há transferência de posse. O objeto transferido é o tema; com *comprar*, o sujeito A é Meta também; com *vender*, o sujeito A é Origem também. Com verbos de transferência pode ainda haver o que Jackendoff chama de ação secundária:

37) João comprou um porco de Antonio por 50 dólares.

ação primária: João comprou o porco de Antonio

João — Agente (agente de compra)

e
Meta (recebedor do objeto transferido)

porco — Tema (objeto transferido)

Antonio — Origem
ação secundária: Antonio recebeu 50 dólares de João

Antonio — Meta (recebedor)
50 dólares — Tema (objeto transferido)

João — Origem.

Num estudo como a Gramática dos Casos, já começaríamos a nos preocupar com qual seria o melhor caso para rotular um SN como *por 50 dólares*.

Já nos estudos de relações temáticas, não só esse problema é resolvido de modo mais simples como, pela elasticidade da proposta, o Beneficiário externo de Cook acha um lugar bem mais confortável como simples Meta.

Não sabemos qual relação temática Gruber atribuiria ao Experimentador da GC, mas acreditamos que o problema deva ter sido resolvido com a mesma simplicidade com que foi tratado o Beneficiário.

Talvez se pudesse tentar adaptar algumas dessas idéias à Gramática dos Casos. Não seria, no entanto, mais econômico adotar algo que já foi concebido dentro de uma visão mais ampla, que já parte de uma perspectiva crítica da GC? Tal posição não invalidaria, entretanto, as bases lançadas pelos estudos de casos, que também propugnam pela relevância dos papéis semânticos dos argumentos de uma estrutura.

LIMA, M.C.P.B. — Case grammar and the “dative”. *Alfa*, São Paulo, 26: 33-46, 1982.

ABSTRACT: The aim of this paper is to present an analysis of some studies on the Dative, as introduced by Fillmore and developed and expanded by Fillmore himself and other linguists.

KEY-WORDS: Linguistic theory; Case grammar; Dative; Experiencer; Beneficiary.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CHAFE, W.F. — *Meaning and the structure of language*. 4. impr. Chicago, Univ. of Chicago Press, 1975.
2. COOK, W.A. — A set of postulates for case grammar. In: O'BRIEN, R.J., ed. — *Languages and linguistics: working papers*, 4. Washington, D.C., Georgetown Univ. Press, 1972. p. 35-49.
3. COOK, W.A. — Case grammar and generative semantics. In: O'BRIEN, R.J., ed. — *Languages and linguistics: working papers*, 8. Washington, D.C., Georgetown Univ. Press, 1974. p. 1-27.
4. COOK, W.A. — Covert case roles. In: O'BRIEN, R.J., ed. — *Languages and linguistics: working papers*, 7. Washington, D.C., Georgetown Univ. Press, 1973. p. 52-81.
5. FILLMORE, C.J. — A proposal concerning English prepositions. In: DINNEEN, F.P., ed. — *Monograph series on language and linguistics n.º 19*. Washington, D.C., Georgetown Univ. Press, 1966. p. 19-33.
6. FILLMORE, C.J. — Some problems for case grammar. In: O'BRIEN, R.J. ed. — *Monograph series on language and linguistics, n.º 24*. Washington, Georgetown Univ. Press, 1971. p. 35-56.
7. FILLMORE, C.J. — The case for case. In: BACH, E. & HARMS, R.T., eds. — *Universals in linguistic theory*. New York, Holt, 1968. p. 1-88.
8. FILLMORE, C.J. — The case for case reopened. In: COLE, ed. *et alii*. — *Syntax and semantics: grammatical relations*, 8. New York, Academic Press, 1977. p. 59-81.
9. JACKENDOFF, R.S. — *Semantic interpretation in generative semantics*. Massachusetts, The MIT Press, 1972.
10. LEE, D.A. — Stative and case grammar. *Foundations of Language*, 10: 545-68, 1973.
11. McCOY, A.M.B.C. — *A Case grammar classification of Spanish verbs*. Ann Arbor, Xerox Univ. Microfilms, 1969.
12. NILSEN, D.L.G. — *Toward a semantic specification of deep case*. The Hague, Mouton, 1972. (*Janus linguarum*, Series Minor 152).
13. ZARECHNAK, M. — Reflections on Cook's case grammar matrix. In: O'BRIEN, R.J., ed. — *Languages and linguistics: working papers*, 8. Washington D.C., Georgetown Univ. Press, 1974. p. 29-45.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO INSTRUMENTAL.

Dirce Charara MONTEIRO*

RESUMO: Este trabalho apresenta alguns problemas suscitados pelo caso Instrumental e discute algumas soluções, nem sempre satisfatórias, propostas por Fillmore e por seus seguidores.

UNITERMOS: Teoria lingüística; Gramática dos Casos; Caso Instrumental.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo reunir algumas informações sobre o caso Instrumental (I), tomando como ponto de partida as concepções iniciais de Fillmore(8) e as reformulações e críticas que este conceito sofreu e vem sofrendo pelo próprio Fillmore e por todos aqueles que se ocuparam, de uma forma ou de outra, da Teoria dos Casos. Pretende-se com isso fornecer elementos para algumas reflexões, bem como para o levantamento de mais problemas relativos a esse caso.

A LOCALIZAÇÃO DO CASO INSTRUMENTAL: NA MODALIDADE OU NA PROPOSIÇÃO?

A Gramática de Casos, tal como proposta inicialmente por Fillmore (8), pretende descrever a estrutura profunda de uma língua nos seguintes termos: a) a oração básica é constituída de uma Modalidade (M) + Proposição (P), sendo que a P, por sua vez, compõe-se de um verbo mais um arranjo de casos (V + Cn); b) os casos identificam os papéis que as entidades têm na predicação; c) existe uma hierarquia para os casos, e é esta hierar-

quia que determina a seleção do sujeito e de outras funções na superfície.

O principal problema que se colocou para Fillmore e seus adeptos foi a dificuldade de se estabelecer um número definido de casos proposicionais e modais e uma maneira inequívoca de identificá-los. Alguns casos são mais facilmente reconhecíveis e aceitos quase sem discussão pelos seguidores de Fillmore. É o caso do Agente (A), por exemplo, com certeza incluído na proposição como um caso obrigatório. O caso I é mais controverso, porque ora aparece incluído na proposição, ora na modalidade. Lakoff(13), num artigo anterior à consagrada obra de Fillmore(8), já discutiu amplamente o I e conseguiu argumentar satisfatoriamente, a partir da análise de duas estruturas diferentes em que o I ocorre, que elas seriam idênticas na estrutura de superfície, mostrando que o I é um advérbio de instrumento que só ocorre na superfície. A posição de Lakoff aproxima-se mais da de Cook(5) do que da posição de Fillmore.

Fillmore(8) incluiu, sem maiores discussões, o caso I na proposição. Na reformulação de alguns pontos de sua teo-

* Departamento de Didática — Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — UNESP — 14.800 — Araraquara — SP

ria(7), fala na possibilidade do I ser considerado um caso derivado, o que o excluiria automaticamente do rol dos casos básicos, pois seria resultante da combinação de dois eventos. Não chega, contudo, a desenvolver este ponto.

Um argumento que poderia ser utilizado em favor de sua permanência na proposição é o usado por Fillmore(10), quando diz que “todos os elementos adverbiais capazes de se tornarem sujeitos ou objetos são introduzidos na expansão da proposição; todos os outros são elementos da modalidade”. Ora, este é o caso de I que, na falta de um Agente, pode ser alçado à condição de sujeito.

1) João quebrou a janela *com um martelo*.

2) *Um martelo* quebrou a janela.

3) João usou *um martelo* para quebrar a janela.

Fillmore(9), na sua nova maneira de abordar os casos, estabelecendo a ligação entre os casos profundos e as noções de superfície, como sujeito e objeto, por meio da idéia de perspectiva cênica (*perspective into scenes*), aponta a possibilidade do I vir a funcionar como elemento nuclear, isto é, como sujeito ou objeto direto, reforçando assim o argumento de que o I seria um caso proposicional.

McCoy considera o caso I como caso proposicional, incluindo-o, juntamente com os casos Matéria e Conteúdo, num grupo mais amplo, por ela denominado Grupo de Meio.

Cook(5) é o mais radical, pois exclui claramente o I dos casos proposicionais, incluindo-o na subcategoria Modo, da Modalidade. Quando o Instrumento coocorre com o Agente, pode ser tratado como uma modalidade de modo; quando o Agente está apagado, o I pode ser tratado como Agente. A junção de A e I num único hipercaso ajuda, segundo Cook, a focalizar a atenção sobre tipos de verbos causativos, estáticos e dinâmicos.

Chafe(1, p.164), apesar de não ser tão radical quanto Cook, considera o I menos intimamente ligado ao verbo do que os demais casos, não havendo nenhum traço seletional inerente ao verbo que solicite um nome instrumental.

Uma das características dos casos da modalidade é que eles se aplicam à proposição como um todo, tanto que Leech propõe tratá-los como um tipo de predicação mais elevada. Assim sendo, o caso modal teria uma aplicabilidade mais ampla no sentido de que poderia ocorrer com amplas classes de verbos, sendo geralmente opcional nas estruturas nas quais ocorre. Este não é bem o comportamento do I, uma vez que ora pode ser obrigatório, ora facultativo. Talvez fosse o caso de subcategorizá-lo em um Instrumental-interno e externo, a exemplo da solução dada por Cook(5) para o Locativo e o Benefactivo. Assim, em estruturas como *A faca* cortou o pão, com verbos de processo, isto é, sem um agente presente, o I seria obrigatório, enquanto com verbos de ação-processo, isto é, com o agente presente, ele seria deslocado para a modalidade: João cortou o pão *com a faca*.

A IDENTIFICAÇÃO DO CASO INSTRUMENTAL

Uma das aspirações de Fillmore(8,9), como já mencionamos anteriormente, é de que haja procedimentos inequívocos para a determinação dos casos, pois, se assim não for, toda a sua teoria se desmoronará. Um procedimento bastante comum para a identificação de papéis causais tem sido a seleção de traços relacionais pertinentes a cada um deles. Neste tipo de tentativa, é comum encontrar-se mistura de traços relacionais e lexicais, pecado esse em que incorreu o próprio Fillmore(8) e do qual se penitenciou na última versão de sua Gramática de Casos(9).

1. Traços Relacionais

Fillmore, na sua definição do caso I, “caso de força ou objeto inanimado, cau-

acordo com a matriz de traços por ela proposta, o I ficaria assim definido:

Traços \ Caso	Causa	Instigador	Perf.	Intenção	Efeito	Origem	Meta	Ativo	Controle	Afetado
Instrumental	+	-	-	-	-	-	-	+	-	-

Em geral parece que a maioria dos lingüistas concorda quanto ao traço // + causa//. Quanto ao traço // + ativo//, enquanto traço relacional, é contestável. Nilsen (18) diz que talvez não seja um traço relacional e o elimina da sua ma-

triz, construída a partir da redução de casos propostos por McCoy. Nilsen é um reducionista que se preocupou com uma hierarquização dos traços e que propõe a seguinte matriz para o I:

Traços \ Caso	Controlador	Controlado	Causa	Efeito	Origem	Meta	Todo	Parte
Instrumental	-	+	+	+	+	+	-	+

- ————— + →
amplitude

Também concorda em que o traço // + causa// esteja presente no I, mas revela-se incoerente no momento em que propõe que os casos venham aos pares e assinala positivamente dois elementos do mesmo par. Assim, se um caso for // + controlado//, deverá ser também // + efeito// e // + meta//, uma vez que o percurso é do menos para o mais amplo, mais abrangente.

Nilsen propõe também uma relação todo-parte, mais abstrata que origem-meta, e que incluiria, por exemplo, o Instrumental. Em *João quebrou a janela com o martelo*, o martelo estaria sob a jurisdição de João, ao menos temporariamente, para que ele pudesse usá-lo. A parte poderia também vir apagada, se se tratasse de uma parte do corpo. Neste caso, só viria expressa se se tratasse de ênfase ou qualificação:

10) A mãe olhou o filho *com olhos chorosos*.

Voltaremos a tratar deste assunto quando discutirmos a manifestação do I nas estruturas de superfície.

Allan Stevens(21) sugere que o Benefactivo, o Instrumental, o Partitivo e o Comitativo sejam reunidos sob a categoria "associativos". Nilsen rejeita esta proposta alegando que associativo é traço sintático e não semântico.

O traço // + controlado// foi proposto por Nilsen para o I mas não é aceito por Fillmore, uma vez que, para ele, o vento, em *O vento abriu a porta**, é I e não A e apresenta o traço // - controle//. Por outro lado, em *O revólver disparou acidentalmente*, existe um A subjacente que não exerceu o controle da ação. Logo, o revólver é // - controlado//.

* Trata-se, na realidade, de um Causativo, uma vez que o vento é que provocou a abertura da porta

Aplicando-se a transformação *usar/com*, um dos testes propostos para o Instrumental, pode-se perceber melhor a atuação do traço //controlado//:

12) * Alguém usou um revólver para disparar acidentalmente.

13) Alguém disparou acidentalmente com um revólver.

Mas, os dois enunciados seguintes são gramaticais e aceitáveis:

14) Alguém usou um revólver para disparar três vezes.

15) Alguém disparou três vezes com um revólver.

Cook (4) também concorda com o traço // +causa// no caso I. A única afirmativa destoante do conjunto parece ser a de Chafe (1, p. 152) que diz que um Instrumento é um “objeto que representa um papel no desenrolar de um processo, mas que não é a força motivadora, a *causa* (grifo do autor) ou o instigador.”

2. Traços Lexicais

Os traços lexicais também podem ser de grande valia na determinação dos casos, desde que sejam considerados como tal, isto é, distintos dos traços relacionados com os quais são freqüentemente confundidos.

Já mencionamos que Fillmore considera o traço [-animado] como um traço lexical do I. A aceitação deste traço contudo não é unânime. O primeiro a discordar desta posição é Postal que diz que o exemplo 16 desmente isso:

16) Eu bati-lhe na cabeça com uma cobra
+ animado

Fillmore, no entanto, contrargumenta que a aceitabilidade de uma oração como 16 justifica-se pela existência, na estrutura profunda, do sintagma *com o corpo de* (uma cobra). Reforça este argumento, citando línguas que em casos semelhantes exigem uma indicação, no radical, do conceito “corpo”. Cita também

Lakoff(13) que aponta a inaceitabilidade de orações como:

17)* João quebrou a janela consigo.

Em 17, o I, *o seu próprio corpo*, viria necessariamente apagado na superfície, mas estaria certamente presente na estrutura profunda.

Nilsen não se satisfaz com essa explicação, descartando o traço [-animado] do I. Diz que o controlador, o Agente, só pode ser animado, mas o I pode ser [+animado]. Exemplifica com os seguintes enunciados:

18) João usou *a corda* para amarrar o ladrão.

19) Nixon usou *Agnew* para promover sua política no Vietnã.

Shroyer(20), dividiu o I em três casos: I — controlado, I — sem controle, e I — ação, sem contudo discutir o porquê desta subdivisão.

Ainda quanto ao traço [+animado], talvez seja necessário discutir um pouco o que tem sido considerado como tal, Cruse(6) compartilha com Chafe a idéia de que os objetos que utilizam sua própria energia, que sejam automotivados ao realizar uma ação, possuem este traço lexical. Os exemplos de Cruse esclarecem melhor os tipos de nomes que eventualmente poderiam executar a ação, no caso seriam agentes e não instrumentos, como Fillmore advoga:

20) *A máquina* desliga-se automaticamente às 6 horas.

21) *O fogo* destruiu a plantação.

22) *A bala* fraturou os ossos de João.

Em 22, *a bala*, apesar de ser claramente [-animada], adquiriu uma agentividade temporária. Este exemplo é muito controvertido, pois pode-se dar o caso de haver um instrumento controlado por outro instrumento, como lembra Nilsen.

Fillmore foi muito criticado por Nilsen por considerar todos os realizadores

inanimados, tais como os mencionados em 23, 24 e 25, como I:

23) *O vento* abriu a porta.

24) *A pedra* quebrou a janela.

25) João quebrou a janela *com um martelo*.

Para Nilsen, o exemplo 24 tem duas interpretações:

26) Como resultado da explosão, a pedra quebrou a janela.

27) A pedra foi usada com sucesso para quebrar a janela.*

Em 26, a pedra seria considerada um A, ** enquanto que em 27, seria um I.

A aceitação deste traço acaba criando um impasse. Em 23 é impossível aplicar a transformação *usar/com*, própria do I. Por outro lado, não pode ser considerado agentivo uma vez que, para Fillmore, o agentivo é [+animado]. Assim, ou retira-se o traço [+animado] do agentivo ou cria-se um causal, no qual seriam incluídas as forças da natureza. Não se pretende resolver este problema agora.

Ainda ao tratar dos casos lexicais, McCoy levanta o problema da leitura literal e não-literal (do "nonsense" também):

28) A agulha atravessou o couro.

29) O grito atravessou a noite.

30) *A agulha furou o silêncio.

31) *O grito atravessou o couro.

Os enunciados 30 e 31 seriam viáveis num outro nível, o conotativo. Parece, entretanto que, quando se passa para o domínio da metáfora, temos que considerar um problema muito sério que é a mudança de nível lingüístico, do denotativo para o conotativo, passando a funcionar outros tipos de seleção e de restrições de seleção que explicariam perfeitamente 30 e 31.

DOMINÂNCIA CASUAL E TOPICALIZAÇÃO

O caso Instrumental, segundo McCoy, é geralmente dominado por um Agente (esteja ele presente na superfície ou não), uma vez que indica o instrumento por meio do qual o agente executa a ação proposta pelo verbo. Nilsen endossa esta afirmativa, dizendo que sempre que uma relação causa-efeito estiver presente, o A e o I estarão presentes na estrutura profunda, mesmo que um deles não ocorra na superfície.

Como uma consequência da dominância casual, Fillmore nos diz que a possibilidade de I ser topicalizado é realizada quando A estiver apagado. McCoy acrescenta que não pode restar nenhum vestígio de A na superfície, como por exemplo a partícula *se*, para que I se torne sujeito:

32) *A chave* abriu a porta.

33) *Esse sabão* lavou a roupa muito bem.

34) **Esse sabão* lavou-se a roupa muito bem.

Nilsen critica Fillmore, julgando-o muito simplista em sua proposição de topicalização, isto é, da esquerda para a direita, seguindo a ordem A, E, I, O, Or, M, L, T. Aponta subgrupos de verbos com os quais, mesmo com o A apagado, o I não pode ocorrer como sujeito. Serão citados aqui apenas alguns desses verbos por ele arrolados, como, por exemplo, *beber*, *comer*, e outros. Embora a observação de Nilsen seja pertinente, parece que ele foi um pouco apressado ao propor sua relação verbal compatível ou não compatível com I como sujeito, pois muitos deles aceitam perfeitamente a topicalização de I, como é o caso do verbo *unir*:

35) a. Ele uniu as partes *com cola*.

b. *A cola* uniu as partes.

* Chafe vai postular a existência de uma unidade derivacional "bem-sucedido" (*successful*) para o caso I.

** Julgamos mais adequado considerar a *pedra* em 26 um Causativo.

Outro caso citado por McCoy é que o sujeito do verbo *servir* pode ser um I topicalizado. No espanhol, o agentivo pode ocorrer com *-le* topicalizado, ou pode ser apagado na superfície.

36) a. "El jabón le servió a Domitila para lavar la ropa." b. *O sabão lhe serviu a Domitila para lavar a roupa.

O caso I também pode ser objeto de *usar* e *aproveitar*.

37) Domitila usou o sabão para lavar a roupa.

38) Domitila aproveitou a água para lavar o chão.

MARCADORES DE SUPERFÍCIE

Não existe uma relação biunívoca entre caso e marcador de superfície, embora Fillmore(8) tenha apontado certas preposições como mais frequentemente associadas a alguns casos*. Nilsen interpretou mal esta afirmativa de Fillmore, e critica-o, mostrando que os marcadores de superfície são muito variáveis. Exemplifica com a preposição *com*, em Inglês:

39) *He went with John*. (Ele foi com João) — Comitativo.

40) *He remained with John*. (Ele ficou com João) — Locativo.**

41) *He hit the ball with a bat*. (Ele bateu na bola com um bastão) — Instrumental.

42) *He saw a monster with six heads*. (Ele viu um monstro de 6 cabeças) — Possessivo.

43) *He stocked the stream with fish*. (Ele abasteceu o regato de peixe) — Objeto.

44) *He sang with unexpected enthusiasm*. (Ele cantou com um entusiasmo inesperado) — Modo.

Enquanto que nos seis exemplos acima a preposição *with* aparece como marcador de superfície de casos muito variados, nos exemplos que se seguem, o caso instrumental é indicado na superfície por preposições diversas:

45) *I hit him with a rake*. (Bati-lhe com um ancinho) — I.

46) *We made the trip by auto* (Fizemos a viagem de carro).

47) *We came the whole way in a car*. (Nós viemos o caminho todo de carro).

48) *We came on horseback*. (Viemos a cavalo).

49) *He died from an overdose of sleeping pills*. (Ele morreu de uma dose excessiva de pílulas para dormir).***

Tendo em vista os exemplos acima, vê-se que a afirmativa de McCoy segundo a qual o caso I ocorre após a preposição *com* ou *por meio de* é muito simplista. Cita o exemplo:

50) O pesquisador fotografou o vírus *por meio de* (= com) um microscópio potentíssimo.

Ainda segundo a própria McCoy, o Caso I pode ocorrer também sem preposição, caso venha acompanhado, ou melhor coordenado a outro caso de meio (matéria ou conteúdo). Esta manifestação de superfície parece mais de acordo para o espanhol visto que em português seria considerado inaceitável dizer-se:

51) *A cozinheira recheou os pastezinhos com creme e um confeiteiro.

* Fillmore(9) reviu esta posição, chegando mesmo a confessar que a solução de associar uma preposição a um caso nem sempre se revelou a melhor.

** Não concordamos que seja um Locativo. *Com João* continua a ser um Comitativo, só que acompanhado de um verbo estativo.

*** Preferimos considerar 49 como um Causativo, uma vez que a dose excessiva não foi um instrumento mas sim a razão da morte.

Existe a possibilidade do I ser utilizado sem preposição em português, mas não coordenado a outro caso de meio:

52) Trabalhadores, enxada à mão, punham-se nas ruas e praças a capinar febrilmente. (Hugo de C. Ramos).*

Outra preposição que pode acompanhar o caso instrumental, de acordo com McCoy, é a preposição locativa *em*, que ocorre quando o I indica um instrumento que requer que o objeto afetado seja colocado dentro dele:

53) a. Rosália lavou as cortinas *na* máquina de lavar.

Esta mesma idéia pode ser expressa por meio de um I-oracional:

53) b. Rosália lavou as cortinas, *colocando-as na máquina*.

Julgamos que McCoy simplificou demasiadamente a interpretação destes dois últimos exemplos. Parece-nos que 53a) é ambígua, podendo-se interpretar o sintagma preposicionado como um *Locativo* ou como um *Instrumental*. Já 53b) é mais complexo uma vez que parece tratar-se de uma superposição de casos: o *Modal*, expresso pela oração reduzida (*colocando-as na máquina*) e um *Instrumental* (*na máquina*) nele contido.

O caso I pode vir embutido. É o que Cook (3, p. 64) chama de "*built-in categories*", categorias lexicalizadas. Ao tratar dos quadros casuais exigidos por cada verbo, Cook reconhece que o maior problema são as categorias encobertas, isto é, presentes na estrutura profunda mas ausentes, ou quase, na superfície. Podem ser de três tipos: a) ausentes; b) parcialmente encobertas ou lexicalizadas; c) papéis co-referenciais.

Um exemplo de b), isto é, de categorias lexicalizadas, mostra o caso I embutido no item lexical *pedalando*:

54) Nós viemos de bicicleta.

55) Nós viemos *pedalando*.

Geralmente o I vem lexicalizado nos chamados verbos denominais, isto é, verbos que se originam de nomes, como por exemplo, apunhalar, esfaquear, martelar, e outros.

McCoy também aponta casos em que o I é omitido na superfície. Parece ser o caso dos papéis parcialmente encobertos de Cook (5, p. 62), isto é, está ausente da estrutura de superfície mas é facilmente perceptível pelo analista. Cook cita como exemplo o verbo *cook* (= cozinhar) que sempre implica um O (= objetivo). A omissão do I salientada por McCoy refere-se principalmente a casos em que este papel é representado por uma parte do corpo.

56) a. A mãe olhou o filho (com os olhos).

b. A mãe olhou o menino *com olhos chorosos*. Assim, em se tratando de *partes do corpo*, o I só viria expresso em caso de qualificação (*olhos chorosos*) ou ênfase.

As manifestações superficiais dos casos, muito variáveis nas diferentes línguas, são importantes mas não dão conta do problema. Outros procedimentos serão solicitados dos analistas para decidir sobre a atribuição de papéis casuais.

TRANSFORMAÇÕES

Discutiu-se anteriormente o papel que a estrutura de superfície desempenha na determinação dos casos. Sabe-se também que a intuição, conforme apontou Cook (5, p. 59), tem uma função importante nessa determinação casual, especialmente em se tratando de categorias encobertas, mas as transformações que podem ou não ser aplicadas a cada caso consti-

* Kury (12, p. 41), ao apresentar este exemplo, não estava preocupado, com o Instrumental, mas sim com a presença do Locativo, *à mão*.

tuem uma maneira de formalizar julgamentos introspectivos ou meras manifestações de superfície. Assim, sem exceção, todos os linguistas que se têm ocupado da Teoria dos Casos são favoráveis à busca desses elementos formais, de testes que possam comprovar de maneira objetiva decisões intuitivas quanto aos papéis casuais.

A primeira transformação apontada por Nilsen é a *usar/com*. Um SN que pode ser o objeto tanto do verbo *usar* como da preposição *com* está no Instrumental.

57) Seymour cortou o salame *com uma faca*.

58) Seymour *usou uma faca* para cortar o salame.

Nilsen afirma que Lakoff (13) é a favor do uso desta transformação. Não parece ser bem assim. Lakoff está interessado em provar que 57 e 58 têm a mesma estrutura profunda, apresentando para tanto uma série de semelhanças entre ambas. Seu artigo é anterior à Teoria dos Casos e o uso da transformação *usar/com* não é feito com o intuito de testar o caso instrumental. Pelo contrário, até analisa os diferentes sentidos do verbo *usar*, separando o uso accidental do proposital. Assim, um enunciado como "*I cut my finger with a knife accidentally*" não aceita a transformação *usar* (* Eu usei uma faca para cortar meu dedo acidentalmente) mas nem por isso *faca* deixa de ser um I. Chega até a propor que orações com I accidental tenham estruturas profundas diferentes de orações que contenham um advérbio de instrumento proposital. Verifica-se assim que Nilsen não interpretou corretamente a afirmativa de Lakoff no que se refere ao uso desta transformação *usar/com*. Na realidade Nilsen está interessado em mostrar que a correspondência *usar/com* não é perfeita e que há razões para rejeitar a correlação *usar/com* para a identificação do caso instrumental.

Apoiando-se em Chomsky (2), Nilsen começa mostrando que os dois elementos

(*usar e com*) podem ocorrer num mesmo enunciado:

59) *I used a knife to slice the salami with.*

Em português, uma construção semelhante seria impossível.

Outro argumento levantado por Chomsky e endossado por Nilsen é o da não-sinonímia perfeita entre as duas transformações (*usar e com*):

60) João *usou* aquele buril para esculpir a figura.

61) João *esculpiu* a figura *com* aquele buril.

Segundo ele, pode haver mais um instrumento além do buril, enquanto que, em 61, temos a informação de que *João* usou somente aquele instrumento e nada mais.

Um terceiro argumento diz respeito a casos que aceitam uma transformação e não a outra:

62) João matou-o com uma bala.

63) João usou uma bala para matá-lo. (?)

O segundo enunciado parece um pouco estranho embora não se possa categoricamente afirmar que seja inaceitável. Com relação a este último enunciado (63), Nilsen apresenta mais um problema, apontando a existência de uma hierarquia de instrumentalidade, por termos aqui um instrumento dentro de outro, isto é, a *bala* como componente *do revólver*.

Ainda em relação à diferença entre orações com *usar e com*, Fillmore reconhece a presença do traço // + causa// em ambas, mas aponta a existência do traço // + intenção// em *usar* e //-intenção// em *com*:

64) João esmagou os ovos *com suas botas*.

65) João *usou suas botas* para esmagar os ovos.

Nilsen lembra também um fato de superfície, já mencionado, que nem sempre o caso instrumental aparece com a preposição *com*, podendo aparecer até sem preposição.

Outro problema levantado por Nilsen é a necessidade de parafrasear, que se torna difícil em outros exemplos como é o caso de:

66) O Departamento usa máquinas de ensinar para as aulas introdutórias.

67) O Departamento ...aulas introdutórias com máquinas de ensinar.

McCoy aceita o uso desta transformação para identificar o caso instrumental, mas especifica os contextos em que a transformação *com* pode ser aplicada. Assim, para ela, os instrumentais podem ocorrer após *com* em estruturas com verbos factitivos, como o SN que segue imediatamente o objeto direto. Pode parecer que o I se confunde aqui com o caso Matéria, proposto também por McCoy, mas há uma diferença:

68) Conrado construiu a mesinha *com a serra elétrica*. (I)

69) Conrado construiu a mesinha *com a madeira*. (M)

O I, diferentemente do M, não se torna uma parte do item factitivo:

70) a. A mesinha é de madeira.

b. A mesinha tem madeira.

71) a.* A mesinha é de serra elétrica.

b.* A mesinha tem serra elétrica.

O I também não é selecionado como objeto direto de verbos de transformação (verbos factitivos conversos) e o M é:

72) Conrado converteu a madeira em uma mesinha.

73)* Conrado converteu a serra elétrica em uma mesinha.

O I também se distingue do caso de Conteúdo (C), proposto por McCoy, por-

que não pode ocorrer no lugar de X na estrutura "Isso é de X":

74) Conrado encheu uma garrafa com vinho. (de vinho, ambígua)

75) *Isso é* uma garrafa *de* vinho.

76) Conrado encheu uma garrafa com um funil.

77) **Isso é* uma garrafa de funil.

Parece que McCoy esqueceu-se de considerar aqui o problema de verbos básicos e derivados. Um verbo como *encher*, por exemplo, não é básico e equivale a "pôr algo em". Logo, o *vinho* seria um objetivo e não um caso de Conteúdo. Portanto, o seu terceiro argumento não se sustenta.

Segundo McCoy, o teste para separar I de Matéria, proposto por Lakoff, segundo o qual o I poderia ser objeto direto de verbos que signifiquem "usar até o fim, esgotar", falha quando o I for preenchido por um nome que denote um instrumento que possa ser usado *uma só vez*:

78) Ao construir a mesinha com a serra elétrica, Conrado gastou toda a madeira.

79)*Ao construir a mesinha com a madeira, Conrado gastou a serra elétrica.

80) Ao acender a fogueira, C. gastou os fósforos.

81)*Ao acender a fogueira, C. gastou o acendedor.

Parece que McCoy interpretou mal as idéias de Lakoff. O que ele pretendeu fazer foi arrolar os vários usos do verbo *usar*, entre eles o de "consumir, gastar", tentando mostrar que, provavelmente, "use up" teria uma estrutura profunda diferente de *usar*.

A possibilidade de dois casos semelhantes serem coordenados, proposta por Fillmore(8), pode ser usada como um teste para os vários papéis casuais e não apenas para o I. Assim:

A O
82) *João* quebrou a *janela*.

I
83) *Um martelo* quebrou a janela.

84)**João e um martelo* quebraram a janela.

McCoy propõe coordenar com *em vez de*:

85)**Ele* usou madeira em vez de serra elétrica para fazer a mesa.

Outro teste proposto por McCoy é verificar a possibilidade do SN ocorrer após *por obra de* (= por causa de). Neste caso fica difícil distinguir o I na posição de sujeito de agentivos com o traço [-humano] também na mesma posição:

86) Os ramos da árvore romperam o vidro.

87) O vidro rompeu-se *por causa dos* ramos da árvore.

88) O vento rompeu o vidro com os ramos da árvore.

89) O vidro rompeu-se *por causa do* vento.

Esta colocação só se justifica dentro da perspectiva de McCoy, uma vez que ela considera o A como [+humano]. Já Fillmore considera o *vento* como I, não havendo necessidade de diferenciar os dois. Este teste não nos parece muito bom, pois confunde-se com o teste para identificar o causativo, uma vez que o traço //realizador// está presente (cf. 89).

90) O frio fez com que os soldados construíssem a casa.

91) A chuva rasgou a cortina.

Em 90 e 91 mais dois exemplos de causativos para os quais o teste *por causa de* aplica-se perfeitamente.

Outro teste proposto por McCoy é que o sujeito da oração resultante da transformação *servir* é um caso de Meio*:

92) A chave serviu (ao porteiro) para abrir a porta.

93) A confusão serviu (ao ladrão) para levar o colar.

94) Os cães serviram (à policia) para caçar o ladrão.
Se o verbo for *servir-se de*, ao invés de *servir*, então o objeto é que funciona como I:

95) O porteiro serviu-se *da chave* para abrir a porta.

O teste da passiva, usado para testar a presença de um agente, pode ter algum valor para diferenciar um agente (preposição *por*) de um instrumento (preposição *com*, etc.)

96) O vento destruiu a ponte.

97) A ponte foi destruída pelo vento.

98) A chave abriu a porta.

99) A porta foi aberta com a chave.

A vulnerabilidade deste teste está no fato de que exemplos de I em enunciados passivos introduzidos pela preposição *por* são facilmente encontráveis. O próprio exemplo 99 não seria inaceitável se se substituisse a preposição *com* pela preposição *por*:

100) A porta foi aberta pela chave. (?)

O teste de focalização do I, proposto por Quirk, para separar os casos de meio, também não é de grande valia uma vez que outros elementos também podem ser focalizados e não apenas os casos de meio:

101) *Foi com uma bala* que ele foi morto (I).

102) *Foi intencionalmente* que estas unidades foram separadas. (M).

103) *Foi Paulo* que matou Pedro com uma bala. (A) Em 103 a focalização de

* É conveniente lembrar que McCoy inclui o I, juntamente com M (matéria) e C (conteúdo) num grupo mais amplo que denomina de Casos de Meio.

um agente resulta numa estrutura perfeitamente aceitável.

As transformações acima propostas não são eficazes na determinação inequívoca do caso I. Trazem contudo mais algumas luzes para o problema, bem como aproximam certos casos, deixando entrever alguma possibilidade de tratamento mais abrangente.

CONCLUSÕES

O primeiro problema que se colocou foi o da localização do caso I — na modalidade ou na proposição — e do seu caráter obrigatório ou não, caso seja incluído na proposição. Outro ponto controvertido aqui tratado foi o da determinação dos

traços relacionais e lexicais que entram no caso I. As propostas de transformações para testar se um SN se identifica, ou não, como um I parecem não satisfazer totalmente, trazendo sempre algum outro tipo de problema. Outro ponto que precisa ser mais explorado é o das manifestações de superfície nas diferentes línguas.

Não se pretendeu aqui esgotar nenhum desses itens. Pelo contrário, conforme se afirmou no início deste trabalho, a pretensão era apenas de alinhar alguns elementos sobre este caso específico — o Instrumental —, como ponto de partida para novas reflexões e contribuições à teoria de Fillmore que, apesar de parecer bastante frutífera, ainda não está suficientemente explorada.

MONTEIRO, D.C. — Some considerations about the instrumental case. *Alfa*, São Paulo, 26: 47-59, 1982.

ABSTRACT: This work presents some problems raised by the Instrumental case and discusses some solutions, not always satisfactory ones, which have been proposed by Fillmore and his followers.

KEY-WORDS: Linguistic theory; Case grammar; Instrumental case.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CHAFE, W.F. — *Meaning and the structure of language*. 4. impr. Chicago, Univ. Press, 1975.
2. CHOMSKY, N. — Deep structure, surface structure and semantic interpretation. Apud NILSEN, D.L.F. — *Toward a semantic specification of deep case*. Paris, Mouton, 1972. (Janua Linguarum, Séries Minor, 152).
3. COOK, W.A. — A set of postulates for case grammar. In: O'BRIEN, R.J. ed. — *Languages and linguistics: working papers 4*. Washington, D.C., Georgetown Univ. Press, 1972. p. 35-49.
4. COOK, W.A. — Case grammar and generative semantics. In: O'BRIEN, R.J. ed. — *Languages and linguistics: working papers 8*. Washington, D.C., Georgetown Univ. Press, 1974. p. 1-27.
5. COOK, W.A. — Covert case roles. In: O'BRIEN, R.J., ed. — *Languages and linguistics: working papers 7*. Washington, D.C., Georgetown Univ. Press, 1973. p. 52-81.
6. CRUSE, D.A. — Some thoughts on agentivity. *Journal of linguistics*, 9: 11-23, 1973.
7. FILLMORE, C.J. — Some problems for case grammar. In: O'BRIEN, R.J. ed. — *Monograph serie on languages and linguistics, n.º 24*. Washington, Georgetown Univ. Press, 1971. p. 35-36.
8. FILLMORE, C.J. — The case for case. In: BACH, E. & HARMS, R.T., eds. — *Universals in linguistic theory*. New York, Holt, Rinehart & Winston, 1968. p. 1-88.
9. FILLMORE, C.J. — The case for case reopened. In: COLE, ed. *et alii* — *Syntax and semantics: grammatical relation, 8*. New York, Academic Press, 1977. p. 59-81.

10. FILLMORE, C.J. — Toward a modern theory of case. In: REIBEL, D.A. & SHANE, S.A. eds. — *Modern studies in English*. Englewood Cliffs, Prentice—Hall, 1969. p. 361—375.
11. HUDLESTON, P.D. — Some remarks on case grammar. Apud: NILSEN, D.L.F. — *Toward a semantic specification of deep case*. Paris, Mouton, 1972. (Janua Linguarum, Série Minor, 152).
12. KURY, A. da G. — *Gramática fundamental da língua portuguesa*. São Paulo, Lisa, 1973.
13. LAKOFF, G. — Los adverbios de instrumento y el concepto de estructura profunda. In: ZAVALLA, V.S., ed. — *Semántica y sintaxis en la lingüística transformatoria*. Madrid, Alianza Editorial, 1974. p. 188-225.
14. LAMBERT, D.M. — The semantic syntax of metaphor: a case grammar analysis. Apud: McCOY, A.M.B.C. — *A case grammar classification of Spanish verbs*. Ann Arbor, Xerox Univ. Microfilms, 1969.
15. LEE, P.G. — Subjects and agents. Apud: NILSEN, D.L.F. — *Toward a semantic specification of deep case*. Paris, Mouton, 1972. (Janua Linguarum, Série Minor, 152).
16. McCOY, A.M.B.C. — *A case grammar classification of Spanish verbs*. Ann Arbor, Xerox Univ. Microfilms, 1969.
17. NILSEN, D.L.F. — Some notes on case grammar. *Word Journal of the International Linguistic Association*, 26: 271—277, 1970.
18. NILSEN, D.L.F. — *Toward a semantic specification of deep case*. Paris, Mouton, 1972. (Janua Linguarum, Series Minor, 152).
19. QUIRK, R. et alii — *A Grammar of contemporary English*. London, Longman, 1972.
20. SHROYER, T.G. — An investigation of the semantics of English as a proposed basis for language curriculum materials. Unpublished Ph.D. dissertation, Ohio State University. Apud: NILSEN, D.L.F. — *Toward a semantic specification of deep case*. Paris, Mouton, 1972. (Janua Linguarum, Serie Minor, 152).
21. STEVENS, A.M. — Case grammar in Philippine Languages. Apud: NILSEN, D.L.F. — *Toward a semantic specification of deep case*. Paris, Mouton, 1972. (Janua Linguarum, Serie Minor, 152).

RELAÇÕES DE SIMETRIA NO SISTEMA CONSONANTAL DO PORTUGUÊS.

Manoel Dias MARTINS*

RESUMO: Partindo do estabelecimento do sistema consonantal do português, em termos diassistemáticos, este artigo procura examinar os subsistemas brasileiro e português de acordo com as correlações e relações de simetria que neles ocorrem. Como resultado, constata que o sistema consonantal português se caracteriza por uma localização central avançada com predominância do traço [+ agudo].

UNITERMOS: Fonologia; Fonêmica; Fonética; sistema fonológico; sistema consonantal; oposição; simetria; correlação fonológica.

0.1. Todos os produtos culturais humanos constituem sistema. O signo lingüístico é *verbal*; é *articulado* (isto é, decomponível em unidades sem significado chamadas fonemas); é *sistemático* (isto é, contrai relações regulares de expressão e de conteúdo com outros signos de igual ou diverso nível hierárquico). A língua é um sistema de signos que têm determinadas relações de forma e de conteúdo.

Uma das tarefas principais da descrição lingüística é oferecer claramente o *inventário* dos fonemas existentes, tarefa esta que, apesar de básica, ainda não teve solução em muitos trabalhos. Os sistemas fonológicos, tal como os encontramos em Trubetskói ou em Martinet (para citar dois exemplos), são estruturados com base em um número de propriedades muitas vezes menor do que aquele com que conta a Fonética pré-fonológica; as propriedades consideradas como relevantes apresentam-se como o número mais reduzido de propriedades que permitem estruturar um sistema relativamente simples,

sendo as outras propriedades consideradas não-relevantes. Os fonemas, em sua maioria, possuem propriedades — componentes de fonema — que também ocorrem em outros fonemas. Há, pois, no sistema, fonemas bastante próximos uns dos outros que têm iguais todos os componentes menos um: são os *vizinhos* do sistema. Dado que os componentes de fonema podem ser determinados articulatória, acústica ou auditivamente, podem ser estabelecidos três tipos de sistemas, muito parecidos entre si; isto porque os sistemas mais antigos, fundamentalmente articulatórios, foram influenciados pelos conhecimentos intuitivos (auditivos) do foneticista e os aparelhos acústicos são construídos de tal forma que se acomodam ao ouvido.

Logo após o trabalho de redução das variantes a invariantes, ou melhor, ao passarmos da prova de comutação para o estudo da identificação dos limites dos segmentos fônicos da língua de que nos ocupamos, chegamos à parte culminante

* Departamento de Lingüística — Instituto de Letras, História e Psicologia — UNESP — 19.800 — Assis-SP.

de nosso estudo: o estabelecimento do sistema em que se integram os fonemas nessa língua em virtude de suas relações internas.

Convém esclarecer que, posto que existe uma concepção global do fonema como unidade (às vezes distribuída em vários alofones), ele apresenta-se-nos, como todas as unidades lingüísticas, problemático em alguns contornos. Há flutuações segundo os níveis de língua, o aspecto distributivo etc. Por isso, a classificação dos alofones em fonemas, em alguns casos, depende de nossas próprias decisões, o que mostra que a indecisão parcial do fonema é tão real como sua própria existência.

0.2. Os fonemas que se encontram em oposição bilateral proporcional privativa estão em relação muito mais estreita que a existente entre fonemas membros de uma parte das oposições mencionadas ou de outros tipos opositivos. Os sistemas que têm número maior de fonemas nos três tipos de oposições são mais coerentes porque utilizam melhor os pares de traços distintivos intrínsecos de que dispõem: a entropia supera a redundância.

Correlação (ou *grupo simétrico*) é o termo com que designamos as diversas ordens e séries que, nos quadros de fonemas, formam a máxima figura retangular. As *séries* são constituídas pelos fonemas que se encontram numa mesma linha horizontal (modo de articulação) e as *ordens*, por aqueles que ocupam a mesma coluna (localização). Chamamos *índice de simetria* do sistema a razão matemática entre o número de fonemas que compõem uma correlação e a totalidade dos fonemas da mesma classe.

Como facilmente podemos constatar, a língua tende a agrupar os elementos funcionais em séries nas quais certo traço distintivo é comum a todos os membros, havendo outro traço variável. Na maioria das línguas indo-européias há duas séries de oclusivas: /p, t, k/ e /b, d, g/.

Valendo-nos de uma combinação de três lugares de articulação com um traço de sonoridade, obtemos, por conseguinte, seis fonemas diferentes (do ponto de vista dos lugares de articulação, /p, b/ = bilabiais; /t, d/ = dentais; /k, g/ = velares; do ponto de vista da sonoridade, /p, t, k/ = surdos; /b, d, g/ = sonoros). Uma série que se opõe a outra por um só traço chama-se *correlação*. Esta disposição dos fonemas em correlações é uma tendência que existe em todas as línguas, se bem que nem sempre realizada com a mesma regularidade, e demonstra um esforço do homem para *economizar* suas distinções sonoras. Obtém-se, destarte, um grande número de fonemas mediante pequeno número de diferenças sonoras. As séries correlativas agrupam-se, às vezes, em feixes de correlações, como, por exemplo, a dupla série de oclusivas acima se opõe a uma série nasal para formar com ela um feixe de correlação.

É muito mais simples distinguirmos os fonemas que formam oposições bilaterais, proporcionais, privativas e neutralizáveis do que todos os demais, de vez que, por um lado, é possível descobriremos com precisão o seu conteúdo fonológico e, por outro lado, é possível separarmos com exatidão o seu traço distintivo e a sua base de comparação. Disto se depreende que, quanto mais oposições neutralizáveis, privativas, proporcionais e bilaterais tiver um sistema, mais coerente será a sua estrutura. Pela importância do papel que desempenham, deu-se o nome de *correlações* às oposições bilaterais proporcionais privativas.

Dois fonemas que formam esse tipo de oposição formam um *par correlativo*. Dá-se o nome de *marca de correlação* a um componente de fonema mediante o qual se distingue uma série de pares correlativos e o de *correlação* (em geral), ao conjunto de pares correlativos diferenciados pela mesma marca de correlação.

0.3. Emprega-se o termo *diassistema* * quando se tem por objetivo oferecer um quadro geral que abranja tanto as categorias comuns como aquelas não comuns a todos os dialetos de uma língua. Convém igualmente empregar este termo com referência ao estudo da *unitas in varietate* e da *varietas in unitate* de todas as variantes regionais e sociais das línguas-padrão dos povos civilizados, com abandono do conceito errôneo de sistema uniforme e homogêneo. Neste sentido é fácil compreendermos que as línguas nacionais, faladas por milhões de pessoas, não podem constituir um sistema uniforme nem uma porção de sistemas individuais ou regionais independentes, mas sim um diassistema no qual algumas oposições se acham circunscritas regionalmente e outras se revelam comuns a todas as variedades.

1.0. Considerando o fonema do ponto de vista de sua função puramente distintiva, uma língua utiliza apenas um número relativamente reduzido de fonemas, submetendo-se ainda a uma classificação. A Fonologia estuda a forma da expressão e a Fonética, a substância da expressão. O inventário fonológico, por conseguinte, reduz consideravelmente o quadro dos sons; este inventário é resultado de um estudo que culmina com o estabelecimento do sistema e consta de duas fases prévias distintas: (a) *segmentação* e (b) *identificação*.

1.1. A *segmentação* é a busca, dentro do *continuum* fônico, das unidades com valor distintivo, mediante a prova de comutação. A *identificação* determina que certos segmentos idênticos ou próximos articulatoriamente são alofones de um mesmo fonema, pois a comutação de uns por outros não cria signos novos. Trata-se de um processo de *classificação* ou de redução de variantes a invariantes. Assim,

será possível estabelecermos um inventário dos fonemas e passarmos à terceira parte do estudo fonológico que culmina com o estabelecimento do sistema em que os fonemas se integram em virtude de suas relações internas.

Estas relações baseiam-se no fato de que os fonemas nunca aparecem isolados: um fonema funda sua identidade diante de outros, isto é, quando houver diferenças a partir de certa comunidade. Então, podemos dizer que os fonemas entram em sistema por apresentarem traços que ora os unem, ora os separam. As relações de simetria que estudaremos mais adiante facilitam a produção dos fonemas e seu reconhecimento, muito mais simples que se se tratasse de unidades isoladas.

1.2. O sistema consonantal do português apresenta-se-nos, tocante à ocorrência de correlações, acusadamente simétrico, bastante coerente com a natureza da base de articulação que representa e sem grandes dificuldades de interpretação fonológica. Neste particular, surgem alguns problemas de tipo universal na interpretação e distribuição das sibilantes e das líquidas, para citar um exemplo. Trata-se de uma constante em quase todas as línguas; o exemplo românico favorece *lato sensu* a defesa desta afirmação, se não bastar *stricto sensu* a dos domínios lingüísticos ibéricos.

2.1. As consoantes obstruintes portuguesas são em número de doze e revelam um índice de 100% de simetria. Senão, vejamos: do ponto de vista do modo de articulação, há duas séries de oclusivas e duas de fricativas (6 + 6); do ponto de vista da sonoridade, há para cada consoante surda uma homorgânica sonora (6 + 6) perfazendo duas séries de surdas e duas de sonoras (3 + 3; 3 + 3); do ponto de vista da localização, agrupamos as ordens palatal e velar numa só e temos três ordens de lo-

* Os seguintes termos, entre outros, empregam-se como correspondentes a *diassistema*: *super-sistema*, *supra-sistema*; em inglês "overall pattern" etc.

calização (4 + 4 + 4). No esquema abaixo, I = ordem labial; II = ordem dental; III = ordem palatal + velar; 1 = série das oclusivas; 2 = série das fricativas; (a) = série das surdas; (b) = série das sonoras.

		I	II	III
1	(a)	p	t	k
	(b)	b	d	g
2	(a)	f	s	ʃ
	(b)	v	z	ʒ

É ponto pacífico que a realização fonética de um mesmo fonema pode variar de localização. Agrupamos as ordens palatal e velar seguindo o ensinamento de Alarcos Llorach assim resumido: a "forma" de uma língua consiste precisamente na maneira de ordenar o *continuum* do pensamento e o *continuum* da expressão. As zonas da cavidade bucal estão ordenadas diferentemente em cada língua, admitindo os fonemas correspondentes uma latitude de realização, um campo de dispersão distinto segundo sua extensão relativa (Cf. 1, p. 171-172).

Adotando critério de Alarcos Llorach, obtivemos como resultado estrutural da ordenação das consoantes do português um sistema consonantal quadrado, representado no gráfico seguinte:

		GRAVES		AGUDAS		LÍQUIDAS	
		ordem labial		ordem dental			
DIFUSAS		/m/	/v/ /f/	/s/ /z/		/l/	
			/b/ /p/	/t/ /d/		/r/ /r/	
COMPACTAS			/g/ /k/	/ʃ/ /ʒ/			
			ordem velar + ordem palatal				

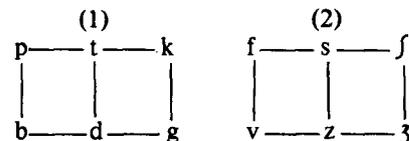
A situação das consoantes, umas em relação às outras, demonstra as oposições existentes entre elas:

- (a) *Líquida vs não-líquida*: /l, r/ vs todas as outras;
- (b) *Nasal vs oral*: /b/ vs /m/; /d/ vs /n/; /ʒ/ vs /j/;
- (c) *Grave vs aguda*: /f/ vs /s/; /v/ vs /z/; /p/ vs /t/; /b/ vs /d/; /k/ vs /ʃ/; /g/ vs /ʒ/; /m/ vs /n, j/;
- (d) *Compacta vs difusa*: /b/ vs /g/; /p/ vs /k/; /t/ vs /ʃ/; /d/ vs /ʒ/;
- (e) *Abrupta vs contínua*: /p/ vs /f/; /t/ vs /s/; /k/ vs /ʃ/; /r, r/ vs /l/;
- (f) *Surda vs sonora*: /p/ vs /b/; /t/ vs /d/; /k/ vs /g/; /f/ vs /v/; /s/ vs /z/; /ʃ/ vs /ʒ/;
- (g) *Tensa vs frouxa*: /r/ vs /r/.

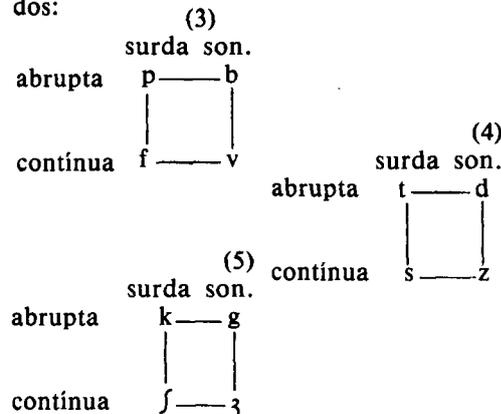
Também aqui agrupamos as ordens palatal e velar numa só; percebemos que as correlações de continuidade e sonoridade

	surda	sonora
abrupta	/p, t, k/	/b, d, g/
contínua	/f, s, ʃ/	/v, z, ʒ/

dispostas em dois retângulos



podem fundir-se formando três quadros:



Combinando agora o traço de compacticidade com o de tonalidade

	aguda	grave
compacta	/ʃ, ʒ/	/k, g/
difusa	/t, d, s, z/	/p, b, f, v/

podemos estabelecer quatro correlações triangulares:

- (6)
- ```

compacta k
 / \
 / \
difusa p-----t
 \ /
 \ /
grave aguda

```
- (7)
- ```

compacta      g
              / \
             /   \
difusa b-----d
             \   /
              \   /
grave         aguda
    
```
- (8)
- ```

compacta ʃ
 / \
 / \
difusa f-----s
 \ /
 \ /
grave aguda

```
- (9)
- ```

compacta      ʒ
              / \
             /   \
difusa v-----z
             \   /
              \   /
grave         aguda
    
```

Nestas correlações, os fonemas /k, g, ʃ, ʒ/ figuram como neutros quanto ao traço de tonalidade, já que este traço opõe as consoantes velares às palatais, tornando-se neste caso redundante.

2.2. As consoantes soantes portuguesas são em número de seis no Brasil, sete em Portugal e revelam um índice de simetria baixo em relação ao das obstruintes. No *sistema português* esse índice é da ordem de 57% (4/7), pois o único grupo simétrico é constituído pelo retângulo.

- (10)
- ```

n-----ʃ
|-----|
l-----λ

```

(ficam isoladas as consoantes /m, r̄, r/), enquanto o *sistema brasileiro* fica prejudicado, de vez que não é possível formar nenhum grupo simétrico.

No *sistema brasileiro*, o quadro é o seguinte: do ponto de vista do modo de articulação há três nasais (50%), uma lateral (17%) e duas vibrantes (33%); do ponto de vista da localização, temos uma labial (17%), quatro dentais (66%) e uma palatal (17%). No *sistema português* acrescenta-se uma consoante lateral à ordem palatal, ficando o sistema, do ponto de vista do modo de articulação, com três nasais (42%), duas laterais (29%) e duas vibrantes (29%); do ponto de vista da localização, há uma labial (14%), quatro dentais (57%) e duas palatais (29%). Nos esquemas abaixo, I = ordem labial, II = ordem dental, III = ordem palatal; 3 = série das nasais, 4 = série das laterais, 5 = série das vibrantes (a) tensa e (b) frouxa.

Sistema brasileiro

|     | I | II | III |
|-----|---|----|-----|
| 3   | m | n  | ʃ   |
| 4   |   | l  |     |
| (a) |   | r̄ |     |
| 5   |   | r  |     |
| (b) |   |    |     |

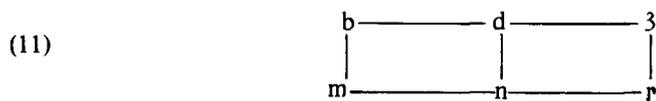
Sistema português

|     | I | II | III |
|-----|---|----|-----|
| 3   | m | n  | ʃ   |
| 4   |   | l  | λ   |
| (a) |   | r̄ |     |
| 5   |   | r  |     |
| (b) |   |    |     |

O exame destes quadros mostra-nos o perfil contrastivo das bases de articulação dos dois sistemas do português: em Portugal há uma distribuição mais simé-

trica das soantes, caracterizando-se a base brasileira por um maior índice de nasalidade e mais anterioridade na localização (no que faz paralelo com o espanhol meridional e americano)\*.

Podemos estabelecer a correlação de nasalidade em forma de retângulo, acusando os seguintes índices de simetria: 33% (6/18) para o *sistema brasileiro* e 32% (6/19) para o *sistema português*:



A presença dos traços distintivos intrínsecos nas soantes, estabelecendo oposições e correlações, dá-se na seguinte seqüência:

1.º líquida vs não-líquida combinando com abrupta vs contínua:

| <i>sistema brasileiro</i> |          |              | <i>sistema português</i> |          |              |
|---------------------------|----------|--------------|--------------------------|----------|--------------|
|                           | líquidas | não-líquidas |                          | líquidas | não-líquidas |
| abruptas                  | ɾ r      | m n          | abruptas                 | ɾ r      | m n          |
| contínuas                 | l        | ʝ            | contínuas                | l λ      | ʝ            |

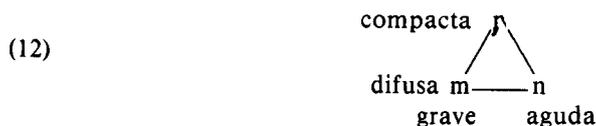
2.º nasal vs não-nasal:

| <i>sistema brasileiro</i> |       | <i>sistema português</i> |         |
|---------------------------|-------|--------------------------|---------|
| nasais                    | m n ʝ | nasais                   | m n ʝ   |
| não-nasais                | l ɾ r | não-nasais               | l λ ɾ r |

3.º compacta vs difusa combinado com grave vs aguda:

| <i>sistema brasileiro</i> |        |        | <i>sistema português</i> |        |        |
|---------------------------|--------|--------|--------------------------|--------|--------|
|                           | graves | agudas |                          | graves | agudas |
| compactas                 |        | ʝ      | compactas                |        | ʝ λ    |
| difusas                   | m      | n l    | difusas                  | m      | n l    |

Destaca-se a seguinte correlação triangular para as nasais, figurando /n/ como neutra quanto ao traço *grave vs aguda*:



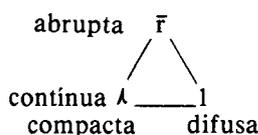
\* Cf. 2, p. 247 e nota 50 — p. 255 —.

4.º *abrupta vs contínua* combinado com *compacta vs difusa*:

| <i>Sistema brasileiro</i> |          |           | <i>Sistema português</i> |          |           |
|---------------------------|----------|-----------|--------------------------|----------|-----------|
|                           | abruptas | contínuas |                          | abruptas | contínuas |
| compactas                 | ̄ r      | ʝ         | compactas                | ̄ r      | ʎ         |
| difusas                   | m n      | l         | difusas                  | m n      | l         |

Estabelece-se a seguinte correlação triangular para as líquidas do *sistema português*, figurando /r/ como neutra quanto ao traço *compacta vs difusa*:

(13)



5.º *tensa vs frouxa*: é o traço distintivo intrínseco que opõe /̄r/ a /r/.

3.1. Em termos diassistemáticos estabelecemos um sistema consonantal português (organizado em dois subsistemas, um brasileiro e outro português) constituído por 18(19) consoantes — 12 obstruintes + 6(7) soantes —: /p, t, k, b, d, g, f, s, ʃ, v, z, ʒ/ + /m, n, ʝ, l(λ), ̄, r/.

3.2. O exame das relações de simetria constatadas nesse sistema consonantal leva-nos a concluir que o sistema se caracteriza por uma localização central, que

convencionamos chamar *central avançada*, por apresentar 72% de suas consoantes concentradas nas ordens labial e dental. O que nos autoriza a classificar o sistema como central é a concentração de 61% de fonemas consonânticos nas ordens dental e palatal. Do ponto de vista da tonalidade convencionamos chamar o sistema consonantal português com o traço [+agudo], porque a concentração de consoantes nas ordens periféricas (labial e velar) ocorre na proporção de 7/18(39%), fato que acusa predomínio do traço [-grave].

MARTINS, M.D. — Symmetry relations in the consonantal system of Portuguese. *Alfa*, São Paulo, 26: 61-67, 1982.

**ABSTRACT:** After having established the phonological system of Portuguese according to its overall patterns, the Author makes a survey of the Brazilian and Portuguese consonantal systems, dealing with phonological correlations and symmetry indexes concerning those systems. As a result, he demonstrates in this article that the consonantal system of Portuguese is characterized by an advanced central localization which accuses predominantly the [+acute] intrinsic distinctive feature.

**KEY-WORDS:** Phonology; Phonemics; Phonetics; phonological (phonemic) system; consonantal system; phonological (phonemic) opposition; symmetry; correlation.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALARCOS LLORACH, E. — *Fonología española*. 4.ed. Madrid, Gredos, 1974.
2. MARTINS, M.D. — *Os sistemas consonantais do português e do espanhol*. Assis, 1980. (Ed. xerocopiada.)

## AMOSTRA DE UM INQUÉRITO LINGÜÍSTICO PRÉVIO PARA O ESTADO DE SÃO PAULO.

Pedro CARUSO\*

---

*RESUMO: Trata-se de uma amostragem de inquérito lingüístico por correspondência, feito para o Estado de São Paulo.*

*UNITERMOS: Questionário lingüístico; inquérito lingüístico; informante; inquiridor; pontos de rede lingüística; mapas lingüísticos.*

---

### INTRODUÇÃO

Em 1980, como material prático para os alunos do Curso de Pós-Graduação\*\*, utilizamos dois questionários lingüísticos, tendo em vista dois diferentes tipos de inquéritos.

O primeiro desses questionários, fruto já de algumas outras tentativas anteriores, em Cursos de Graduação, foi montado e distribuído aos alunos para que o aplicassem em entrevista direta gravada, com informantes das regiões em que os inquiridores residiam ou trabalhavam. Além do fato de se colocar o aluno diante do informante, procurávamos, é claro, testar, mais uma vez, o referido questionário. O resultado permitiu-nos fazer algumas correções e, principalmente, encorajou-nos a dar como quase definitivo o referido questionário, o qual deverá ser aplicado em todo o Estado de São Paulo, se conseguirmos a ajuda financeira que um empreendimento dessa natureza sempre necessita.

O segundo questionário, cujo resultado estamos apresentando através de alguns mapas, mostra um outro tipo de inquérito, o inquérito lingüístico por correspondência.

Deixando-se de lado o aspecto do simples exercício escolar, o questionário, ligado agora a uma sondagem prévia do território paulista, tinha ainda outros objetivos: verificação dos possíveis pontos da rede lingüística e a maior ou menor dificuldade de se localizar informantes para o projeto acima mencionado. Além disso, esses questionários possibilitariam contactar professores que poderão prestar, obviamente, grande ajuda, quando for feita a pesquisa direta. Eles poderão ser o elemento de contacto entre inquiridores e informantes.

O resultado superou em muito aquilo que buscávamos e, mais do que isso, mostrou que a pesquisa lingüística do falar do Estado de São Paulo é urgentíssima e necessária para o conhecimento dialetológico.

---

\* Departamento de Lingüística — Instituto de Letras, História e Psicologia — UNESP — 19.800 — Assis - SP.

\*\* Eram alunos do Curso de Introdução à Dialectologia os seguintes Professores: Anna Rosa Gomes Cabello, Dalila Maria Pereira Lemos, Ernesto Ferreira de Oliveira, Heloisa Marques Tupinã, Maria Aparecida Nery O. Otaiano e Marlene Durigan.

co do Brasil. Não podemos nos esquecer, aliás, de que São Paulo é um dos focos de irradiação da língua portuguesa que se implantou no Brasil. Todos sabemos que o desbravamento e o povoamento do Brasil, com a conseqüente implantação da língua portuguesa, se deu a partir dos seguintes focos de irradiação: Olinda e Recife (1535), Salvador (1549), São Paulo e São Vicente (1554), Rio de Janeiro (1557) e São Luis do Maranhão (1612) (1).

Vamos-nos ater apenas ao questionário linguístico por correspondência e mostrar de que modo ele foi montado, distribuído e recebido e o que ele nos ofereceu quanto ao material recolhido e quanto às informações que nos possibilitou.

#### QUESTIONÁRIO

O questionário utilizado para o inquérito linguístico por correspondência contém 50 perguntas, redigidas de modo a permitir que o informante pudesse chegar ao que se pretendia da maneira mais fácil possível. Isto foi conseguido após testarmos o questionário prévio na região de Assis. Ainda assim, apesar desta testagem preliminar, o questionário mostrou algumas falhas, perceptíveis somente agora, depois de aplicado. Isto nada tem de incomum, pois "Le questionnaire... pour être sensiblement meilleur, aurait dû être fait après l'enquête" (2). O que importa é a lição que podemos tirar dessas falhas.

O questionário abrange algumas questões sobre Natureza, Agricultura, Animais domésticos, Homem, Habitação, Brinquedos infantis e Superstição. O fato de termos organizado um questionário pequeníssimo explica-se facilmente: dependíamos da camaradagem e da extrema boa vontade dos Professores de 1.º e 2.º Grau da Rede Estadual de Ensino. Aliás, ressalte-se também a grande cooperação das duas Coordenadorias de Ensino da Secretaria da Educação, Coordenadoria de Ensino do Interior e Coordenadoria de Ensino da Grande São Paulo, através

de seus Coordenadores, Professores Jorge Monteiro Júnior e Celso Pinheiro de Castro, respectivamente. Através de circular, solicitaram eles o empenho dos Diretores das 18 Regionais de Ensino na divulgação, junto às Delegacias, do inquérito linguístico que estávamos fazendo. Delegados de Ensino, Diretores de Escolas, Professores, enfim, muitíssimas foram as pessoas envolvidas nesse trabalho de coleta de dados. Para se ter uma idéia, basta mencionar que foram enviados 1382 questionários (1008 para as escolas do interior e 374 para as da capital). Os pacotes eram enviados às Regionais de Ensino, separados por Delegacias e em envelopes com o nome da Escola para a qual era enviado o questionário. Cada envelope continha um questionário de 6 folhas, mais uma folha com a ficha do informante, outra com a ficha da localidade e ainda uma folha de instruções ao Professor.

Os 1382 questionários foram enviados para 571 municípios do Estado de São Paulo. Recebemos a devolução de 853 questionários, o que representa mais da metade dos questionários enviados, isto é, 61,7%. A perda foi de apenas 38,3%.

Desses 853 questionários devolvidos, 558 foram respondidos e 295 não o foram. Apesar disto, estes questionários traziam muitas informações valiosas quanto às razões por que não tinham sido respondidos. Essas informações complementaram o objetivo inicial da sondagem e terão de ser levadas em conta quando da pesquisa linguística direta. Julgamo-las tão importantes quanto as outras.

Dos 571 municípios do Estado de São Paulo, recebemos questionários respondidos de 305. Isto representa material linguístico de mais da metade dos municípios do Estado.

#### INFORMANTES

A escolha do informante coube sempre ao Professor que ia aplicar o questionário. No entanto, tal escolha estava con-

dicionada a algumas exigências que, em folha de instruções anexas, cada Professor devia seguir. O informante devia preencher as seguintes condições:

- 1 — ter nascido no município;
- 2 — nunca ter residido em outro município;
- 3 — ter entre 30 e 50 anos de idade;
- 4 — se casado, o cônjuge deveria ter nascido no mesmo município;
- 5 — ser analfabeto ou ter, no máximo, o curso primário incompleto ou, apenas, o Mobral;
- 6 — não ter prestado o serviço militar fora do município.

Nem sempre os questionários devolvidos satisfizeram tais condições. Procedemos, como é claro, a uma seleção e aproveitamos aqueles questionários que, a nosso ver, preenchiam as condições de terem sido respondidos por um informante razoável. Tivemos, pois, de ser menos exigentes quanto a algumas dessas condições. Assim, por exemplo, incluímos informantes que, embora não tenham nascido no município, mudaram-se para ele em tenra idade. Incluímos, também, informantes com menos de 30 e mais de 50 anos de idade. Respeitamos, no entanto, os itens 2, 5 e 6. Por uma falha na montagem, a ficha do informante, que acompanhava o questionário, omitiu o item 4. Ainda assim, muitos questionários trouxeram informações a respeito, pois esse item aparecia na folha de instruções que cada Professor recebia.

Apesar disso, as informações que todos esses questionários trouxeram são valiosíssimas, pois permitem prever algumas das dificuldades que serão encontradas em futuros inquéritos. Entre essas dificuldades, saliente-se a que diz respeito aos itens 1 e 4. A mobilidade que caracteriza essa população se deve, quase sempre, à grande necessidade que os indivíduos têm

de arranjar empregos, inexistentes na sua região, e à necessidade de melhorar o seu ganho diário, pois o que se ganha “num dá nem pra cumê i tratá dus fiu”.

No que diz respeito aos informantes, utilizados nesta pequena amostra, temos os seguintes dados para um total de 151 informantes: 48 informantes do sexo masculino e 103 do sexo feminino; 13 informantes na faixa etária dos 18 aos 30 anos, 125 informantes na faixa etária dos 31 aos 50 anos e 13 informantes na faixa etária dos 51 aos 67 anos de idade.

Quanto às profissões, a distribuição dos 151 informantes deu-se do seguinte modo: Prendas domésticas: 62; Serventes de escola: 22; Merendeiras: 14; Lavradores: 14; Comerciantes: 5; Funcionários públicos municipais: 5; Pedreiros: 5; Motoristas: 4; Cozinheiras: 2; Carpinteiros: 1; Ferroviários: 1; Costureiras: 1; Barbeiros: 1; Enfermeiras: 1; Zeladores: 1; Faxineiras: 1; Vigias: 1; Prensistas: 1; Pescadores: 1.

Por outro lado, os 151 informantes estão assim distribuídos quanto ao grau de instrução: Primário incompleto: 121; Analfabetos: 19; Mobral: 11.

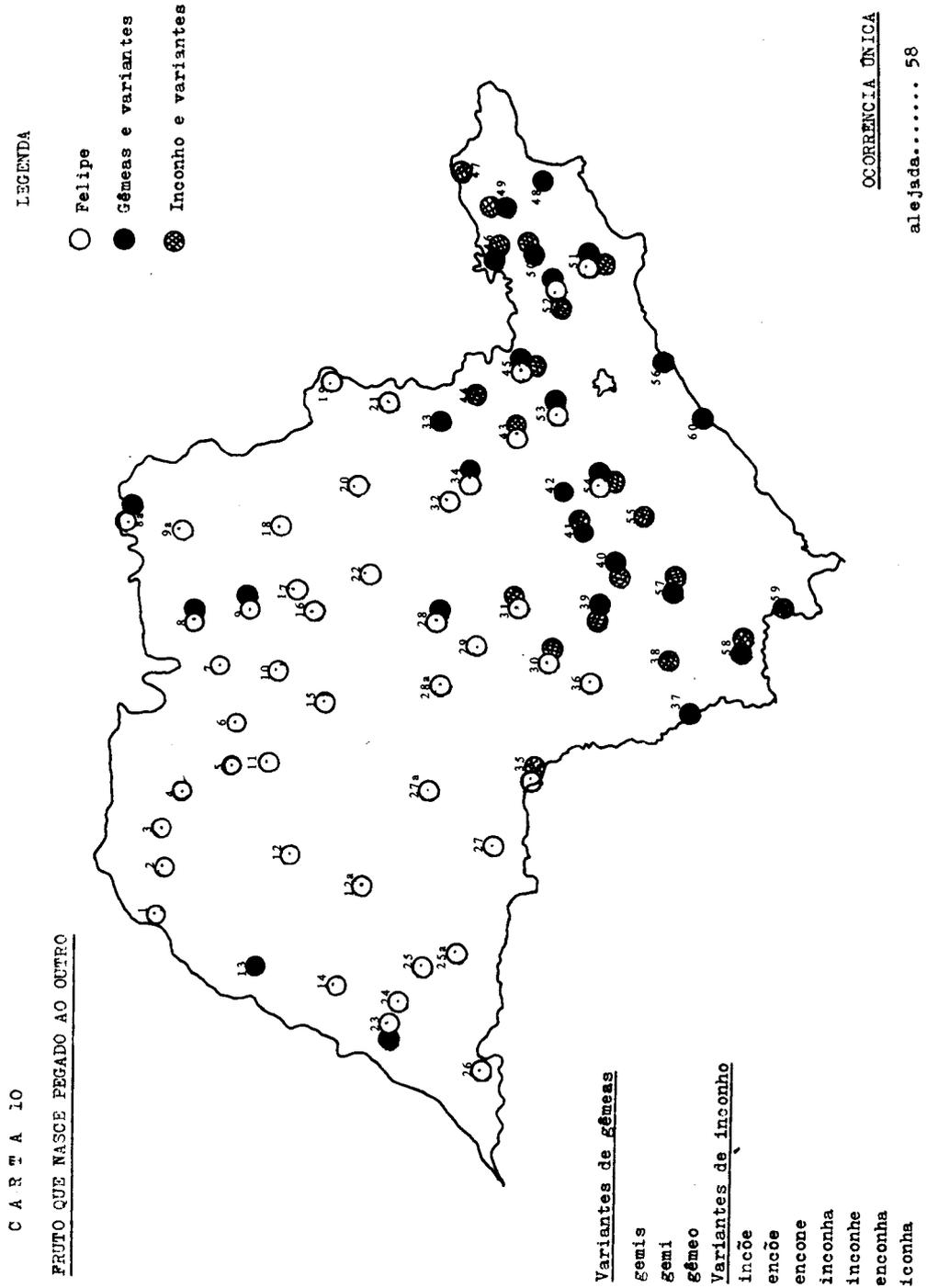
## LOCALIDADES

A escolha das localidades nasceu da proposta de Antenor Nascentes (3) para o Estado de São Paulo. Nessa proposta, o A. sugere 60 pontos.

Como tínhamos questionários de apenas 35 desses pontos tivemos de acrescentar outros, agora seguindo um critério, quando possível, geométrico. Chegamos assim a 66 pontos.\* Os claros, que se verificam nos mapas, devem-se à falta de material das localidades que poderiam, geometricamente, ser pontos da rede lingüística. São os seguintes os pontos, indicados nos mapas através de números\*\*:

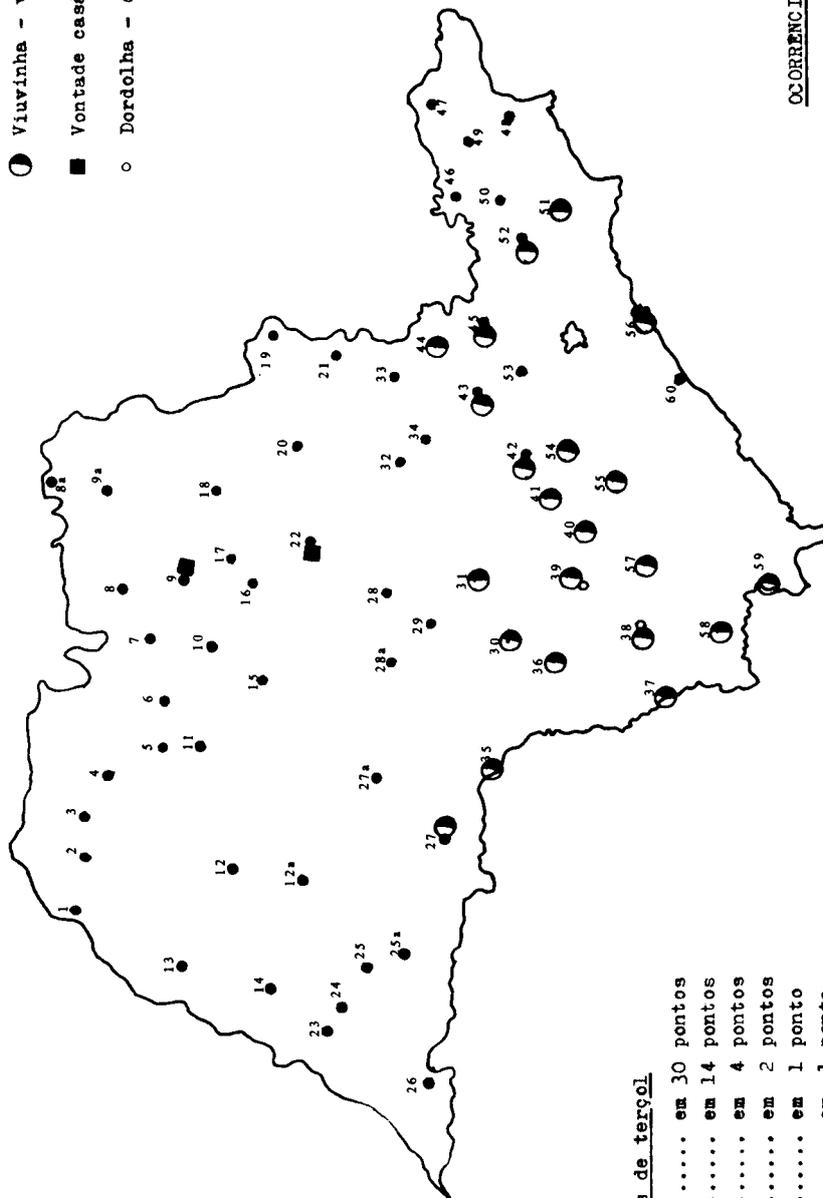
\* Embora tenhamos um grande número de questionários da grande São Paulo, não os aproveitamos, por enquanto, por causa da complexidade que apresentam.

\*\* Os pontos assinalados com o sinal (+) são pontos propostos por A. Nascentes. A letra a, aposta ao número, indica inquérito feito em 1981, ou melhor, questionário recebido nesse ano.



**LEGENDA**

- Terçol e variantes
- Viúvina - viúva
- Vontade casá
- Dordolha - dordóio



**OCORRÊNCIA ÚNICA**

- cu de cavalo.... 3
- borbolha..... 43

C A R T A 24

**T E R Ç O L**

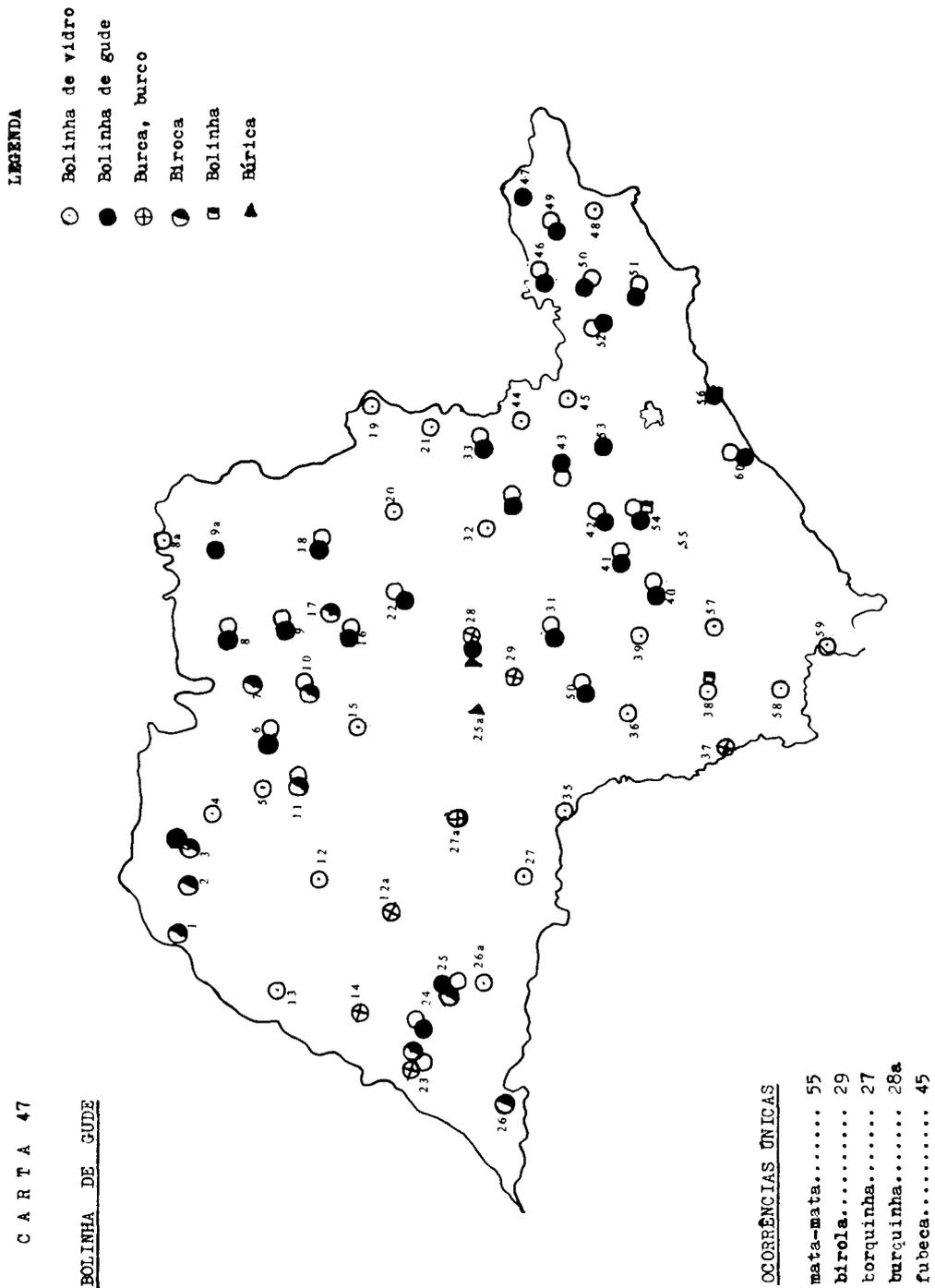
Variantes de terçol

- treiçor..... em 30 pontos
- treiçol..... em 14 pontos
- treçol..... em 4 pontos
- traçol..... em 2 pontos
- tereçol..... em 1 ponto
- tiraçol..... em 1 ponto
- treçor..... em 1 ponto
- treiçô..... em 1 ponto

LEGENDA  
○ Estilíngue  
● Setra - seta



OCORRÊNCIA ÚNICA  
atiradeira..... 43



- |                                     |                              |
|-------------------------------------|------------------------------|
| 1 — Santa Fé do Sul                 | 45 — Bragança Paulista       |
| 2 — Jales                           | 46 — Campos do Jordão (+)    |
| 3 — Fenândópolis                    | 47 — Lavrinhas (+)           |
| 4 — Votuporanga                     | 48 — Cunha (+)               |
| 5 — Monte Aprazível                 | 49 — Guaratinguetá           |
| 6 — São José do Rio Preto (+)       | 50 — Taubaté                 |
| 7 — Olímpia                         | 51 — Paraibuna (+)           |
| 8 — Barretos (+)                    | 52 — São José dos Campos (+) |
| 8a — Igarapava                      | 53 — Jundiá (+)              |
| 9 — Bebedouro                       | 54 — Sorocaba (+)            |
| 9a — Guará                          | 55 — Pilar do Sul (+)        |
| 10 — Catanduva                      | 56 — São Vicente (+)         |
| 11 — José Bonifácio                 | 57 — Capão Bonito            |
| 12 — Araçatuba (+)                  | 58 — Apiaí (+)               |
| 12a — Rinópolis                     | 59 — Barra do Turvo          |
| 13 — Andradina (+)                  | 60 — Peruíbe                 |
| 14 — Dracena (+)                    |                              |
| 15 — Novo Horizonte                 |                              |
| 16 — Taquaritinga (+)               |                              |
| 17 — Jaboticabal (+)                |                              |
| 18 — Ribeirão Preto (+)             |                              |
| 19 — Caconde (+)                    |                              |
| 20 — Santa Rita do Passa Quatro (+) |                              |
| 21 — São João da Boa Vista          |                              |
| 22 — Araraquara (+)                 |                              |
| 23 — Presidente Venceslau           |                              |
| 24 — Santo Anastácio                |                              |
| 25 — Presidente Prudente            |                              |
| 25a — Taciba                        |                              |
| 26 — Teodoro Sampaio                |                              |
| 27 — Assis (+)                      |                              |
| 27a — Marília (+)                   |                              |
| 28 — Jaú (+)                        |                              |
| 28a — Bauru (+)                     |                              |
| 29 — Lençóis Paulista               |                              |
| 30 — Avaré (+)                      |                              |
| 31 — Botucatu (+)                   |                              |
| 32 — Rio Claro (+)                  |                              |
| 33 — Moji-Guaçu (+)                 |                              |
| 34 — Limeira (+)                    |                              |
| 35 — Ourinhos                       |                              |
| 36 — Itaí                           |                              |
| 37 — Itararé (+)                    |                              |
| 38 — Itapeva                        |                              |
| 39 — Angatuba                       |                              |
| 40 — Itapetininga (+)               |                              |
| 41 — Tatuí                          |                              |
| 42 — Porto Feliz (+)                |                              |
| 43 — Campinas                       |                              |
| 44 — Serra Negra (+)                |                              |

#### CONCLUSÃO

A presente comunicação tem como objetivo fundamental dar conhecimento de uma pequena parte daquilo que estamos fazendo e daquilo que pretendemos desenvolver.

Além disso, ela deve ser vista como uma fase preliminar, como uma fase de sondagem da realidade a enfrentar futuramente. Talvez possa ser considerada, também, como uma tentativa de se evitar ou, pelo menos, de se tentar minorar o “vão cego” de que nos fala Nelson Rossi (4) e que sempre caracteriza os trabalhos de campo. O vão deixará de ser tão cego, quando se sabe que há pessoas interessadas no assunto, que estão dispostas a colaborar e, principalmente, são contactos dos mais importantes para uma etapa seguinte. Referimo-nos, é lógico, aos Professores de 1.º e 2.º Graus da Rede Oficial de Ensino do Estado de São Paulo e a muitas outras pessoas, Diretores Regionais, Delegados de Ensino, Diretores etc.

Vemos, pois, o Professor como um dos elementos capazes de aproximar inquiridor e informante de maneiras várias. Como se sabe, o informante nem sempre se coloca à vontade se não for apresentado por um indivíduo da própria localidade.

CARUSO, P. — Amostra de um inquérito lingüístico prévio para o Estado de São Paulo. *Alfa*, São Paulo, 26: 69-77, 1982.

---

Quanto ao material que aqui se apresenta, apenas queremos chamar a atenção para uma pequena amostra da sua riqueza e para o manancial de dados que podem ser obtidos dentro do próprio Estado de São Paulo. As cartas mostram, ainda, diversidades que, mais ou menos, se repe-

tem em outros mapas não incluídos nesta amostragem.

No fundo, gostaríamos que esse material servisse de estímulo para trabalhos dessa natureza e que despertasse outras pessoas interessadas no assunto.

---

CARUSO, P. — Previous sample of a linguistic inquiry in the State of São Paulo. *Alfa*, São Paulo, 26: 69-77, 1982.

*ABSTRACT:* This paper covers a sample of linguistic inquiry carried out through postage, in the State of São Paulo.

*KEY-WORDS:* Linguistic questionnaire; linguistic inquiry; informant; linguistic field; points of the linguistic net; linguistic maps.

---

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CASTILHO, A.T. de — *Projeto Rio Grande do Norte: aspectos lingüísticos*. Natal, UFRN, 1980, p. 1. (mimeografado).
2. GILLIÉRON, J. — *Pathologie et thérapeutique verbales*. Apud: ROSSI, N. — *Atlas prévio dos falares baianos*. Introdução. INL/MEC [1965]. p. 117.
3. NASCENTES, A. — *Bases para a elaboração do atlas lingüístico do Brasil*. I. Casa de Rui Barbosa/MEC, 1958. p. 21.
4. ROSSI, N. — *Atlas prévio dos falares baianos*. Introdução. INL/MEC [1965]. p. 15.

## O USO INSTRUMENTAL DE LÍNGUAS.

Masa NOMURA\*

---

*RESUMO: A análise do discurso e a lingüística textual podem contribuir de forma valiosa para o desenvolvimento de estratégias específicas adequadas à leitura e compreensão de textos em idiomas ainda não totalmente dominados pelo aluno.*

*UNITERMOS: Texto; Coesão; gramática referencial; relações fóricas; competência; habilidade; estratégias; associogramas.*

---

### INTRODUÇÃO

O professor de línguas vê-se, muitas vezes, envolvido em dificuldades de ordem metodológica ao dar um texto desconhecido para o aluno cujo conhecimento de determinada língua estrangeira não atingiu ainda aquele estágio ideal que o habilite a uma leitura e compreensão satisfatórias do texto. Para uma análise textual cujo objetivo primeiro é a compreensão rápida do contexto, é necessário trabalhar com elementos da gramática referencial e da coerência textual. Para tanto, devem-se levar em conta os seguintes elementos:

a) a organização *formal* do texto: análise dos recursos sintático-semânticos utilizados;

b) a organização *lógica* do texto: análise dos recursos discursivos empregados pelo autor na argumentação.

### OBJETIVO BÁSICO DA LEITURA E ANÁLISE DE UM TEXTO ESPECÍFICO

Por texto específico entende-se aqui o texto que trata de determinados assuntos de caráter técnico-científico.

O objetivo básico da análise de tal texto é procurar fazer com que o aluno entenda o contexto de forma global, evitando entrar em detalhes sobre a estrutura sintático-semântica do texto. Isso é realizado por meio da alusão a vários recursos existentes no próprio texto:

- indicação do título (do artigo, do livro, da reportagem, do panfleto etc.);
- indicação do índice de assuntos;
- alusão às fotos, gravuras, tabelas etc., que ilustram o texto;
- indicação do veículo de comunicação escrita utilizado (jornal, revista especializada ou leiga, livro, panfleto, anúncio comercial em “outdoors”, apostila, tese acadêmica etc.);
- alusão à diagramação (a imagem visual do texto);
- indicação da composição gráfica (letra cursiva, em negrito; tamanho e variação dos tipos gráficos);
- indicação dos sinais gráficos (aspas, dois-pontos, ponto, ponto-e-vírgula, grifos, parênteses, traves-

---

\* Departamento de Letras Modernas — Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — UNESP — 14.800 — Araçatuba - SP.

sões, reticências, asteriscos e outros sinais);

- alusão do tipo de público receptor do texto em questão (especialistas em áreas científicas específicas ou leigos, fornecedores ou consumidores em potencial etc.).

#### LEITURA DINÂMICA: O “RECONHECIMENTO” DO TEMA CENTRAL.

#### AS MARCAS FORMAIS: RECURSOS SEMÂNTICOS E LÉXICO-GRAMATICAIS

O aluno deve *saber reconhecer*, através de uma leitura rapidíssima em diagonal (leitura em zigzag), quais os elementos-chave do texto, ou melhor, os elementos *conhecidos* do texto, e sublinhá-los à medida que os for encontrando, indicando, em seguida, a linha em que tais elementos se acham (para facilitar a leitura do texto, este deve ser numerado de 5 em 5 linhas). A tarefa do professor nessa fase é a de conduzir o aluno ao reconhecimento do tema, e apontar, por meio de perguntas direcionadas, para determinados itens que possam ajudar o aluno na compreensão global do assunto. Esse encaminhamento deve ser extremamente rápido para evitar que o aluno se concentre em demasia na leitura e se perca nos pormenores. Sempre a partir de palavras conhecidas, ou por analogia com a língua materna, o aluno deve detectar (e muitas vezes “adivinhar”) o significado dos trechos rapidamente percorridos com o olhar; evidentemente, ao topar com falsos cognatos, o professor deve chamar a atenção do aluno, mas isso só será feito depois de terminada a tarefa de reconhecimento dos elementos semanticamente relevantes do texto.

A partir dessa introdução rápida ao contexto, a tarefa seguinte consiste em induzir o aluno a usar seu raciocínio lógico e fazê-lo estabelecer inter-relações pertinentes ao assunto em pauta, apontando, por exemplo, para os argumentos utiliza-

dos pelo autor ao longo do texto: argumentos a favor e contra determinados tópicos, oposições, contradições, realces, enumerações, exemplificações, explicações, conclusões, enfim, todos os recursos discursivos de que o autor se utiliza para convencer, agradar, ou, simplesmente, informar o leitor. Tudo isso encontra-se no texto e pode ser localizado através das marcas lingüísticas e semânticas pertinentes, tais como:

- referências (de identificação, de comparação),
- elipses (nominais, verbais e de oração),
- substituições ao nível semântico e léxico-gramatical,
- coesão gramatical e lexical,
- conjunções
- uso de intensificadores.

Trata-se da análise das relações fóricas dentro do texto (relações endofóricas: anáfora, catáfora) e do texto com a situação (relações exofóricas).

Para uma melhor compreensão dessa dinâmica textual, é preciso, também, levar em conta a interação autor/leitor, autor/assunto, bem como ter em mente os pressupostos que se exigem do leitor para a plena apreensão do contexto (interação leitor/assunto).

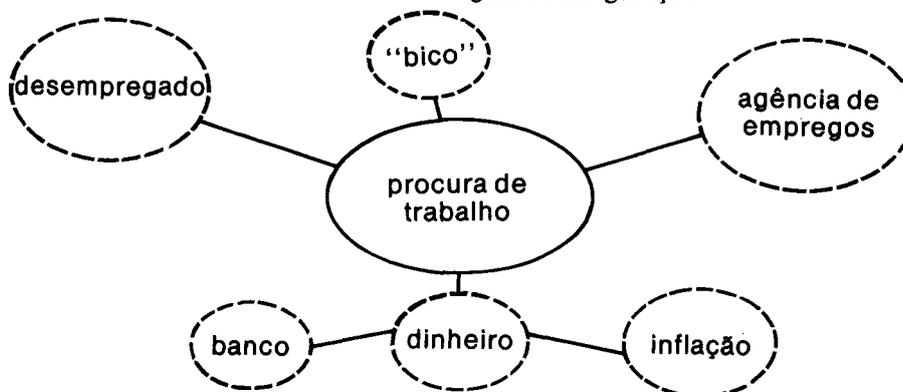
#### O DESENVOLVIMENTO DA COMPETÊNCIA “ESCRITA”

São 4 as competências ou habilidades básicas a serem desenvolvidas no aprendizado de uma língua: entender, falar, ler e escrever. Tanto a competência oral quanto a escrita pressupõem a compreensão e a produção de textos. O campo específico da língua estrangeira usada como instrumental é a *compreensão escrita* dos textos (leitura e compreensão), o que não significa excluir por completo a competência oral.

## ESTRATÉGIAS DE LEITURA

Como se deve ler um texto em que o objetivo é testar a compreensão escrita do aluno? — Percorrer globalmente com os olhos o texto, procurando apenas o que interessa no momento; é a estratégia normalmente usada na leitura de um jornal na língua materna: percorremos rapidamente com os olhos (e eventualmente com o dedo) as manchetes dos jornais e nos detemos para uma leitura mais atenta e demorada quando algo marcante nos chama a atenção.

Como fazer para despertar no aluno um certo interesse pelo texto? — Existem algumas estratégias interessantes, tais como:



Os associogramas, por surgirem espontaneamente, afloram de forma desordenada; então, é necessário ordená-los em listas de verbos, substantivos, adjetivos etc. A fase seguinte consiste em combinar os itens lexicais assim obtidos em frases curtas sintaticamente bem construídas. Exemplos: O desempregado vai à agência de empregos./ Ele só arranja “bicos”./ A inflação é grande./ Só o banco tem dinheiro. E assim por diante.

— Para testar a compreensão global do texto, é importante formular a seguinte pergunta: “Do que trata o texto?”, e a seguir, localizar o fato ou os fatos contextuais no espaço e no tempo: “Onde? Quando? Como?”

— ativar o conhecimento previamente adquirido pelo aluno: isto significa nunca partir de algo que ele não saiba, mas, sim, de algo já visto e conhecido ou facilmente inferido por analogia com a língua materna ou com outra língua estrangeira.

— fazer com que o aluno faça associações de idéias (“associogramas”) a partir de qualquer palavra conhecida. Por exemplo, o núcleo “procura de trabalho” pode associar-se a “desempregado”, “agência de empregos”, “bico”, “dinheiro”, “inflação”, “banco” etc. Tal associação de idéias pode ter, na prática, a seguinte configuração:

## DA ESCOLHA DO TEXTO

Na escolha do texto deve-se levar em consideração 3 níveis de competência, a saber:

### 1. *Competência no assunto:*

O critério para tal é a *familiaridade*. Isto não significa que se tenha visto o texto antes; significa apenas achar algo que seja familiar a nós. São textos específicos que exigem familiaridade do leitor com o assunto os textos de química, matemática, biblioteconomia, política, lingüística, economia etc. Aqui, a competência lingüística do professor encontra-se com a competência extralingüística do aluno.

2. *Competência discursiva ou textual:*

É a capacidade de ler um texto complexo. O hábito de leitura varia de leitor para leitor e depende do seu nível de formação. Aqui se pode fazer uma análise do público receptor: o leitor que lê jornal, revista (especializada ou não), livros, apostilas, teses, manifestos, anúncios etc.

3. *Competência linguística:*

É o nível de conhecimento que se tem da língua. É o campo por excelência do professor. Neste e no campo da competência discursiva deve o professor atuar com exaustividade.

#### DA GRAMÁTICA REFERENCIAL

A partir de dados fornecidos pelo próprio texto, o professor aponta para os elementos gramaticais, sintáticos e semânticos relevantes para a compreensão textual.

As marcas formais são analisadas em 3 níveis:

1. *Ao nível do enunciado:*

Analisa-se o relacionamento do autor com o leitor e com o assunto: são as marcas da intenção discursiva do autor imprimida no texto. Exemplo: Em anúncios de propaganda, é comum o autor chamar o leitor de “você”, atraindo-o para sua intimidade para melhor agradá-lo e convencê-lo a consumir o produto que anuncia.

2. *Ao nível lógico:*

É a relação lógica entre as partes do texto, a estruturação da argumentação de forma concatenada e coesiva.

3. *Ao nível retórico:*

Refere-se à distribuição da matéria no texto, a começar pelo título; é tudo o que o autor faz dentro dos limites do seu

texto: ele define, demonstra, argumenta, objeta, enfatiza, delimita, restringe, compara, exemplifica, enumera.

#### CONCLUSÃO

Ler e entender um texto em língua estrangeira são duas das habilidades mais importantes a serem desenvolvidas no ensino instrumental de idiomas, sobretudo se considerarmos o tipo de clientela a quem se destina esse ensino: estudantes universitários em nível de pós-graduação, professores de diversas áreas de conhecimento, engenheiros, médicos, químicos, odontólogos e outros especialistas que, em decorrência de suas atividades profissionais, são obrigados a atualizar continuamente, e com rapidez e eficiência, seus conhecimentos nas respectivas áreas de interesse; para eles, a leitura de revistas e jornais estrangeiros especializados constitui a fonte maior de informação de novas idéias, tendências e descobertas do mundo científico. Nesse contexto, é importante que se desenvolvam estratégias específicas para a leitura e compreensão de textos em língua estrangeira.

Reconhecer o essencial numa língua que não se domina muito bem é o objetivo primeiro num curso de língua instrumental. A análise do discurso, ligada à linguística textual, e a gramática referencial, que é a gramática aplicada ao texto, são marcos importantes no desenvolvimento do ensino instrumental de línguas.

NOTA: O presente artigo é um resumo dos principais pontos abordados durante o seminário de estudos realizado no Instituto Goethe, de São Paulo, de 7 a 11 de dezembro de 1981, sob o título geral de “Metodologia do Ensino da Língua Alemã para Estrangeiros”, a cargo de diversos professores ligados ao Goethe-Institut, da República

NOMURA, M. — O uso instrumental de línguas. *Alfa*, São Paulo, 26: 79-83, 1982.

---

Federal da Alemanha, entre os quais citamos Frau Anke Rautzenberg, co-autora do método *Aufbaukurs Deutsch*, e Ger-

hard Fuhr, Leitor de Alemão exercendo suas funções junto à Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte.

---

NOMURA, M. — Languages for special purposes. *Alfa*, São Paulo, 26: 79-83, 1982.

*ABSTRACT: Discourse Analysis and Text Linguistics can contribute in a valuable way to the development of specific strategies adequate to the reading and comprehension of texts in languages not totally dominated by students.*

*KEY-WORDS: Text; cohesion; referential grammar; phoric relations; competence; ability; strategies; associograms.*

---

## PARA UMA LEITURA SEMIO-LINGÜÍSTICA DE “FÁBULA DE UM ARQUITETO”, DE JOÃO CABRAL.

Ignacio ASSIS SILVA \*

---

*RESUMO:* Para passar do nível da apreensão do sentido do texto para o nível da apreensão do texto como sistema de significações (como micro-universo semântico), temos de projetar a descontinuidade sobre o que se nos apresenta como continuidade. Concebendo o texto como um macro-enunciado, este artigo pretende situar, em termos semiolinguísticos, três aspectos interessantes da construção do texto, definindo-os em termos de homologias com aspectos da construção do enunciado: a) aspecto estrutural em sentido restrito; b) aspecto conteudístico ou semântico em sentido amplo e c) aspecto metalingüístico ou semiótico propriamente dito.

*UNITERMOS:* Semio-lingüística; texto/metatexto; dinâmica textual; enunciado/macro-enunciado; escritura; simulacro semiótico; simulacro discursivo; componentes narrativo, discursivo e metalingüístico.

---

### 1. O texto

#### FÁBULA DE UM ARQUITETO

João Cabral

Onde vão de abrir, ele foi amurando opacos de fechar; onde vidro, concreto; até refechar o homem: na capela útero, com confortos de matriz, outra vez feto.

(n.º 6, p. 20)

A arquitetura como construir portas, de abrir; ou como construir o aberto; construir, não como ilhar e prender, nem construir como fechar secretos; construir portas abertas, em portas; casas exclusivamente portas e tecto. O arquiteto: o que abre para o homem (tudo se sanearia desde casas abertas) portas por-onde, jamais portas-contra; por onde, livres: ar luz razão certa.

### 2.

Até que, tantos livres o amedrontando, renegou dar a viver no claro e aberto.

### 2. O metatexto

A significação no discurso pode operar em dois planos:

- a) colocando conteúdos,
- b) tecendo relações (é o trabalho textual propriamente dito).

A colocação de conteúdo é feita na primeira estrofe. Ela consiste em fixar aí um plano de significação homogêneo (um pano de fundo semântico), uma configuração semântica bem precisa, uma primeira isotopia (diria Greimas), a partir da

---

\* Departamento de Lingüística — Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — UNESP — 14.800 — Araraquara — SP

qual o texto *tecerá* a rede (as redes) de relações entre termos sêmicos heterogêneos.

A definição de *arquitetura*, apresentada como se estivesse “em estado de dicionário” (Drummond), constitui o pano de fundo semântico em cujo interior será isolada a configuração semântica bem precisa que é a definição de *arquiteto*. A constituição desse pano de fundo se apresenta como uma projeção sintagmática incompleta da *estrutura elementar da significação\** na sua dupla modalidade:

a) projeção sinonímica ou conjuntiva: a ênfase recai na casa Objeto: o “estado de dicionário” é aparente porque os enunciados que definem *arquitetura* conservam apenas o arcabouço da definição de dicionário, substituindo o objeto genérico do dicionário (“edifícios”) por objetos bem especificados:

portas, de abrir  
o aberto  
portas abertas, em portas  
casas exclusivamente portas e tecto

b) projeção antonímica ou disjuntiva: o texto apenas lança genericamente aspectos da definição negativa de *arquitetura* (ou melhor, aspectos genéricos de *antiarquitetura*). Aqui a ênfase recai na casa sintática do predicado, realizado por meio de verbos transitivos (*ilhar* e *prender*) com sua transitividade suspensa\*\* ou então com sua transitividade projetando-se num objeto semanticamente cognato e genérico (*fechar secretos*)\*\*\*.

Já a definição de *arquiteto* (em “estado de dicionário”, “o que exerce, na qualidade de mestre, a arte de construir edifícios”; no texto, “o que abre para o homem portas por-onde livres: ar luz ra-

zão certa”) coloca um conteúdo preciso que, mais do que necessidade semântica, informacional, é uma necessidade estrutural; em termos mais rigorosos, é uma coerção da estrutura *narrativa*: ela abre caminho para afirmar-se o “plot” narrativo que se inicia a partir do *até que* (autêntico demarcador textual, tanto do ponto de vista formal como semântico), onde aparece o “*tertius*” (*tantos livres o amedrontando*) que desencadeia o processo de transformação do *arquiteto*. Em termos mais precisos, o subconjunto definidor de *arquiteto* é posto como manifestador de  $s_1$ , primeiro termo da estrutura elementar da significação a partir do qual o conjunto de enunciados da segunda estrofe vem *tecer* a rede de relações que “dramatiza a história”, “fazendo ruir a unidade” do plano semântico homogêneo da primeira estrofe, “ao opor bruscamente à primeira isotopia uma segunda isotopia” (cf. Greimas, 2, p. 95).

Esse trabalho textual é executado num quadro enunciativo constituído mediante o emprego de *indicadores formulaçãoais* bem precisos (uso do indicativo, do tempo presente, da não-pessoa ou do discurso em “ele”, da afirmativa) que servem para marcar o deslocamento da ênfase do *fazer-construir* (fazer tecnológico ou pragmático, de ordem cosmológica, que predica a relação *homem-mundo*) para o *fazer-comunicar* (fazer noológico ou cognitivo que predica a relação *homem-homem*).

O conector semântico (comutador semântico que Greimas chama de conector isotópico ou conector de isotopias) que permite esse deslocamento é o *abre*, onde há o sincretismo do *fazer-construir* com o *fazer-comunicar*:

\*Dada uma categoria semântica qualquer S, esta é articulada pelo sujeito que a apreende em  $s_1$  e  $s_2$ . Para existir semioticamente,  $s_1$  pressupõe  $s_2$  e vice-versa; sua existência está fundamentada na sua co-implicação; é solidária.

\*\*No enunciado fundamental “Pedro vê X”, reduzindo-se X a zero, orienta-se totalmente o *ver* para a base: “Pedro vê” = “Pedro é dotado de visão” (Cf. Pottier n.º 5, p. 46).

\*\*\*Enquanto *ilhar* e *prender* pressupõem, em sua estrutura, o elemento *alguém* (i. é. algo *animado* que seja *humano* ou *animal*), em *fechar* se neutraliza esse traço. Isso terá consequências quando falarmos da transformação do *arquiteto*. Está presente igualmente no percurso *homem — homem outra vez feto*.

FAZER-CONSTRUIR: categoria semântica: *operação*

*O arquiteto constrói casas [exclusivamente portas e tecto] (enunciado que privilegia a dimensão pragmática do discurso, pois predica uma relação do homem com o mundo).*

FAZER-COMUNICAR: categoria semântica: *comunicação*

*O arquiteto abre para o homem portas por-onde (enunciado que privilegia a dimensão cognitiva do discurso, pois predica a relação homem-homem: simulacro de um ato manipulatório, representando à escala do enunciado a natureza do próprio fazer discursivo).*

Transformando-os num único enunciado, obtemos:

*O arquiteto abre (atribui) para o homem as portas que ele (arquiteto) constrói.*

D<sub>1</sub>      P(comunic.)      D<sub>2</sub>                      O                      S                      P(oper.)

ção\_ \_ \_ \_ \_ Destinatário

ão\_ \_ \_ \_ \_ Objeto

Tal explicitação mostra o eixo da *comunicação* orientado de Arquiteto (Destinador) para homem (Destinatário). Sendo eixo da comunicação, pressupõe reciprocidade de orientação, ou seja: Homem (Destinador) —————> Arquiteto (Destinatário). Por outras palavras, o *abrir* (o construir-comunicar) deve ser recíproco. Em vez disso, o que temos é: “muitos (subentenda-se: homens) livres o (arquiteto) amedrontado”. Daí o fazer narrativo que o texto conta na segunda estrofe.

2.1 Para passarmos do nível da apreensão do *sentido* do texto para o nível de apreensão do texto como *sistema de significações* (micro-universo semântico), temos de projetar *descontinuidade* sobre aquilo que se nos apresenta como *continuidade* (temos de articular o texto). Tal caminhada é homologável àquela que B. Pottier (cf. n.º 5, p. 36) propõe para se

passar da mensagem fundamental à mensagem lingüística.

Assim como a mensagem fundamental, de natureza conceptual, se recorta e formaliza para realizar-se uma língua natural qualquer como *mensagem lingüística* (≡ = como formulação de um tema), podemos dizer que o texto, a nível de sua apreensão como sentido definível como formulação de um assunto, se recorta e se analisa, para se transformar, a nível de sua apreensão como significação/ões, na formulação de um *tema*. Assim entendendo-o, estaremos, na realidade, concebendo o texto como um *macro-enunciado*. Isso nos permite situar melhor três aspectos interessantes da construção do texto, definindo-os em termos de homologias com aspectos da construção do enunciado:

a) o aspecto *estrutural* em sentido estrito (aspecto *formal*),

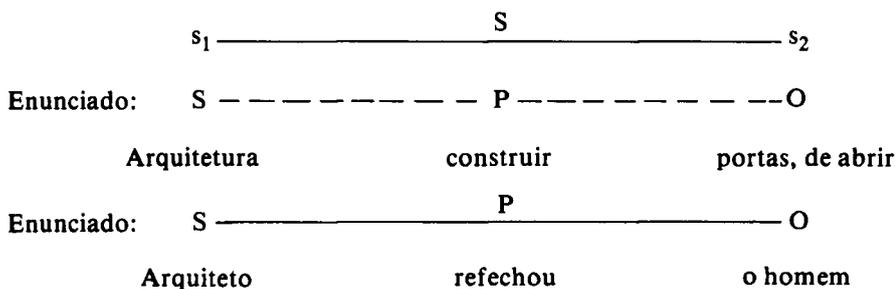
b) o aspecto *conteudístico* ou aspecto semântico em sentido amplo,

c) o aspecto *metalingüístico* ou aspecto semântico em sentido estrito, isto é, semiótico.

### 2.1.1. O aspecto estrutural

Do ponto de vista estrutural, o enunciado se apresenta como a projeção sintagmática da estrutura elementar da significação sobre a classe dos protagonistas do enunciado: actantes sujeitos e actantes objetos.

E.E.S.



(linha pontilhada: relação predicativa, parcialmente enunciada: o que temos é um quase-enunciado; linha contínua: relação predicativa integralmente enunciada: autêntico enunciado).

Podemos dizer, assim, que o texto, enquanto macro-enunciado, é uma projeção, em tamanho grande, da estrutura elementar da significação. Se, ao nível do enunciado, tal projeção surge como um *relacionamento* (Cf. B. Pottier: mensagem: formulação de relação entre designações) de um termo *a* com um termo *b* via predicado, ao nível do macro-enunciado (texto), a projeção da estrutura elementar da significação *tematiza* (no sentido etimológico de *colocar, propor*) a *passagem* de um estado *A* (realização, na superfície do texto, do termo s<sub>1</sub>) para um estado *B* (realização de s<sub>2</sub>)\*.

Em *Fábula de um arquiteto*, o estado A(s<sub>1</sub>) está configurado por um conjunto

de quase-enunciados (e não enunciados propriamente ditos) da ordem do *ser/estar* conjuntivos que definem *arquitetura* e *arquiteto*: arquiteto é apresentado como em conjunção com objetos-valores positivos (eufóricos). Quanto ao estado *B* (isto é s<sub>2</sub>), é constituído por enunciados da ordem do *ser/estar* disjuntivos que apenas prenunciam os traços definidores de *antiarquitetura* e de *antiarquiteto*; a constituição plena do estado *B* nos é dada só ao final da segunda estrofe.

Definir a *passagem* de A para B é a tarefa explícita do conjunto de enunciados da ordem do *fazer* (estes, sim, autênticos enunciados, isto é, plenamente formulados) que compõem a segunda estrofe. A tarefa dos enunciados de *fazer*, a nível do macro-enunciado, é homóloga à do predicado *refechou* no enunciado “O arquiteto refechou o homem na capela-útero”.

\* Enfocando o problema numa outra vertente teórica, Revzin (cf. n.º 6, p. 28) diz que em cada processo de elaboração da informação podemos depreender um conjunto A de sinais iniciais e um conjunto B de sinais finais observados e que a tarefa de uma descrição científica consiste em explicar como se efetua a passagem de A para B e quais são os laços entre esses dois conjuntos.

A Semiótica da Narrativa nos define a narrativa em termos de organização estrutural (em termos de sua organização formal) e em termos de conteúdo\*.

A especificidade narrativa de *Fábula de um arquiteto* ganha relevo quando a cotejamos com a narrativa popular. Esta caracteriza-se pela oposição:

Enunciados de estado: conjunto de enunciados da ordem do *ser/estar* que configuram os estados inicial e final;

vs

Enunciados de fazer: conjunto de enunciados da ordem do *fazer* que narram a passagem de um estado a outro.

No interior do primeiro termo dessa oposição temos:

Estado A — estado inicial que caracteriza uma situação de equilíbrio precário;

vs

Estado B — estado final que caracteriza uma situação de equilíbrio duradouro.

No interior do segundo termo, temos:

Enunciados de fazer “positivos”: que narram a ação do Sujeito;

vs

Enunciados de fazer “negativos”: que narram a ação do anti-Sujeito

(sendo que ambos os Sujeitos *querem* o mesmo Objeto-valor).

Esquemáticamente:

Estado A:  $S_1 \cap O_v \cup S_2$  (situação de equilíbrio precário para  $S_1$  (Sujeito); de desequilíbrio para  $S_2$  (anti-Sujeito);

Estado B:  $S_1 \cap O_v \cup S_2$  (situação de equilíbrio duradouro).

Aplicado a *Fábula de um arquiteto*, obtém-se: primeira parte: *definição de arquitetura e de arquiteto*

Estado A: situação de E-equilíbrio

vs

segunda parte: *fazer transformador que re-define arquiteto*

“Plot” narrativo: re-definição funcional (narrativa)

(Estado B: situação de DES-equilíbrio).

A intervenção de  $S_2$  (anti-Sujeito: “tantos livres o amedrontando”) provoca a disjunção de  $O_v$  (Objeto-valor) em relação a  $S_1$  (Sujeito: arquiteto). Instaure-se assim o des-equilíbrio. O fazer de  $S_1$  (se houvesse) visaria a restabelecer a conjunção. A narrativa conta o conflito entre esses dois fazeres.

*Fábula de um arquiteto* narra a passagem de um estado de equilíbrio precário para um estado de equilíbrio duradouro ou narra a passagem do equilíbrio para o desequilíbrio?

Colocar essa questão é já cuidar da semantização da estrutura, é já interrogar o conteúdo do texto.

### 2.1.2. O aspecto conteudístico.

Do ponto de vista do conteúdo, a narrativa é um lugar-discurso onde alguma coisa acontece, onde alguma coisa se transforma. A narrativa narra um acontecimento. Mais precisamente: a narrativa nada mais é do que a história de uma busca de valores. Isso nos lembra uma das principais definições de sentido. Desse ponto de vista, podemos dizer que o que a narrativa conta é sempre uma busca de sentido (busca de sentido pelo homem para o seu *estar-no-mundo*).

*Fábula de um arquiteto* narra a metamorfose do arquiteto. O relacionamento

\* Um dos modelos de elaboração mais cuidada e consistente é o projeto de *gramática semio-narrativa* em construção no *Groupe de Recherches sémio-linguistiques* dirigido por A.J. Greimas, junto à École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris. O projeto greimasiano distingue num texto: a) um nível *semio-narrativo* onde se procura descrever e explicar a organização estrutural do texto; e b) um nível *semio-discursivo*, onde se procura descrever e explicar a organização conteudística do texto.

estrutural passa a ser lido como passagem, melhor ainda, como transformação do estado *A* no estado *B*. O lingüista francês Lucien Tesnière, ao caracterizar o enunciado, via no “nódulo verbal a expressão de um pequeno drama que comporta obrigatoriamente um processo e, muito freqüentemente, atores e circunstâncias” (apud Greimas, n.º 3, p. 16). Foi aí que o projeto greimasiano se inspirou para entender o enunciado elementar como um *simulacro semiótico que representa, sob a forma de um espetáculo, a relação do homem com o mundo*. Nessa linha de idéias, também o texto, enquanto macro-enunciado, pode ser visto como um *simulacro* que representa, sob a forma de um *espetáculo*, a relação do *homem* com o *mundo*. Nesse ponto, nosso texto afasta-se do estatuto da narrativa popular: enquanto no conto de fada por exemplo, a parada semântica se decide na casa do Objeto, em termos de transferências do mesmo de um Sujeito para outro, em *Fábula de um arquiteto* tudo incide no Sujeito. O conto de fada narra a transformação de um estado *A* num estado *B*, isto é, um acontecimento. *Fábula de um arquiteto* narra a transformação *semântica* de arquiteto, melhor, narra a *redefinição* de arquiteto: narra um acontecimento *discursivo*. Além de um simulacro da relação *homem-mundo* (fazer-construir: fazer operador), *Fábula de um arquiteto* é também um simulacro do *seu próprio fazer discursivo*: é um simulacro da *escritura*. Nosso texto revela-se assim como:

— discurso-simulacro de um acontecimento

e

— meta-discurso (meta-texto) — simulacro de si próprio. A parada transfere-se, pois, para o terreno da definição.

### 2.1.3. O aspecto metalingüístico.

2.1.3.1. A organização definicional do texto.

Etimologicamente, *de-finir* é delimitar, demarcar fronteiras nítidas, segmentar, recortar, articular. Sob esse aspecto, a primeira estrofe opõe-se nitidamente à segunda: ela é toscamente recortada, o que nos impede de ver aí autênticas classes de determinações semânticas. Vimos insistindo, desde o começo, que os seus enunciados não são propriamente *enunciados*, mas quase-enunciados. Em vez de definições constituídas mediante constatações de equivalências, o que temos são “definições” por aproximações graduais.

Semioticamente, a definição traduz a denominação numa expansão de denominações que representa a configuração semântica condensada no termo que está sendo definido:

$$\{\text{Definido}\} \cong \{s_1 \rightarrow s_2 \rightarrow s_3 \rightarrow s_n\}$$

Denominação-ocorrência, de caráter lgico,  $\cong$  = expansão de denominações de caráter metalingüístico

equivalência  
(tradução intra ou intersistêmica)

Aplicada ao caso, temos:

a) na primeira estrofe: a relação entre o definido e a definição é uma tradução intrassistêmica colocada em termos de quase-equivalência, vale dizer, colocada em termos de aproximação entre a denominação e a “quase-definição”. Se tivéssemos equivalência, teríamos o verbo *se* relacionando as duas partes da equação;

b) na segunda estrofe: a definição é construída progressivamente, ou seja, a equivalência só aparece cabalmente constituída ao fim de uma seqüência de aproximações funcionais (narrativas) que se encadeiam como um *algoritmo de funções*. O que se tem é a constituição explícita de um autêntico algoritmo ges-

tual \*: todos os enunciados se sucedem num sentido determinado e em “crescendo”:

*renegar* → *amurar opacos* → *amurar concreto* → *refechar o homem*.

Vemos assim que a segunda estrofe não se limita a dar a definição de arquiteto<sub>2</sub>. Tal definição, no sentido etimológico, o texto no-la mostra *em ação*: trata-se, no caso, de um acontecimento discursivo que corre paralelo ao acontecimento extradiscursivo. Enquanto *arquitetura* e *arquiteto*<sub>1</sub> são definidos “à la langue” (“a modo de dicionário”) e são apresentados como que *estaticamente*, exprimindo uma visão de equilíbrio. (vale dizer, vista pelo grupo como socialmente ideal), *arquiteto*, (e implicitamente *arquitetura*<sub>2</sub>) é definido explicitamente pelo e no texto, sendo apresentado *dinamicamente*.

2.1.3.2. O texto visto no percurso do sentido à significação.

Lida no percurso que vai do sentido (o texto como totalidade de sentido toscamente recortada) à significação (o texto como universo semântico articulado, recortado), vemos que a primeira estrofe está orientada para o pólo sentido: o caráter quase-formulado de seus “quase-enunciados” apresenta-a como toscamente recortada. Sendo *Fábula de um arquiteto* um macro-enunciado, a primeira estrofe ocupa aí a posição que no enunciado é normalmente ocupada por um *nome*. Por isso, ela representa, tal como acontece com o nome, uma apreensão da realidade sob o aspecto *estático* (Cf. Mattoso Câmara Jr. n.º 1, p. 151). Como tal, ela apresenta vários traços que nos permitem

concebê-la como uma espécie de *nome complexo* que ocupa, no macro-enunciado a posição de Sujeito. Esse nome complexo é constituído de determinações semânticas parciais que trazem, em maior ou menor grau, as marcas do enunciado lingüístico:

a) tendem para a orientação endocêntrica;

b) são “definições” qualificacionais (exprimem voz atributiva na terminologia de B. Pottier);

c) privilegiam o eixo paradigmático, isto é, privilegiam o pólo metafórico, a similaridade, a equivalência\*\*.

Já os traços da segunda estrofe:

a) orientação nitidamente exocêntrica da relação predicativa;

b) recorte exaustivo do predicado;

c) opção explícita por um esquema de predicação *verbal*;

d) caráter dinâmico

Configuram-na como um predicado funcional (predicado narrativo), como uma espécie de *verbo complexo* (cf. acima, a definição narrativa de *coser* dada por Machado de Assis) constituído progressivamente como um *algoritmo de funções-predicado*, cujos enunciados trazem claramente as marcas do enunciado lingüístico:

a) orientação explicitamente exocêntrica;

b) são definições funcionais (narrativas: exprimem voz ativa, na terminologia de B. Pottier);

c) privilegiam o eixo sintagmático, isto é, privilegiam o pólo metonímico, a contigüidade, a aproximação gradual\*\*\*.

\*O algoritmo é uma sucessão de operações precisas que visam à solução de um determinado problema. Outro exemplo de algoritmo gestual: “Chegou a costureira, pegou do pano, pegou da agulha, pegou da linha, enfiou a linha na agulha e entrou a coser” (Machado de Assis, *Apólogo*).

\*\*O enunciado metalingüístico é um enunciado atributivo, de caráter nominal. Esse caráter nominal faz com que expresse uma visão estaticizante do definido, pois reitera no predicado o papel cristalizante da denominação contida na base. Denominar é, em boa parte, rotular, vale dizer, parar o filme, fixar o fenômeno num clichê lingüístico. Denominar um fenômeno é classificá-lo, isto é, reduzi-lo a classe.

\*\*\*O enunciado lingüístico (por oposição a metalingüístico) é um enunciado ativo, de caráter *verbal*. Tal como acontece com os verbos nas línguas indo-européias, exprime uma visão *dinâmica* do definido (o Sujeito), reiterando o traço semântico *potente* aí contido. Mais do que atribuir traços, a definição funcional no-los mostra *em ação*.

2.2. Correlacionando as transformações estruturais com as transformações semânticas

A estrutura sintática (estrutura narrativa) do texto serve de suporte para a mobilização sêmica (transformações de traços semânticos) no decorrer (associar: *discurso, discorrer*) textual. Vejamos alguns pontos da trama sintática:

#### Arquiteto

— na primeira estrofe é lugar de manifestação sincrética de D<sub>1</sub> (Sujeito do fazer cognitivo: comunicar) e de S (Sujeito do fazer pragmático: construir);

— na segunda estrofe é o lugar de manifestação de S (Sujeito do fazer pragmático: fazer-construir).

#### Homem

— na primeira estrofe, lugar de manifestação de D<sub>2</sub> (Destinatário do fazer cognitivo: abrir-comunicar);

— na segunda estrofe, lugar de manifestação de S (Sujeito do fazer cognitivo contraditório: amedrontar) e de O (Objeto do fazer pragmático: construir-refechar).

#### Casas

— na primeira estrofe, lugar de manifestação de O (Objeto do fazer pragmático: construir) e, metonimicamente, vale dizer, como *portas*, lugar de manifestação de O (Objeto do fazer cognitivo: abrir-comunicar);

— na segunda estrofe, lugar de manifestação, sob a forma da metáfora *capela-útero*, do circunstante espacial (C) do enunciado cujo predicado é *refechar*.

A categoria semântica *comunicação* é uma categoria complexa pois engloba os traços semânticos *informação* (de natureza cognitiva, noológica), e *movimento* (de natureza pragmática, cosmológica). A segunda estrofe opera um verdadeiro deslocamento sintático de *homem* e *casas*:

*homem* deixa de ser lido como *destino* do movimento e da informação para ser lido em termos de *ausência de movimento* (imobilidade). O deslocamento de *casas* da posição sintática de O para a de C (circunstante) acarreta um rebaixamento sintático com conseqüências semânticas. Na primeira estrofe, ela era duplamente objeto: enquanto objeto do fazer cognitivo (construir-comunicar), garantia a existência semiótica dos dois sujeitos (Destinador e Destinatário); além disso, *casas* figurava no núcleo do enunciado, sintaticamente obrigatório; na segunda estrofe, passa a circunstante e se desloca para a margem do enunciado, posição sintaticamente facultativa. Conseqüência: *homem* deixa de ser Destinatário e *arquitecto* deixa de ser Destinador; o *construir-comunicar* se retrai para dar vez ao *construir-refechar*.

Os deslocamentos sintáticos prenunciam uma dupla redução do *homem*: a neutralização do componente comunicação se faz acompanhar da inversão de um traço topológico (espacial) muito importante: a *mobilidade* (o movimento) é reduzida à *imobilidade*. De sujeito do *ir-e-vir* através de *portas-por-onde* passa a simples objeto encerrado num circunstante *onde*. Por outras palavras, a segunda estrofe narra duas vezes a destruição da comunicação: sintática e semanticamente.

De algum modo, tanto *homem* como *casas* estão pagando o “pecado” de já lingüisticamente serem potencialmente circunstantes. De algum modo, o Destinatário já é, em parte, circunstante: é o *lugar-para-onde* se destina a comunicação. De algum modo, o processo de circunstantialização desenvolvido na segunda estrofe já está contido, em estado germinal, em *casas* que é, ao mesmo tempo, o *lugar-objeto* (lugar *onde*) do construir pragmático (cosmológico) e o *lugar-por* (*donde* e *para onde*) do construir cognitivo (noológico). Em ambos os casos, *lugar*; em ambos os casos, circun-stante, ou mais precisamente,

*espaço englobante*. O deslocamento sintático de *homem* para a casa O e o de *casas* para C anula, naquele o movimento (o poder ser Sujeito e Destinatário) e nesta, a *abertura* (o *por*). *Homem*, de espaço englobante (homem livre, sem limites e sem limitação, que tem *ar luz razão certa*) passa a espaço englobado; *casas* que era *casas exclusivamente portas e tecto* se explicita como espaço englobante apenas. Nada há, pois, no discurso que, de algum modo, já não esteja na língua. É nesse sentido que Roman Jakobson sugere a elaboração de uma *gramática da poesia* que leve em conta a *poesia da gramática*.

### 2.3. O componente formulacional

Na definição de mensagem, B. Potier (n.º 5, p. 50) distingue um componente formulacional e um componente relacional. Por exemplo, dados os elementos *touro, assustar, menino*, todos os recursos enunciativos que servem para modalizar e modular a relação entre esses elementos, situando-a no espaço e no tempo, constituem o componente formulacional. Aqui, limitar-nos-emos a destacar apenas os indicadores formulacionais que realizam a formulação locutiva (relação de pessoa, de espaço, de tempo), e a formulação qualitativa (modo, aspecto, afirmação, negação etc):

1. todo o poema está construído no eixo da não-pessoa (discurso em *ele*);
2. a definição de arquitetura está construída no não-modo, vale dizer, no *infinitivo*, ao passo que a definição de arquiteto<sub>1</sub> está construída no modo *indicativo*;
3. arquiteto<sub>1</sub> é definido no tempo não-marcado, isto é, no *presente*, por oposição a arquiteto<sub>2</sub> que está definido no tempo marcado, *pretérito*;
4. a definição de arquitetura não traz nenhuma indicação aspectual;

5. em contrapartida, na definição de arquiteto tem-se uma nítida oposição entre:

- 5.1. o *durativo* que ocorre na definição de arquiteto<sub>1</sub>  
e
- 5.2. o *perfectivo* que aparece na definição de arquiteto<sub>2</sub>.

São esses os principais indicadores formulacionais que permitem estabelecer a ponte (fazer a *embreagem*) entre o texto e o intertexto (no sentido de contexto cultural). São eles que nos permitem fazer o finca-pé do micro-universo semântico que é o texto no macro-universo que é o universo cultural onde ele é produzido-recebido. São os pilares do contrato que é a *escritura* mediante os quais somos elevados da condição de leitores à condição de destinatários e colocados, por assim dizer, em pé de “igualdade” com o autor. Somos assim guindados à condição de *co-autores* do texto: o próprio fazer textual (= a *escritura*) não só nos postula como, mas também nos faz *mediadores* entre o texto e o intertexto. As próprias condições da existência semiótica do texto levam-nos a ver a vida do texto como dependente, não da autoria, mas da co-autoria, ou melhor, da autoria coletiva. Desse ponto de vista, o autor e o leitor nada mais são do que *instâncias* (o termo é de Emile Benveniste) que realizam esse autor coletivo.

### 3. Para não concluir

*Fábula de um arquiteto* joga fundo com a *poesia da gramática*: arquiteto<sub>2</sub> continua como sujeito do fazer-construir, mas já não se trata mais do mesmo construir. Seus fazeres (*renegar dar a viver no claro e aberto, amurar opacos, amurar concreto, refechar o homem*) — nitidamente disfóricos em relação aos fazeres de arquiteto<sub>1</sub> — negam tudo que dá idéia de liberdade. *Arquiteto* desqualifica-se assim como sujeito do fazer-construir definido

na primeira estrofe. A mudança no predicado que afeta o sujeito, afeta igualmente o objeto, pois são estruturalmente solidários (complicam-se). *Casa* metaforiza-se: de casa exclusivamente portas e tecto passa a capela-útero. *Homem* vê-se rebaixado da condição de destinatário à de objeto e, correlativamente, reduzido na sua liberdade ou sem ela, já que esta só pode ser liberdade enquanto constituir Objeto do *querer-fazer* do homem enquanto Sujeito.

Para ser Sujeito desse fazer, o homem tem de:

querer fazer  
poder fazer  
e saber fazer.

E um homem-outra-vez-feto pode isso?

Para proteger o homem, o arquiteto transformou a casa-exclusivamente-portas-e-tecto — espaço de proteção (tecto) com liberdade (exclusivamente portas) — em capela-útero, uma casa exclusivamente interioridade, vale dizer, casa com proteção, mas sem liberdade (proteção-prisão). À medida que foi interiorizando o homem, o arquiteto o foi desqualificando pela perda gradual da liberdade, até reduzi-lo novamente a feto.

Homem-feto, homem desmodalizado, desqualificado como Sujeito:

não deve  
não quer  
não pode  
não sabe

fazer e/ou ser.

---

ASSIS SILVA, I. — Towards a semio-linguistic reading of the “Fábula de um Arquiteto” by João Cabral. *Alfa*, São Paulo, 26: 85-94, 1982.

*ABSTRACT: In order to go from the level of apprehension of the meaning of the text to the level of apprehension of the text as a system of significations (as a semantic micro-universe), one must project discontinuity on what is presented as continuity. Conceiving the text as a macro-utterance, this paper intends to consider, in semio-linguistic terms, three interesting aspects of the text construction, by defining them in terms of homologies with aspects of utterance construction: a) structural aspect, strict sense; b) content or semantic aspect, broad sense and c) metalinguistic or semiotic aspect, proper.*

*KEY-WORDS: Semio-linguistics; text/metatext; textual dynamics; utterance/macro-utterance; “écriture”; semiotic simulacrum; discursive simulacrum; narrative; discursive and metalinguistic components.*

---

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CÂMARA JR., J. — *Princípios de lingüística geral*. 4. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1964.
2. GREIMAS, A.J. — *Semântica estrutural*. Trad. de Haquira Osakabe e Izidoro Blikstein. São Paulo, Cultrix, 1973.
3. GREIMAS, A.J. — Un problème de sémiotique narrative: les objets de valeur. *Langages*, 31: 13-35, 1973.
4. MELO NETO, J.C. — *Poesias completas* (1940-1965). 2.ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975.
5. POTTIER, B. — *Linguistique générale: théorie et description*. Paris, Klincksieck, 1974.
6. REVZIN, I.I. — Les principes de la théorie des modèles en linguistique. *Langages*, 15:21-31, 1969.

## RESENHAS REVIEWS

Rafael Eugenio HOYOS—ANDRADE\*

---

WALTER, Henriette — *Enquête phonologique et variétés régionales du français*. Paris, Presses Universitaires de France, 1982. 254 p.

---

É esta, sem dúvida alguma, uma valiosa contribuição da lingüística funcionalista para os estudos fonológicos em geral, e para o estudo dos subsistemas fonológicos do francês, em particular.

A Autora, amplamente conhecida pela sua decisiva participação no avanço e divulgação do modelo funcionalista, vem enriquecer, com este seu último livro (impresso em fevereiro de 1982), um campo de estudos que possui enormes perspectivas de desenvolvimento no nosso Brasil: o da pesquisa dialetológica. Esse enriquecimento consiste, fundamentalmente, no fato de ela ter posto à nossa disposição uma metodologia já testada com sucesso na França para o estudo dos sistemas, ou melhor, subsistemas fonológicos regionais.

Os dois primeiros capítulos (I — Generalidades. II — Antes do inquérito.) constituem, por si sós, um pequeno tratado de pesquisa dialetal fonológica. São 70 páginas de leitura agradável, porém densa de informações, em que baseada numa visão funcionalista da fonologia, a A. vai fornecendo ao estudioso normas e conselhos práticos, fruto de longa experiência pessoal, entremeados a observações de natureza teórica.

No capítulo terceiro apresentam-se “Os resultados do inquérito”, que consistem essencialmente na descrição dos 111 idioletos analisados. Essas análises fonológicas foram oportunamente reduzidas a resumos, sob a forma de quadros fonológicos, que nos permitem identificar rapidamente as características principais do idioleto em pauta. Quinze, dentre os 111 idioletos, mereceram, além da apresentação dos seus dados essenciais, uma exposição detalhada. Esta é a parte mais volumosa do livro: 116 páginas em letra miúda que, como diz Martinet na introdução, “on aura intérêt à consulter le crayon à la main, en se reportant fréquemment à la carte des points d'enquête” (p. 11). Noutros termos, este capítulo é de consulta obrigatória para os pesquisadores interessados em determinar os subsistemas fonológicos do francês.

A conclusão, cinco breves páginas, é apresentada no capítulo quarto. Traçam-se aqui as grandes linhas *qualitativas* (não quantitativas) da diversidade fonológica vigente hoje na França e, até mesmo, as tendências previsíveis a partir da análise dos dados. São dados, repete a A., qualitativos, já que se trata de um pré-inquérito reduzido a 35 pontos com um total de unicamente 111 informantes. O

---

\* Departamento de Lingüística — Instituto de Letras, História e Psicologia — UNESP — 19.800 — Assis — SP.

inquérito "definitivo", com conclusões também quantitativas, virá depois, quando o número dos informantes for bem maior numa pesquisa fonológica a grande escala.

Documentos essenciais para o inquiridor constituem o capítulo quinto, a saber: ficha de dados do informante; conselhos práticos para os inquiridores e questionário destinado à primeira sessão; recomendações e questionário fonológico oral (que aborda catorze grupos de fenômenos fonológicos); um estudo destinado a permitir o levantamento sistemático do estado atual e das tendências na realização do *e caduco* ("e muet"); e, finalmente, observações relativas ao preenchimento do caderno de inquérito, à análise e descrição fonológicas dos idioletos e às apresentações geográfica, histórica e lingüística da região em estudo, que são parte importantíssima da documentação a ser recolhida pelo inquiridor. O capítulo sexto é uma ampla bibliografia sobre dialetologia francesa.

Gostaríamos agora de tecer algumas considerações sobre o conteúdo dos primeiros dois capítulos que possuem um valor mais universal.

Impressão desde a primeira página o realismo funcionalista da Professora Walter. Esse realismo, que não deixa de cativar quem se interesse verdadeiramente por uma *lingüística da linguagem humana* tal como ela é e funciona. A *realidade lingüística* é o objeto da pesquisa fonológica (p. 23); essa realidade apoia-se na pertinência comunicativa (ibid.), sem esquecer, porém, que a comunicação lingüística está geralmente acompanhada de elementos comunicacionais não lingüísticos (p. 24).

A pesquisa fonológica para ser válida deve começar pela descrição sistemática e cuidadosa de idioletos (p. 18). Na descrição destes idioletos é necessário um grande respeito pela substância fônica (p. 26); daí a conveniência de uma anotação deta-

lhada das realizações fonéticas que nos permitam detectar as oposições infrequentes ou inesperadas e as condições da evolução fonética em andamento (p. 26).

Esse mesmo realismo faz com que a A., sem abandonar posições teóricas definidas e, em certa medida definitivas, como a noção de fonema (= unidade *discreta*), leve em consideração as zonas de instabilidade presentes em qualquer sistema fonológico (p. 29). Essa atitude aberta a uma realidade lingüística complexa e instável chega, porém, a produzir uma certa ambigüidade no texto quando Henriette Walter, apesar de defender como essencial o caráter discreto dos fonemas, manifesta a esperança de que uma nova teoria venha a oferecer "os meios de explicar de maneira mais adequada a realidade lingüística" (p. 30). Igualmente realistas são a opinião de que não se devem misturar realizações de diferentes dialetos no intuito de comprovar o sistema de oposições vigente numa determinada região (p. 31-32), e a constatação de que "a distribuição dos fonemas nas unidades significativas não é estritamente a mesma para todos os membros de uma mesma comunidade" (p. 32).

A sábia distinção entre *flutuações* ("utilização facultativa e, aparentemente, aleatória de um ou outro fonema para um mesmo monema" (p. 34) e "*variantes* de um mesmo fonema", é mais uma prova do enfoque realista da obra; trata-se, com efeito, de fenômenos realmente diferentes: há *flutuação* quando dois ou mais fonemas do sistema estão em causa; a simples comprovação de variações na pronúncia de um fonema não é, necessariamente, um caso de flutuação. Achamos, porém, que a Professora Walter teria sido mais completa se tivesse, neste lugar (p. 34-36), relacionado flutuação com *neutralização*. Na neutralização também estão em jogo dois ou mais fonemas da língua, só que em determinados contextos eles deixam de se opor, a ponto de a opo-

sição distintiva tornar-se, nestes casos, impossível. Fala-se de flutuação quando a oposição é restituível ou, pelo menos, possível dentro do sistema. É o que acontece no português de algumas regiões do Brasil: DESCRIÇÃO e DISCRIÇÃO pronunciam-se iguais, [diskri'sãw], mas a oposição é sempre reinstaurável, por razões de clareza: [deskri'sãw] ≠ [diskri'sãw], ou fonologicamente /deSkri'sãũ/ ≠ /diSkri'sãũ/. Acharmos conveniente determinar, no estudo de um sistema particular, seja este idioleto ou dialeto, quando estamos diante de uma neutralização, quando diante de uma flutuação e quando, simplesmente, diante de variantes da mesma unidade distintiva.

Sensata, além de realista, a importância que se atribui, na obra em foco, à "pré-enquête" ou inquérito prévio, antes de lançar-se a um inquérito em grande escala (p. 45-46). Aliás, a Professora Walter caracteriza a pesquisa fonológica focalizada nesta obra como um pré-inquérito, dado o número reduzido de pontos de pesquisa (35) e de informantes (111). A mesma sensatez campeia na recomendação (seguida à risca pelas equipes da A.) de não se contentar só com o questionário previamente preparado: "É essencial associar ao questionário uma longa conversa que possa servir de *corpus* e orientar as perguntas do inquiridor numa boa direção" (p. 83). Esse contato vivo, dinâmico, entre pesquisadores e informantes fará com que o instrumento "se adapte constantemente às variações do objeto de estudo" (p. 84): essa adaptação nada mais é do que uma aplicação modelar do critério funcionalista da pertinência. Afinal, como o afirma explicitamente nossa Autora: "...o sistema fonológico não é alguma coisa estática" (p. 96).

Fora o realismo funcionalista da obra, merece ser destacada também a preocupação sociolingüística de estabelecer relações entre as variáveis lingüísticas e as variáveis sócio-culturais (idade, sexo, profissão, cultura, geografia e estilo) (p. 38), dando, porém, a cada variável seu devido lugar: em Europa, por exemplo, predomina o fator geográfico, enquanto nos Estados Unidos predomina o fator sócioeconômico na caracterização lingüística dos falantes.

Merece especial relevo o calor humano, o "dinamismo sorridente" que Martinet enfatiza com muita oportunidade na Introdução (p. 18) e que transparece nos comentários que a própria Henriette Walter faz de seu contato com os informantes: "...conseguimos ser para nossos informantes não o inquiridor anônimo vindo da Capital para surpreendê-los na sua intimidade e julgar sua maneira de falar, mas o amigo eventual que, longe de dogmatizar, só deseja informar-se e instruir-se" (p. 72).

Quanto à metodologia sugerida e ensinada neste precioso manual, só nos resta desejar que, em dia não distante, possa ser aplicada aqui em nosso país, como a própria Autora teve a simpatia de exprimi-lo na dedicatória a nós endereçada: "... en souhaitant qu'une enquête du même type puisse se faire un jour au Brésil". Esperamos que um dia esse desejo se torne possível, graças à preparação de equipes de pesquisadores e ao apoio financeiro imprescindível de alguma instituição capaz de dar à pesquisa lingüística o valor que lhe corresponde, dentro de uma concepção comunicacional e funcionalista (no seu sentido mais amplo) da linguagem.

## ÍNDICE DE ASSUNTOS V. 26

- Caso instrumental  
teoria de Fillmore, p. 47
- Dativo  
teoria de Fillmore, p. 33
- Dialetologia  
questionário lingüístico  
Estado de São Paulo, p. 69
- Epistemologia lingüística, p. 25
- Fábula de um arquiteto  
construção do texto, p. 85
- Fonemas  
sistemas  
relações internas, p. 61
- Funcionalismo, p. 25
- Gerativismo, p. 25
- Gramática dos casos, p. 33, 47
- Inquérito lingüístico  
Estado de São Paulo, p. 69
- João Cabral  
Fábula de um arquiteto  
leitura semio-lingüística, p. 85
- Língua estrangeira  
ensino  
metodologia, p. 79
- Língua instrumental  
análise do discurso  
gramática referencial  
lingüística textual, p. 79
- Linguagem  
visão funcionalista  
visão gerativista, p. 25
- Lingüística  
ensino, p. 7  
visão funcionalista  
visão gerativista, p. 25
- Norma culta  
processo de aquisição  
condições sócio-econômicas  
faixa etária  
grau de escolaridade, p. 13
- Sistema consonantal  
brasileiro  
português, p. 61
- Teoria de Fillmore  
caso instrumental, p. 47  
dativo, p. 33

## SUBJECT INDEX V. 26

- Case grammar, p. 33, 47
- Consonantal system
  - Brazilian
  - Portuguese, p. 61
- Dative
  - Fillmore's concept, p. 33
- Dialectology
  - linguistic questionnaire
  - São Paulo State, p. 69
- Fábula de um arquiteto
  - text construction, p. 85
- Fillmore's concept
  - dative, p. 33
  - instrumental case, p. 47
- Foreign language
  - teaching
  - methodology, p. 79
- Functionalism, p. 25
- Gerativism, p. 25
- Instrumental case
  - Fillmore's concept, p. 47
- João Cabral
  - Fábula de um arquiteto
  - semio-linguistic reading, p. 85
- Language
  - functionalistic aspect
  - gerativistic aspect, p. 25
  - special purpose
    - discourse analysis
    - referential grammar
    - text linguistic, p. 79
- Linguistic
  - functionalistic aspect
  - gerativistic aspect, p. 25
  - teaching, p. 7
- Linguistic epistemology, p. 25
- Linguistic inquiry
  - São Paulo State, p. 69
- Phoneme
  - system
  - internal relation, p. 61
- Standart language
  - process of acquisition
    - age
    - education
    - socio-economic factors, p. 13

ÍNDICE DE AUTOR  
AUTHOR INDEX  
V. 26

|                          |       |
|--------------------------|-------|
| ASSIS SILVA, I. ....     | p. 85 |
| CAMACHO, R.G. ....       | p. 13 |
| CARUSO, P. ....          | p. 69 |
| HOYOS-ANDRADE, R.E. .... | p. 25 |
| LIMA, A.D. ....          | p. 7  |
| LIMA, M.C.P.B. ....      | p. 33 |
| MARTINS, M.D. ....       | p. 61 |
| MONTEIRO, D.C. ....      | p. 47 |
| NOMURA, M. ....          | p. 79 |

ÍNDICE DE RESENHAS  
REVIEWS INDEX  
V. 26

*Autores e resenhadores*  
*Authors and reviewers*

|                                |    |
|--------------------------------|----|
| HOYOS-ANDRADE, R.E., res. .... | 95 |
| WALTER, H. ....                | 95 |

*Livro resenhado*  
*Reviewed book*

|                                                                 |    |
|-----------------------------------------------------------------|----|
| Enquête phonologique et variété regionales<br>du français. .... | 95 |
|-----------------------------------------------------------------|----|

## NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS

ALFA publicação da UNESP tem por finalidade divulgar trabalhos inéditos, comunicações e resenhas sobre lingüística redigidos em português ou em língua estrangeira (espanhol, francês, italiano, inglês ou alemão) elaborados por docentes da Universidade ou por outros especialistas. Só serão resenhados livros que tenham sido publicados nos dois últimos anos, em se tratando de obras nacionais e quatro anos para as publicações estrangeiras, cabendo à Comissão de Redação a seleção dos trabalhos para publicação.

Os trabalhos deverão ser encaminhados diretamente ao Diretor da publicação em três vias, em uma só face, espaço duplo e em folha de papel tamanho ofício, evitando cortar as palavras no final da linha, mesmo que a margem fique irregular. Deverão obedecer a seguinte seqüência: Título, subtítulo (quando necessário); Autor(es) por extenso e apenas o sobrenome em maiúsculo; Filiação científica em nota de rodapé, indicada por asterisco; Texto.

*Citação no texto* — Os autores referenciados serão indicados pelo número da referência. Acrescenta-se o número da página, em caso de citação textual ou quando o autor julgar necessário. Caso a clareza do texto o exigir, o articulista poderá mencionar, entre parêntesis, também o sobrenome do autor. Ex.: (ANDRADE, 5, p. 8).

*Tabelas* — Serão numeradas consecutivamente com algarismos arábicos e encabeçadas pelo seu título.

*Ilustrações* — (fotografias, gráficos, desenhos, mapas, etc.) serão designados no texto como "figuras" (fig.) e numerados sequencialmente com algarismos arábicos.

*Desenhos e gráficos* — Deverão permitir perfeita reprodução em clichês com redução de 6,5cm. Os desenhos serão feitos em papel vegetal e tinta nanquim. Deverá ser indicada no texto a localização das ilustrações. Quando as ilustrações excederem a quatro a Comissão de Redação reserva-se o direito de solicitar a redução de seu número.

Observações, aditamentos e pormenores do texto poderão aparecer em notas de rodapé, indicados por asterisco.

### MATERIAL DE REFERÊNCIA

*Resumos*: Constará do resumo: citação bibliográfica, resumos em português antecedendo o texto e outro em inglês no final do trabalho, antes da referência bibliográfica. Não deverão exceder a 100 palavras. Para o resumo em inglês deverá ser adotada a palavra ABSTRACT.

*Unitermos* — Palavras ou expressões que identifiquem o conteúdo do artigo. Os três principais unitermos serão escritos em primeiro lugar. Para o termo em inglês deverá ser adotada a palavra KEY-WORDS. Quando o artigo for em língua estrangeira o resumo final do trabalho deverá ser em português.

*REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS* — Devem ser pela ordem alfabética do sobrenome do autor, numeradas consecutivamente e apresentadas de acordo com os exemplos abaixo:

*Artigos*: MÉNARD, N. — Richesse lexicale et mots rares. *Les Français moderne*, Paris 46(1): 33-43, 1978.

*Livros*: CARDOSO, E. — *Guia de conversação português-inglês*. 2.ed. Lisboa, Betrand, 1971.

FRANÇOIS, D. — A noção de norma em lingüística. In: MARTINET, J. *et alii*. — *Da teoria lingüística ao ensino da língua*. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1979. p. 87-97.

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos bem como a exatidão das referências bibliográficas são de responsabilidade exclusiva dos autores.

*SEPARATAS* — Serão distribuídas 25 (vinte e cinco) separatas ao primeiro autor do trabalho.

Os trabalhos que não se enquadrarem nessas normas serão devolvidos aos autores para as necessárias adaptações que serão indicadas em carta pessoal.